

v. 3, n. 2 (2007)

Instituições e Acervos: Experiências no Estado de São Paulo no campo da saúde

É muito bem vinda esta publicação do Caderno de História da Ciência, editado pelo Laboratório Especial de História da Ciência do Instituto Butantan, tratando de debates e iniciativas relativas à documentação científica e aos acervos institucionais em São Paulo.

São temas muito presentes para o historiador da ciência que se mantem em constante sobressalto com a possibilidade iminente da perda de acervos institucionais. O recente incêndio no Hospital do Juqueri, que destruiu grande parte da documentação desta instituição pioneira, está aí para nos alertar sobre a atualidade do tema.

Sumário

Nota do Editor
Nelson Ibañez

Apresentação
Maria Amélia M. Dantes

Artigo Original

[O filme de temática científica: possibilidades de uma documentação histórica](#)

Marcia Regina Barros da Silva

[Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo](#)

Maria Lucia Mott, Ivomar Gomes Duarte, Marcela Trigueiro Gomes

[A origem e a constituição dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan](#)

Myriam Elizabeth Velloso Calleffo, Cibele Cintia Barbarini

[Museu como espaço de investigação: da pesquisa a formação](#)

Suzana Cesar Gouveia Fernandes

[Concepções de História e trajetórias institucionais. Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: uma experiência \(1977-2008\)](#)

André Mota, Maria Gabriela S. M. C. Marinho

Documentos e Fontes

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1889-1910)

Ana Maria da Cunha

Resenhas e Revisões Bibliográficas

Resenha da obra de Ray Edmondson: Filosofia e princípios dos arquivos audiovisuais
Priscila de Almeida Xavier

Avenida Vital Brazil, 1500 - Tel: 2627-9542 - Publicação Semestral

ISSN 1809-7634

Nota do Editor

O presente número do Caderno de História da Ciência incorpora, a partir da primeira reunião de seu Conselho Editorial, as novas normas colocadas a público no número anterior para a publicação de artigos, visando a padronização necessária para a obtenção da indexação deste periódico. Infelizmente não houve tempo de uma divulgação mais efetiva para que os colaboradores de diferentes instituições pudessem remeter seus artigos em tempo de compor a periodicidade da revista este ano. Neste sentido, a organização de um evento programado para novembro deste ano ensejou a definição da temática deste número qual seja a discussão sobre acervos de diferentes instituições e suas respectivas documentações históricas. A pesquisadora Suzana Cesar Gouveia Fernandes foi encarregada pela organização deste número. Por isso foi encomendado a cada um dos autores e participantes que escrevessem sobre suas experiências e disponibilizassem informações sobre o estado da arte dos acervos em suas respectivas instituições. Solicitamos ainda a Professora Maria Amélia Mascarenhas Dantes que fizesse a apresentação dada sua militância e coordenação dos diferentes estudos sobre história da ciência no Estado de São Paulo.

Nelson Ibañez

Apresentação

Instituições e acervos: Experiências no estado de São Paulo no campo da saúde

Maria Amélia M. Dantes¹

É muito bem vinda esta publicação do *Caderno de História da Ciência*, editado pelo Laboratório Especial de História da Ciência do Instituto Butantan, tratando de debates e iniciativas relativas à documentação científica e aos acervos institucionais em São Paulo.

São temas muito presentes para o historiador da ciência que se mantem em constante sobressalto com a possibilidade iminente da perda de acervos institucionais. O recente incêndio no Hospital do Juqueri, que destruiu grande parte da documentação desta instituição pioneira, está aí para nos alertar sobre a atualidade do tema.

Como historiadora da ciência, especialmente da ciência brasileira, é a partir da pesquisa que quero levantar alguns pontos sobre a importância da preservação de documentos e acervos.

Inicialmente quero enfatizar que, nas últimas décadas, ampliou-se de forma significativa o corpo documental utilizado pela História da Ciência. Podemos dizer que, até meados do século XX, o historiador da ciência trabalhava essencialmente com os textos científicos publicados. Recentemente, os estudos sobre as ciências têm se voltado para o processo de produção e estabelecimento de conhecimentos, visto como resultante de

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em História Social- Departamento de História- FFLCH- USP. mamdantes@usp.br

uma variada gama de variáveis, não apenas internas a esta prática. Características da organização do trabalho científico, relações entre pares e outros interlocutores, passaram a ser temas a serem elucidados. E documentos até então não valorizados ganharam destaque: anotações de laboratório e outras formas de registro; rascunhos; coleções científicas; correspondências; instrumentos; documentos administrativos, entre outros.

Para a História das Ciências no Brasil, outras questões precisam ser consideradas. Esta é uma área nova da pesquisa histórica acadêmica e levantar documentação de instituições científicas brasileiras, levou o historiador a se deparar, muitas vezes, com acervos não organizados ou, até mesmo, em precárias condições.

Estudo recente realizado pela arquivista Maria Celina Soares de Mello e Silva² vem de encontro a esta questão e traz observações mais precisas sobre a avaliação que, hoje, o cientista brasileiro faz da documentação intermediária que produz em seu laboratório. Apesar de tratar de acervos que estão sendo constituídos na atualidade, as conclusões desta pesquisa contribuem para esta reflexão, pois, as instituições científicas são guardiãs de seus acervos históricos.

A partir da análise de questionários, a pesquisadora observou que, além de terem uma idéia restrita da preservação documental, identificada usualmente como guarda de documentos, os cientistas valorizam documentos produzidos por suas práticas, sobretudo, pelo seu valor científico, e não pelo seu valor histórico. Quanto às instituições, observou uma falta generalizada de diretrizes para a questão da documentação. Como arquivista concluiu seu trabalho enfatizando a importância de uma sensibilização dos cientistas para a questão da documentação produzida em seus laboratórios, e da necessária integração de arquivistas, historiadores e cientistas para a elaboração de programas de preservação de arquivos de ciência e tecnologia.

² Maria Celina Soares de Mello e Silva. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. São Paulo, Tese de Doutorado, FFLCH-USP, 2007. Em sua pesquisa, a arquivista enviou questionários a cientistas de instituições sediadas no Rio de Janeiro e vinculadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

No entanto, apesar da apresentação deste quadro de carências, considero que a própria tese de Maria Celina evidencia uma mudança nas atividades relacionadas à preservação de arquivos científicos brasileiros.

Esta tese é um dos primeiros estudos sobre este tema, o que mostra que estão se formando, no país, especialistas em documentação científica³.

Também, nos últimos anos, vêm se multiplicando iniciativas relacionadas à preservação de documentação e à questão da memória científica e tecnológica. A nível nacional, em 2003, o CNPq criou uma comissão para elaborar o projeto de uma política nacional para a preservação da memória de ciência e tecnologia que, em seu relatório, chamou a atenção para a necessidade de implementação das seguintes atividades: identificação de acervos públicos e privados de interesse; financiamento de atividades de preservação e restauro de acervos; políticas de formação de especialistas em arquivos científicos; criação de redes de informação; entre outras. Em 2004, o CNPq também lançou um primeiro edital para seleção de projetos de preservação e pesquisa de memória científica e tecnológica, que selecionou e deu financiamento a cerca de trinta projetos de vários estados brasileiros.

Em São Paulo, também observamos várias iniciativas voltadas para as questões da preservação documental e a memória científica. Os textos publicados neste volume evidenciam este movimento. Em sua maioria são textos escritos por historiadores e museólogos que atuam em espaços dedicados à pesquisa histórica e à preservação documental. Alguns destes espaços estão sediados em instituições com longa tradição científica, como o Instituto Butantan, a Faculdade de Medicina da USP e a Unifesp. Também está representado o Centro de Memória da Saúde da Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo.

³ Esta tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História - FFLCH da USP, onde atuam as especialistas em Arquivística: Ana Maria de Almeida Camargo e Heloisa Liberalli Bellotto.

Como entender este movimento recente de valorização da memória científica e tecnológica brasileira?

Considero que o desenvolvimento da História das Ciências no Brasil como área de pesquisa acadêmica, hoje reconhecida internacionalmente, contribuiu para esta valorização. Afinal, nós historiadores temos marcado presença nos arquivos de instituições científicas das mais variadas localidades do território nacional. Também, hoje as práticas científicas são reconhecidas como um dos objetos da produção historiográfica brasileira.

De outro lado, vejo atualmente os cientistas brasileiros valorizando de forma mais ampla a sua atividade, em um país periférico que tem se destacado internacionalmente, ocupando uma posição importante no ranking dos países com maior produção científica. Talvez este auto-reconhecimento explique uma certa sensibilidade, que observamos hoje, pela memória científica nacional.

No entanto, trata-se de um processo ainda incipiente e fazem-se necessários debates como os apresentados neste volume da revista *Caderno de História da Ciência*, que podem estimular iniciativas de instituições científicas no sentido da preservação de seu patrimônio histórico.

Variados temas são tratados no conjunto de artigos aqui publicados.

De um lado, textos que tratam da importância de acervos e de diferentes tipos de documentos para a História da Ciência e para a memória científica.

Neste sub-conjunto coloco inicialmente o artigo *O filme na temática científica: possibilidades de uma documentação histórica*, escrito por Márcia Regina Barros da Silva. Neste texto a autora analisa o filme científico, documento ainda pouco explorado pelos historiadores, apesar da sua presença crescente nas práticas científicas contemporâneas. Além de analisar como o filme veicula representações destas práticas, o texto focaliza duas produções do cineasta B.J.Duarte que, nos anos 1960, foi responsável pelo registro visual de cirurgias cardíacas realizadas em hospitais paulistas e que tiveram projeção internacional.

Também tratando de acervos, está o artigo *Montando um quebra-cabeça; a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo do Estado de São Paulo*, escrito por Maria Lúcia Mott, Ivomar Gomes Duarte e Marcela Trigueiro Gomes. Neste texto, os autores chamam a atenção para a importância desta coleção para a história da saúde e para a história paulista em geral. A partir dos documentos, acompanham a trajetória desta primeira universidade instalada em São Paulo, mostrando seu dinamismo, de 1911 a 1918, período de sua existência. No entanto, como observam, trata-se de instituição praticamente esquecida pela bibliografia sobre a saúde e a educação paulistas.

Por fim, tratando de um outro tipo de acervo, também ainda pouco trabalhado pelos historiadores, as coleções científicas, o artigo *A origem e a constituição dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan*, escrito por Myriam Elizabeth Velloso Calleffo e Cibele Cintia Barbarini. Neste texto as autoras acompanham como, desde os primeiros anos, o Instituto Butantan formou valiosas coleções de serpentes, a partir da permuta de animais por soro antiofídico. O texto esclarece como, nos diversos períodos da trajetória institucional, estes acervos biológicos foram armazenados, conservados e catalogados, constituindo dois tipos de acervos: coleções para pesquisa em Ofiologia e coleções para exposições públicas.

Um segundo sub-grupo é constituído por textos que apresentam iniciativas ligadas à prática histórica e à preservação documental, atualmente implementadas em renomadas instituições paulistas da área da saúde. Como o artigo *A identidade histórica em um museu de história da ciência*, de Suzana Cesar Gouveia Fernandes. Neste texto a autora faz um balanço de como, a partir da implantação de um plano museológico no Instituto Butantan, em 2004, o Museu Histórico ampliou suas atribuições, passando a atuar como espaço de pesquisa e formação de monitores. Esclarece que, nestes anos, além de uma reavaliação das exposições, o museu atuou em atividades de organização, preservação e disponibilização do arquivo histórico institucional. O texto reflete, ainda, sobre as múltiplas possibilidades de atuação que atualmente se abrem para o museu.

E o artigo *Concepções de História e trajetórias institucionais. Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: análise e crítica de uma experiência (1977-2008)*, de autoria de André Mota e Maria Gabriela S.M.C.Marinho. Neste texto os autores analisam a constituição deste Museu Histórico em 1977, e apresentam o projeto atualmente proposto, que segue um novo modelo museológico, com ênfase para sua atuação como centro de documentação e pesquisa em história da medicina e da saúde.

Além dos artigos, na seção Documentos e Fontes é apresentado o texto de Ana Maria da Cunha: “A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1889-1910)”, resultado de pesquisa exaustiva e que se constitui em importante instrumento para a pesquisa histórica da saúde em São Paulo.

Por fim, na seção Resenha e Revisão Bibliográfica, Priscila de Almeida Xavier apresenta o livro de Ray Edmondson, *Filosofia e princípios dos arquivos audiovisuais*. Paris, UNESCO, 2004, e sua análise dos *princípios* que regem a atuação do arquivista audiovisual, responsável pela guarda, conservação e organização de um tipo de documento cada dia mais presente, também, nas práticas científicas.

O filme de temática científica: possibilidades de uma documentação histórica

*The film with scientific subject:
possibilities of a historical documentation*

Márcia Regina Barros da Silva¹

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as possibilidades de trabalho com o cinema de temática científica, especificamente aquele relacionado com a área da saúde. O cinema como documentação histórica possibilita que as atividades de ciências possam ser discutidas em vários sentidos, principalmente no que diz respeito às particularidades das suas ações de representação do mundo natural. Como produtora de conhecimento as ciências têm a questão da reprodutibilidade de seus dados, para efetivação de sua comunicação com os pares e com o público de forma geral, um tema de grande importância. O cinema pode contribuir muito para o entendimento desses processos, assim como o filme de temática científica pode auxiliar na compreensão deste campo de produção particular no Brasil.

Palavras-chave: cinema, ciência, saúde, imagem, história

Abstract

The objective of this article is to argue the possibilities of work with the thematic cinema of scientific, specifically that one related with the area of the health. The cinema as historical documentation makes possible that the activities of sciences can be argued in some directions, mainly in what says respect to the particularities of its actions of representation of the natural world. As producing of knowledge sciences have the question of the reprodutibilidade of its data, for accomplishment of its communication with

¹ Doutora em História Social. Pesquisadora do CeHFi – UNIFESP. mbarros.cehfi@epm.br

the pairs and the public of general form, a subject of great importance. The cinema can contribute very for the agreement of these processes, as well as the thematic film of scientific can assist in the understanding of this field of particular production in Brazil.

Keyword: *cinema, science, health, image, history*

Introdução

Os resultados obtidos pela atividade de ciência necessitam de gráficos, diagramas, fotografias, filmes, computadores, enfim de uma sorte muito grande de instrumentais para serem materializados. A prática da investigação científica simplesmente não existe sem um universo de mapas, relatórios, revistas e livros, entre outros, definidos pelo próprio fazer científico como meios de transporte dos resultados obtidos pelas investigações realizadas no âmbito da ciência e que lhes serve de base material para sua inscrição.

A elaboração de um fato no laboratório até sua publicação como evidência em um artigo científico é um processo já regularmente tematizado, por diferentes correntes, no debate crítico que se realiza em torno da atividade de ciência (Kuhn, 1994; Latour, 2000; Bourdieu, 1994). A ciência em construção, tal como os autores ligados à teoria do ator-rede colocam, se contrapõe a uma ciência já pronta, em que não vemos como os dados científicos se transformam em fatos acabados, dispostos em caixas-pretas fora do alcance por não cientistas, ou mesmo por cientistas não ligados à área responsável por aquele determinado fato (Woolgar, 1991). (Imagem 1)

Estes autores defendem que somente por meio do acompanhamento da ciência em ação se pode compreender efetivamente o que é a atividade científica. Somente após uma série de transformações realizadas nos espaços dos laboratórios e a partir da estabilização das controvérsias científicas geradas nos contra laboratórios e demais fóruns de discussão (congressos, revistas, etc), é que um fato se cristaliza dando lugar a um conhecimento que pode vir a ser socializado, primeiro junto aos espaços específicos de ciências e depois ampliados por todo o universo público.

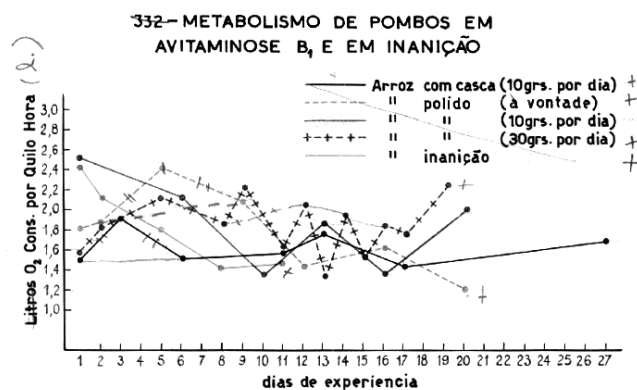


Imagem 1: Somente colocado em algum tipo de suporte o resultado dos experimentos realizados em laboratório científicos tornam-se “interpretáveis”. Se lidos como documentos, diversos dados históricos podem ser daí retirados, sob o tipo de pesquisa efetivada em uma determinada instituição, a metodologia de trabalho, os recursos técnicos e materiais disponíveis, entre outros. Gráfico de experimento realizado em 8/02/1929 no Instituto Biológico. (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico – Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde – UNIFESP).

Objetividade, verdade e prova na captura de imagens

Esta introdução nos serve de baliza para inserir a perspectiva que orienta este artigo. A idéia aqui é sublinhar as possibilidades de análise que o cinema apresenta para o entendimento da atividade científica em um determinado contexto de trabalho. Não é objetivo discutir o filme de ficção, pois neste caso estaríamos tratando de um conjunto muito diferente do pretendido, e nisto incluo o filme de ficção científica. Não tenciono examinar a ciência nos filmes, ou o contexto de sua significação, tanto como função representativa no imaginário popular, quanto sua vinculação como meio de divulgação e formação de audiência para diferentes campos das ciências. Estes objetivos, embora de grande validade para a história de modo geral (Oliveira, 2006), não permite compreender um conjunto bastante particular de produção que me interessa nesta discussão.

A intenção aqui é ressaltar a importância de um conjunto documental ainda não suficientemente analisado, aquele do filme que incorpora o fazer científico como seu arsenal de trabalho, quando o registro perpassa o próprio conteúdo da atividade de ciência.

Essa é uma vertente ainda pouquíssimo estudada pela historiografia brasileira atual, tanto nos estudos cinematográficos quanto na história das ciências, embora uma outra disciplina, a antropologia, tenha construído relações importantes entre o cinema e ciência, lugar em que as imagens em movimento aparecem, sobretudo, como ferramenta de trabalho (Ribeiro, 2005). (Imagem 2)

O cinema mantém relações estreitas com a ciência desde seus primeiros passos, pois a técnica de criar imagens em movimento, já em fins do século XVIII, vinha se multiplicando. Os primeiros estudos sobre o registro do movimento em geral se deram em diferentes sentidos, tanto sobre a expectativa de verificar a trajetória de planetas, quanto de observar, no mundo animado, detalhes da marcha de animais e do próprio ser humano.

Outros aspectos que uniram, historicamente, cinema e ciência foram os estudos sobre a percepção ótica e seus efeitos, além das relações entre a visão e as técnicas de projeção de imagens (Crary, 1992). As mudanças nas práticas de representação apontam para transformações que teriam ocorrido não apenas nos campos das artes e literatura, mas também no “discursos filosóficos, científicos e tecnológicos” (Idem, p 9). Esse processo de modernização instituiu uma “imensa reorganização do conhecimento, linguagem, redes de lugares e comunicações, e subjetividades” (Idem, p. 10). O corpo humano passaria, pelo estudo da visão e do olho, por um processo de normatização e subjetivação, que auxiliava no tratamento fragmentário do corpo humano e na organização de novos métodos de poder, pois era imprescindível “conhecimento sobre a adaptação do sujeito para produzir tarefas nas quais um *optimum* de atenção era indispensável para a racionalização e eficiência do trabalho humano” (Idem, p. 85).

Todo este processo se dará nos termos de uma reconfiguração histórica da natureza da visibilidade, com mudanças nas técnicas de registro da imagem e no acesso ao “real”, que passa a definir-se como aquilo que pode ser visto de forma correta e verdadeira (Idem, *ibidem*).

Esses apontamentos interessam na medida em que servem de indicadores de um entendimento das relações entre ciência e cinema

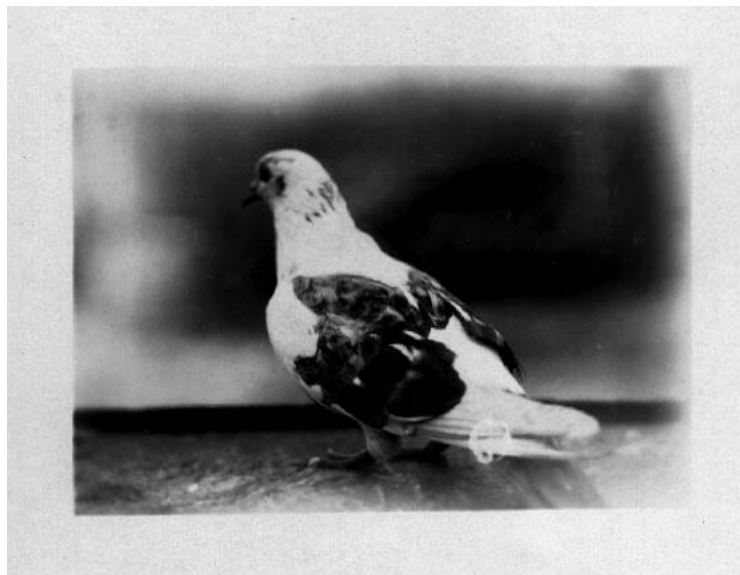


Imagem 2: Fotografia de pombo que acompanha a série de fotos dos animais utilizados em experimento realizado em 8/02/1929 no Instituto Biológico. A partir dessa imagem algumas perguntas podem ser colocadas, por exemplo, qual significado teria para a pesquisa o registro dos animais utilizados no experimento? Pode-se garantir que tenha sido exatamente esse o animal utilizado? Que grau de objetividade o ato de fotografar emprestou ao experimento? Historicamente como é realizado esse tipo de intervenção em animais? (Fonte: Acervo do Arquivo Histórico – Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde – UNIFESP).

mais amplo, em que a ciência não estaria apenas contida nos limites da atividade especializada, mas em uma ação que transborda para a vida em sociedade e suas conexões.

Para o caso aqui discutido interessa sublinhar a relação cinema/ciência em três diferentes dimensões de produção: a do filme como suporte para a realização de conhecimento científico inédito, como as que dependem da imagem para sua efetivação; a do filme educativo e a do filme de publicidade institucional. Cada uma dessas esferas deve ser esmiuçada a partir dos seus próprios contextos, mas é possível indicar alguns condicionamentos característicos do olhar a que tais produções se propõem sobre o objeto científico escolhido como tema.

Em geral os filmes de temática científica são afiliados ao gênero documental (Hamery, 2005). Como se sabe o documentário refere-

se a uma gama muito variada de métodos, estilos, técnicas e temas, não havendo uma uniformidade de abordagem entre filmes com essa etiqueta.

O que diferentes autores apontam, no entanto, é para as dimensões éticas e epistemológicas que estão na base deste tipo de produção. Uma possibilidade de interpretação do gênero documentário é a referência a uma tradição que, apesar de suas transformações, liga o nascimento do termo e do próprio gênero ao filme de “valor etnográfico” (Da-Rin, 2006, p. 20). Este movimento seria duplo “(...) de apropriação metodológica e, ao mesmo tempo, de crítica ao conteúdo” (idem, p. 21), inaugurado, segundo alguns autores, quando da crítica efetuada por John Grierson, criador da escola realista inglesa iniciada em 1927. Sua crítica principal se deu em referência ao conteúdo romântico no trabalho, do considerado pai do documentário, o norte-americano Robertt Flaherty, com *Nanook of the North* (Nanook, o esquimó) de 1922.

As estreitas relações entre cinema e ciência apontam também para uma trajetória anterior, quando o termo filme científico surge na França no catálogo da Pathé and Gaumont com o título de “Cenas de vulgarização científica”, em abril de 1910 e “Cenas instrutivas”, supervisionados por Jean Comandon (Gaycken, 2002). Segunda Gaycken neste momento as dicotomias: ficção e não ficção, comercial e não comercial, são outros termos que servem, em diferentes contextos, para definir o filme de temática científica. O autor indica ainda uma discussão que diferencia claramente “filmes a serviço da experimentação científica, por exemplo, filme como um instrumento de pesquisa, e o cinema de divulgação científica” (Idem, p. 354). Essa diferença pode ser percebida pelos diferentes modelos de distribuição e de audiência.

O uso do termo documentário teria a pretensão a uma dimensão de objetividade como se fora uma transcrição da realidade, que se coloca disponível para o registro da câmera. Sem entrar aqui no mérito teórico que pretende analisar dicotomicamente o cinema documental, ou como um objeto falso, cuja realidade é por ele construída; ou como um campo de plena significação objetiva, que

retrataria a realidade tal como ela se dá, é importante sublinhar a dimensão de prova (Delage, 2006; Baque, 2006) que é atrelada ao cinema documental e que se presta a ser, ao longo de certos filmes de caráter científico, a ligação essencial da atividade de ciência com o registro cinematográfico.

Em qualquer das três dimensões apontadas anteriormente: filme como suporte para a realização de conhecimento científico inédito; filme educativo e filme de publicidade institucional; o caráter de “prova” funciona como indicativo de uma expectativa de verdade que merece ser ao menos relacionada.

O caráter mecânico da reprodução da imagem é o que deu início, em fins do século XIX, à idéia de que seria possível eliminar a intermediação subjetiva no registro científico da natureza (Daston e Galison, 1992). Nesta direção é que a idéia de objetividade se coloca. A reprodução fidedigna erradicaria a intervenção do indivíduo na leitura da natureza, fazendo com que a máquina, e aqui as temos de vários tipos não apenas a fotográfica, das máquinas de raios-X aos microscópios eletrônicos, e vários outros tipos de registros mecânicos da imagem, fosse capaz de garantir uma objetividade correta, livre de interpretações, uma “objetividade moralizada”, “a serviço da Natureza” (Idem, p. 117).

O que nos interessa nesta discussão é avaliar como o caráter de prova, que o uso do cinema pode definir quando o registro serve ao próprio cientista em seu laboratório para capturar aspectos da sua prática, se transforma em uma demonstração visual, “ótica”, inapelável. Tal ação ocorre durante o ato de registrar, transcrever, copiar, resultados de medições obtidas dos mais diferentes modos. Estes atos ocorrem seja pelo uso de aparelhos e equipamentos de visualização que pretendem “observar” o mundo natural, quando o cientista se utiliza diferentes tipos de mecanismos (câmaras, microscópios, telescópios, etc.). Essas ações, como se pode já pressentir, não tratam jamais de observações diretas da natureza, mas de uma atividade intermediada por diversos elementos artificiais e seus híbridos como, lentes, corantes, filtros e radiações.

Tais procedimentos podem ser desdobrados em processos cada vez mais ramificados, como aqueles que necessitam da participação de um instrumental que precisa “fixar”, eles próprios, algum tipo de evidência material do que foi obtido por meio de um experimento, mas que não pode ser visto imediatamente. Tais procedimentos produzem uma imagem do dado que se pretende visualizar depois de um grande processo de “tradução” que deve ser desenvolvido e solidificado até tornar-se um fato, percebido como um dado “visível”.

Um bom exemplo, que aponta para o interesse em reproduzir certos aspectos do mundo natural, pode ser observado quando da análise de um “rastro” como o de uma molécula de DNA, que necessita passar por diferentes etapas de separação (por procedimento elétrico), exposição (em material óticamente impressionável), até sua impressão (fixação) em algum tipo de filme (radiografia) para ser visualizado e assim fixado como uma evidência científica (Amann & Cetina, 1990).

O registro visual dos conteúdos da atividade científica é parte do próprio procedimento científico. A prática científica, até hoje, tem sido obrigada a utilizar alguma forma mecânica de registro de seus dados para somente depois, devidamente interpretados e transformados, apresentar tais dados como em fatos científicos, normalmente em uma publicação textual, ou como atualmente também ocorre, em um registro eletrônico (Latour, 1990).

O cinema de temática científica

A perspectiva educativa está no cinema bem antes da produção declarada de filmes documentários: “os filmes de viagem filiavam-se ao modelo Lumière de observação da realidade, bem como a uma ideologia documental anterior ao próprio cinematógrafo, que submetia as imagens a uma perspectiva educativa” (Da-Rin, 2006, p. 46).

Contribuindo com essa perspectiva educacional, existente na cinematografia internacional, no Brasil, o documentário como recurso educativo ocupará também lugar importante na produção nacional.

Ao discutir a produção de filmes históricos, Eduardo Morettin aponta para o período do cinema brasileiro em que grupos responsáveis pela renovação na educação apoiavam o cinema educativo:

“O discurso que estipula critérios científicos para a produção de filmes históricos foi criado dentro de um movimento iniciado no decorrer dos anos 20 e 30 por diversos intelectuais, como Manuel Bergstrom Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Edgar Roquete-Pinto e Jonathas Serrano, preocupados com a incorporação do cinema ao ensino (Morettin, 2001, p. 128)

Profundamente inseridos na comunidade científica local alguns desses intelectuais estiveram ligados à criação, em 1936, do Instituto Nacional do Cinema Educativo (extinto em 1966), direção do mesmo Roquete-Pinto, antropólogo e diretor do Museu Nacional em 1926, entre outras várias atividades ligadas à educação e à pesquisa. O cineasta Humberto Mauro, responsável pela realização de filmes de temática nacional desde 1924, foi um dos mais importantes diretores a atuar no INCE, dando visibilidade à produção de filmes e documentários educativos.

Além de alguns estudos pontuais, o entendimento, no país, sobre a produção de filmes educativos, ou documentários educativos, é ainda restrita. Porém, mais desconhecidos ainda são os filmes científicos aqui produzidos, que se constituem num ponto de grandes possibilidades analíticas para o campo dos estudos de ciências, e especialmente ciências da saúde, essa é uma fonte de estudos importante.

O filme científico tem uma especificidade que o diferencia do filme educativo Sua proposta de recorte institucional traz para discussão questões sobre a prática científica e sobre os modos de representação visual das ciências. Tais procedimentos devem, no entanto, ser lidos em cada caso específico e não como uma forma em si de entendimento das atividades de ciência. Além disso, todas as implicações sociais que a análise histórica com o cinema possibilita estão presentes também nos filmes de conteúdo científico e nisso o

filme de temática científica deve receber o mesmo tratamento que qualquer outro filme: “Para que possamos recuperar o significado de uma obra cinematográfica, as questões que presidem o seu exame devem emergir de sua própria análise” (Capelatto, 2007, p. 63)

As instituições de ciência são, provavelmente os lugares que concentram a maior possibilidade de realizar esse tipo de produção, e também são os espaços que melhor podem indicar a existência desses filmes no país.²

O cinema de Benedito Junqueira Duarte

Seguindo o encaminhamento proposto acima um exemplo importante da produção de filmes científicos pode ser visto no trabalho do cineasta Benedito Junqueira Duarte. Sua produção foi realizada em conjunto com diferentes nomes da medicina paulista, a partir da década de 1950, com grande repercussão na área médica. Além da realização de mais de 500 filmes científicos, o cineasta participou intensamente de congressos e festivais, obtendo cerca de 50 prêmios nacionais e internacionais.

B. J. como ficou conhecido desempenhou diferentes funções em sua longa carreira. Trabalhou como fotógrafo com Mário de Andrade no Departamento de Cultura da Prefeitura do Município de São Paulo, na Seção de Iconografia, entre 1937 e 1964 (Duarte, 2007). Foi crítico de cinema a partir de 1946, atuando até 1950 a convite de seu irmão Paulo Duarte, também redator chefe, no jornal *O Estado de São*, trabalhou também para a *Revista Anhembi*, até 1962 e nos jornais do grupo *Folha* de 1956 a 1965 (Catani, 1991).

² Acervos de imagens em movimento especializado em documentários educativos são cada vez mais freqüentes, mesmo com a dispersão que caracteriza este tipo de material. Em São Paulo a Cinemateca Brasileira <http://www.cinemateca.com.br/> é um local de referência sobre esse a produção cinematográfica nacional. Assim como a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, <http://www.mamrio.org.br>. Também no Rio de Janeiro, o Arquivo da Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz http://www.coc.fiocruz.br/areas/dad/guia_acervo/index.htm e o Laboratório de Vídeo Educativo, Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde, do Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro <http://acd.ufrj.br/nutes/Nutes/lve.htm#q6>, são locais de referência específicas sobre o campo da saúde.

B. J. iniciou a produção de documentários em 1936 com o filme *Parques e Jardins de São Paulo*, produzido para o DCM. Seu primeiro filme “científico” foi realizado em 1943, intitulado *Apendicectomia*. Dedicou-se especialmente à realização de filmes de temática médica⁴, sendo contratado como assessor na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em fins dos anos 1960, onde atuou até sua morte, em julho de 1995.

Dois filmes em especial nos interessam neste momento:

1 - *Marca-passo implantável*, 1968, realizado com assessoria científica do médico Adib Jatene, contando com produção do Laboratório Sandoz do Brasil. Apresentado no IV Festival do Filme Científico do Brasil e Congresso Paulista de Cirurgia, realizado em São Paulo no mesmo ano, recebendo então o prêmio Manuel de Abreu de melhor filme do Festival.

2 - *Válvula Cardíaca*, 1968, realizado com assessoria científica de Adib Jatene, produção do Laboratório Johnson e Johnson e da Associação Nacional de Assistência ao Cardíaco – ANAC.

Segundo o diretor o maior objetivo do seu cinema seria a busca por explicar os “fatos e fenômenos da ciência”, através da tentativa de penetrar em locais pouco acessíveis do corpo humano e assim “colher imagens fugidias e inimigas da captação” (Duarte, 1982, vol. III). Tais expectativas podem ser destacadas tanto no entendimento de que esses seriam filmes, que mesmo realizados para serem visto por platéias de especialistas, desempenhavam uma função promocional, ao procurarem registrar uma memória específica de um momento particular da medicina praticada em São Paulo. Em segundo lugar seria possível apontar a presença da linguagem cine-

³ Duarte faz referência a um outro realizador que atuou no Instituto Biológico: “Até então [1949], pouco, quase nada, se havia realizado no Brasil, no campo do cinema científico, pelo menos de modo sistemático, com orientação e constâncias certas (...). Houve, entretanto, um pioneiro: Alberto Federmann, antigo técnico do Instituto Biológico, para ali levado pela mão de Arthur Neiva, em 1924. Federmann morreria em 1958, após muitos anos de atividade fecunda sem, entretanto, ter realizado grande parte do que era capaz”. Op. Cit. Duarte, 1982, vol. III, pp. 10-11.

⁴ B. J. realizou extensa lista de filmes sobre medicina, executados em parceria com diferentes laboratórios da área médica entre os quais estava Laboratório Torres, Johnson & Johnson, Laboratório Roche, Rhodia no Brasil, Carlo Erba do Brasil, entre outros.

matográfica como lugar de ação de um discurso científico de base experimental e tecnológica que conferia ao específico cinematográfico a função de produzir provas de verdade sobre o mundo “natural”, aquele identificado nos filmes com o corpo humano.

Um terceiro ponto a ser destacado e que deve funcionar como centro da discussão pretendida é o debate sobre a forma de representar o conhecimento científico presente na intersecção das duas noções anteriores e que o uso da linguagem fílmica acaba por salientar. Nesse sentido é que a condição de filmes documentários, em que a função de memória histórica se insere como exigência do próprio ato cinematográfico faz com que os filmes estabeleçam-se tanto como peças de promoção de indivíduos e instituições quanto funcionem como espaços de construção de verdades científicas. A relação estreita entre imagem e verdade que se constroem nesses filmes se dá justamente a partir de uma noção específica e nova para aquele momento de conhecimento médico, inaugurado pelas operações intracardíacas, realizadas com visão direta do órgão e que procura tornar universal procedimentos altamente especializados e experimentais.

Os dois filmes pretendiam dar a conhecer o trabalho realizado por médicos que desenvolviam suas atividades em instituições médicas paulistas, principalmente Hospital das Clínicas, pertencente à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; do Instituto Dante Pazzanese, da Secretaria de Saúde de São Paulo e Hospital São Paulo, ligado a então Escola Paulista de Medicina.

A cirurgia cardíaca começou a ser realizada no Brasil na década de 1940 a partir desses espaços e foi praticada, grosso modo, em três diferentes etapas, próximas com o que ocorria em outras partes do mundo. No primeiro período a atuação do cirurgião se dava pela intervenção nas grandes artérias e veias, externamente ao coração. No segundo período a cirurgia passou a ser feita como o momento de penetração no órgão cardíaco, a chamada cirurgia intracardíaca ou fechada, realizada por meio da apalpação do coração e desobstrução de válvulas. E um terceiro tempo aquele em que a cirurgia intracardíaca era realizada com visão direta, ou seja, com

a abertura do coração, onde a circulação de sangue e conseqüente oxigenação do órgão eram feitas de maneira extra-corporea, por meio de maquinaria construída para aquele fim.

Os filmes em questão situam-se já no último período exposto, aqui, a pretexto de divulgar novos procedimentos cirúrgicos e novas técnicas de intervenção médica a partir do uso de aparelhagem, equipamentos e novos instrumentos, o marca-passo e a válvula cardíaca, apresentava-se principalmente uma organização particular da atividade médica. Os procedimentos vistos nos filmes comportavam tanto a temática experimental, quanto à prática da intervenção. Esse seria o espaço de ação em nome da ciência e da tecnologia e não exatamente do atendimento médico, já que não eram observadas questões que envolvessem o método diagnóstico e possíveis prognósticos.

Em entrevista⁵ o médico Adib Jatene, assessor científico nos dois filmes estudados e também o cirurgião responsável nas duas cirurgias filmadas, faz sua descrição da confecção da válvula cardíaca que nos serve de roteiro das imagens contidas no segundo filme:

AJ – Os moldes, tudo feito lá no Dante [Pazzanese]. Eu fui procurar, a válvula era uma gaiolinha metálica como uma bolinha de silicone dentro. Então eu fui ver que metal era aquele, era uma liga de cromo, cobalto, molibdênio e níquel que é o estelaide 21. O estelaide 21 era uma liga metálica que se usava para prótese dentaria, para ponte móvel, então eu fui nos protéticos para ver como é que eles fundiam, e eles disseram não, isso aqui tem que fazer em [molde]... Tira o molde em cera e depois a gente fundi. Se o sr. me der a válvula em cera agente consegue fundir. Então eu fui ver como é que eu podia fazer a gaiola em cera e eu fiz uns moldes pequenos, primeiro do anel da válvula, desmontável com 4 peças para injetar a cera, depois desmontar e ficar com o anel em cera, isso esta tudo no filme, depois eu fiz uns dispositivos em que eu colocava o anel, isso em duas peça e ai eu colocava os

⁵ Entrevista realizada com o Dr. Adib Jatene. Local: Consultório – Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 147, 2º. andar, Paraíso, Hospital do Coração – HCOR. Data: 23 de maio de 2007. Realizada por: Márcia R. Barros da Silva, gravada em arquivo digital, armazenada no Centro de História e Filosofia da Saúde – CeHFi – UNIFESP.

arames de cera nesse molde para que a valvular ficasse sempre do mesmo tamanho, e eu tirava a válvula do anel. A válvula, como o dispositivo era duplo, eu conseguia tirar da gaiola sem estragar a gaiola, e a gente colocava nos canais de fundição, nos, eu fazia pessoalmente e fui eu que ensinei o pessoal lá no Dante [Pazzanese] a fazer depois, então a mão que você vê é a minha mão. (...)

AJ - E depois a gente embutia em cera, em material cerâmico, nos fizemos um vibrador especial para poder fazer isso, e depois levava para o forno a 1200 c. então a cera volatilizava e ficava o negativo da válvula dentro do molde de cerâmica. Você pegava aquilo, com umas coisas ..., umas pinças especiais, botava na centrífuga de fundição, botava a liga, fundia a liga com maçarico e ai disparava a centrífuga, então a liga enchia o molde (..) e ai nós quebrávamos o molde e tirávamos a válvula em metal, tirava os canais de fundição, retificava as medidas, polia, etc., depois fazia a bola, isso esta tudo no filme. (...)

AJ – ... fazia a bolinha, depois cura a bolinha, põe dentre, costura o colarinho, quem costurava era a Rute, que trabalhava comigo, ela era enfermeira nossa, ela que costurava o colarinho, então aquela mão com a agulha aquilo era a Rute, depois punha a bola e levava para esterilizar. Então isso foi colocado no filme, todas essas etapas, depois então nos colocamos, fizemos o implante, para mostrar todo o processo, então dependendo da coisa a gente passava só a válvula, [ou] passava só a operação (Jatene, 2007).

O entendimento dessas escolhas, construir no Brasil, com materiais locais, equipamento médico super especializado, pode possibilitar avaliar o olhar que conjuntamente produzia explicações sobre o corpo, num órgão específico, o coração, e que demonstrava capacidade e desejo de reproduzir tecnologicamente as peças que de outra forma teriam que ser adquiridas no mercado estrangeiro, notadamente norte-americano. A atividade médica científica que se queria participante da produção internacional, para adentrar nesse universo necessitava prioritariamente construir capacidades de interação, tanto por meio do domínio dos procedimentos médicos correspondentes, quanto pelo acesso aos artefatos pertinentes àquele campo:

AJ – (Não) isso foi uma conquista brutal, porque na época a válvula americana custava 320 dólares, e eu fiz essa válvula no Dante Pazzanese que é da Secretaria da Saúde [do Estado de São Paulo], sem nenhum interesse financeiro, e eu fornecia para os cirurgiões brasileiros, para os vários serviços, que trabalhavam com o antigo INANPS, essa coisa que não tinha dinheiro. Eu fornecia a válvula por quarenta dólares, então isso teve uma repercussão na experiência brasileira. Quer dizer o pessoal fora não conseguia entender como o Brasil conseguia tanto volume de cirurgia valvular. O [Euriclides de Jesus] Zerbini levava as experiências somadas do Dante [Pazzanese] e do Hospital das Clínicas, era uma das maiores experiências do mundo na época, isso teve uma importância enorme no desenvolvimento da cirurgia cardíaca aqui no Brasil (Jatene, 2007).

Somente a partir deste tipo de iniciativa local se poderia arrematar experiência suficiente para influir na produção acadêmica científica internacional na área de conhecimento cardiológico, como o que ocorreria a partir daqueles anos com o grupo médico paulista frente à produção mundial em cirurgia cardíaca⁶.

Os dois filmes, *Marca-Passo Implantável* e *Válvula Cardíaca* tiveram outros colaboradores, profissionais e instituições que naquele momento eram os principais locais de estudo sobre as doenças cardíacas em São Paulo e no Brasil. No primeiro filme colaboraram o médico José Feher, e o engenheiro Adolfo Lerner, ambos do INCOR. Como suporte institucional apareciam a Fundação de Pesquisas do Instituto de Cardiologia, a Associação Nacional de

⁶ Ao acompanhar o desenrolar do que foi nomeada como a “cirurgia coronariana moderna”, a produção do cineasta paulista atingiu o seu ponto mais conhecido com a realização no Brasil do 1o. Transplante Cardíaco Humano da América do Sul. Sendo a 17o. cirurgia de transplante realizada no mundo, em maio de 1968, conduzida pelo médico Euriclides de Jesus Zerbini, do Hospital das Clínicas – USP, filmada e fotografada por B. J. Duarte, esta cirurgia foi também marco da produção científica brasileira na área. 1968 foi um ano marcado também pelo recebimento de seis prêmios internacionais: Dois no Brasil, um na Itália, um na França e um na Grã-Bretanha, todos por filmes de temáticas médica (Duarte, 2007)

Assistência ao Cardíaco, a Oficina Experimental e de Pesquisa Instituto de Cardiologia do Estado e o Hospital São Paulo, ligado à Escola Paulista de Medicina.

O segundo filme, *Válvula Cardíaca*, também com assessoria de Adib Jatene, apresentava como produtores a Associação Nacional de Assistência ao Cardíaco – ANAC, instituição sediada em São Paulo. Nesse filme tiveram agradecimento especial a Sra. Renata Crespi da Silva Prado e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, além do apoio técnico de funcionários das instituições citadas.

Os dois filmes apresentam uma primeira parte que podemos chamar de “funilaria”. Inicialmente as peças eram expostas prontas, para logo em seguida serem mostradas em construção.⁷ (Imagem 3)



Imagem 3: Revista Fatos e fotos. Edição histórica. Todas as fotos do transplante brasileiro. Brasília, 13 de junho de 1968. Ano VIII. No. 394, pp. 6-7. Euriclides Zerbini (direita), Luis Décourt (esquerda) e Campos Freire (centro). 26 de maio de 1968. Hospital das Clínicas, SP

⁷ As imagens do primeiro transplante cardíaco realizado no Brasil, veiculadas na imprensa nacional, reforçam a argumentação identificada nos filmes. Todas as imagens da edição aqui utilizada da Revista Fatos e Fotos, de circulação nacional, foram realizadas por Benedito Junqueira Duarte, tendo Estanislau Szankoviski como assistente.

Uma segunda parte também pode ser identificada em ambos os filmes. Nesta surge a intervenção médica propriamente dita. A presença do cirurgião era sentida apenas por meio de suas mãos, vistas durante a cirurgia e na colocação das peças, assim como ocorria com a etapa da construção em que só se via as mãos dos envolvidos, o que era o comum em filmes médicos.

Esse “balé de mãos e luvas” (Duarte, 1982), como identificava B. J. Duarte, sugere personagens bem conhecido do público especializado, embora sem rosto e, portanto sem “identidade”. Esse seria um aspecto da captação das imagens em que a pretensa “neutralidade” e “objetividade” da atividade científica ficaria subentendida. (Imagem 4)



Imagem 4: Revista Fatos e fotos. Edição histórica. Todas as fotos do transplante brasileiro. Brasília, 13 de junho de 1968. Ano VIII. No. 394, pp. 44-45. “O sucesso nasce neste momento. Prossegue a implantação do novo coração. Agora, o Dr. Zerbini e sua equipe começam a suturar as artérias. Da precisão destes movimentos é que depende o sucesso da operação.”

Existem outras diferentes hierarquizações construídas pelas imagens e que auxiliam no subtexto de uma ciência vigorosa e determinada, que não serão esmiuçadas aqui, mas é possível perceber que a câmara cinematográfica perfazia movimentos que em que se percebia a participação do cientista, ou pelo menos a presença do seu discurso, na própria captação das imagens, pois a escolha dos momentos que deveriam permanecer nos filmes acabava sendo feita preferencialmente pelo médico (Jatene, 2007).

A crer no objetivo mencionado por Benedito Duarte a câmara que entra nos recônditos do corpo humano, no seu interior, nos espaços dos mais inacessíveis, o do coração, quer mostrar a atividade do médico, mas na verdade só pode olhar o que se imagina que ele vê. (Imagem 5)



Imagem 5: Revista Fatos e fotos. Edição histórica. Todas as fotos do transplante brasileiro. Brasília, 13 de junho de 1968. Ano VIII. No. 394, pp. 34-35. Equipe de filmagem na sala de cirurgia. “Na foto pequena, à esquerda estes momentos dramáticos podiam ser vistos através dos reflexos dos visores da sala de operação.”

A profundidade do olhar pretendida pelo diretor apenas nos lembra que há uma impossibilidade pulsante, a de ver o mesmo que o cirurgião. A câmara não consegue, obviamente, estar ao mesmo tempo em que o cirurgião, posicionada no mesmo ângulo deste. Ela apenas podia tentar se instalar no melhor ângulo possível para captar o momento da intervenção que se queria mostrar. Como podemos confirmar na entrevista com o médico Adib Jatene:

(...)

AJ - Hoje você tem câmaras pequenas, que você bota no foco que ilumina. Antigamente não, era uma bruta câmara que ele [B. J. Duarte] tentava, ficava tentando, colocando em tripé, colocar em posição, para pegar todo o campo operatório.

M - Não incomodava vocês?

AJ - Não porque a gente tinha interesse em filmar e a gente ajudava, não por a mão e ele ficava olhando, [dizia] tira a mão ...

M - Tinha algum cuidado maior de vocês, que vocês não teriam quando era uma cirurgia comum, tipo para não sujar ...

AJ - Era uma [cirurgia] mais demorada, porque você tinha que preparar o campo para filmar, para sair uma coisa bonita, demorava mais, demorava mais, era mais trabalhoso, precisava parar, mas funcionou muito bem.

O médico nessas imagens filmadas se transformava perfeitamente no cientista, apresentando uma performance, em algumas de suas faces, como um explorador do desconhecido. Outro dado importante é que ao mesmo tempo em que o objetivo do filme seria dar a conhecer à sua audiência o processo e as técnicas envolvidas na cirurgia cardíaca praticada por determinado grupo brasileiro e paulista, servia também como possibilidade de espetacularização da atividade científica, da sala de cirurgia, do laboratório do cirurgião aos não pertencentes aquele grupo.

Ver e mostrar o que ocorria no mundo “interno” da ciência, produzia um olhar profundo não apenas da câmara que vê o corpo humano que o médico nos possibilitou conhecer, como igualmente nos propicia ver mais intimamente o médico, cientista em ação.

Em alguns momentos as mãos e os equipamentos presentes na sala cirúrgica são apresentados desfocados em relação às imagens mais nítida do corpo humano, em benefício da relação luz/cor/profundidade. B. J. em seus textos apontava um outro aspecto central na realização de seus filmes: a busca pela obtenção de técnicas originais, em que se valendo dos efeitos de iluminação e de sua relação com a cor procurava “tornar também artístico aquilo, que para alguns, deveria restringir-se somente ao científico”, atento ao “ponto de vista do cirurgião”, em busca do “centro do campo operatório”, segundo ele, “de maior interesse didático e estético” (Duarte, 1982, vol. III, p. 12).

A função de levar ao público as práticas e ações dos espaços particulares da atividade de ciência, principalmente dos acontecimentos realizados nos universos especiais dos laboratórios, aqui das salas cirúrgicas, fazia com que também os não especialistas, médicos, mas igualmente qualquer outro público pudesse participar desses mundos desconhecidos.

Pensar a imagem cinematográfica como um modo de construir e solidificar uma memória histórica sobre as realizações e personagens envolvidos na produção destes filmes em especial, serve para pensarmos também como estavam em destaque proposições que pretendiam anunciar, e capturar, a crescente eficiência das ações médicas, identificando em solo nacional seus representantes e ao mesmo tempo enaltecendo o discurso tecnológico daquela medicina.

Assim a cena final do filme *Marca-passa*, em que o paciente movimenta o rosto, único momento em que vemos um dos participantes da cirurgia também integralmente, serve para demonstrar que a intervenção foi bem sucedida, que o paciente sobreviveu e que por fim todas as atividades de desenvolvimento e produção das peças foram efetivas. O mesmo pode ser entendido também na cena

final de *Válvula*, em que o jorro final de sangue encerra o próprio filme, como a nos dar notícia de que o implante e o ato operatório tiveram finais positivos, com todas as funções daquele corpo invadido voltou a funcionar normalmente.

Conclusão

A idéia aqui foi apontar as possibilidades de análise com as imagens cinematográficas e a ciência e proceder a uma pequena avaliação do trabalho de um realizador bastante bem situado no contexto sócio-cultural paulista, Benedito Junqueira Duarte. Em meio a uma variada e ampla produção o tema da cirurgia cardíaca foi pressentido por ele mesmo como um grande momento da sua carreira e nos interessa aqui por possibilitar uma dupla discussão. Por um lado a análise de uma nova experiência visual que se construía com as imagens internas do corpo humano, especialmente dos trabalhos relacionados à cardiologia. Por outro lado como um aspecto da história de um novo campo de especialização médica no Brasil.

As cirurgias realizadas em São Paulo, entre outros pelo médico amplamente reconhecido Euricydes de Jesus Zerbini, Adib Jatene e outros, colocou o país como um dos destaques médicos na área. A interseção entre esta temática médica e a opção pelo cinema como um dos meios de divulgação de novas técnicas cirúrgicas e da introdução de equipamentos nacionais foi um processo possibilitado pelas dimensões visuais do cinema e também da medicina, enquanto um know-how científico amplamente sustentado pela idéia de visualidade. O ensino da medicina se dá, desde seus primórdios, pelo acompanhamento prático de um médico mais experiente por um médico mais jovem. A perspectiva de educar o seu público acabava funcionando como uma forma de educar visualmente todo aquele que entrasse em contato com a sua linguagem, tanto de uma medicina cada vez mais tecnológica em um mundo crescentemente medicalizado, quanto de uma virtual realidade nacional.

A construção de um novo corpo, agora corpo cardíaco, acessível ao olhar do médico/cirurgião/cientista trazia em consequência uma nova verdade/realidade sobre o mundo, até aquele momento de difícil acesso, mas que passava a ter existência mais clara a medida que se consubstanciava nas imagens amplificadas do cinema.

Não há a intenção de colocar em questão competências, até porque elas se criam em função das questões que lhe são colocadas na expectativa de serem resolvidas. Os médicos que se propuseram a participar do movimento mundial daquela especialidade, a cirurgia e o transplante cardíaco, se encaminharam e construíram seus espaços de atuação e foram por isso reconhecidos. Para a crítica, no entanto, o importante é perceber as possibilidades de circulação que o cinema permite às atividades científicas e quanto a prática da ciência contribui para que o cinema adquira novas competências e habilidades, com a câmera, com a linguagem e com a fixação da imagem do corpo, tão importante para o cinema contemporâneo e para a dinâmica científica de modo geral.

Referências bibliográficas

- Baqué, D. *Pour un nouvel art politique. De l'art contemporain au documentaire*. Paris : Flammarion, 2006.
- Bordieu, P. O campo científico. In : Ortiz, Renato (Org.). *Sociologia*. São Paulo : Ed. Ática, 1994, pp. 122-155. (1ª. Ed. 1976).
- Capelato et all. *História e cinema*. São Paulo : Alameda, USP, 2007.
- Catani, AM. *Cogumelos de uma só manhã. B. J. Duarte e o cinema brasileiro. Anhembi: 1950-1962*. Tese de doutoramento. FFLCH- USP (sociologia), 2 Vols. 1991.
- Crary, J. *Techniques of the Observer. On Vision and Modernity in the Nineteenth Century*. England : MIT Press, 1992.
- Da-Rin, S. *Espelho partido. Tradição e transformação do documentário*. RJ. : Azougue, 2006 (1ª. Ed. 2004).
- Daston, L e Galison, P. The Image of Objectivity. In : University of California Press. *Representations*, n. 40. Special Issues: *Seeing Science*, autum, 1992, pp. 81-128.
- Delage, Cn. *La vérité par l'image. De Nuremberg au procès Milosevic*. Paris : Denoel, 2006.

- Duarte, B.J. B. J. Duarte. *O caçador de imagens*. SP : Cosac Naify, 2007.
Textos: Júnior, Rubens Fernandes et. Al.
- _____. *A luz fosca do dia nascente. Crônica da memória, vol I; Nas trilhas do cinema brasileiro. Caçadores de imagens. Crônica da memória, vol II; Lâmpada cialítica: namoros com a medicina – Crônica da memória, vol. III*. São Paulo, Massao Ohno – Rowistha Kempf Editores, 1982.
- Gaycken, O. ‘A Drama Unites Them in a Fight to the Death’: some remarks on the flourishing on a cinema of scientific vernacularization in France, 1909-1914. *Historical Journall of Film, Radio and Television*, vol. 22, no. 3, 2002, pp. 353-374.
- Hamery, R. Jean Painlevé et la promotion du cinéma scientifique em France dans les années trente. 1895, no. 47, décembre, 2005, pp. 79-95
- Knorr-Cetina, K. *Epistemic cultures. How the sciences make knowledge*. England : Harvard University Press, 1999.
- Kunh, T. *A estrutura das revoluções científicas*. SP : Editora Perspectiva, 1994 (1ª. Ed. 1962).
- Landecker, H. Microcinematography and the History of Science and Film. *Isis*, 2006, vol. 97, pp. 121-132.
- Latour, B. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo : Editora Unesp, 2000 (1a. edição 1987).
- _____. Drawing things together. In: Lynch, Michael & Woolgar, Steve (Ed.). *Representation in scientific practice*. The MIT Press, Cambridge, Massachusetts, 1990, pp. 19-68.
- Lynch, M e Woolgar, S (edts.). *Representation en scientific practice*. England : The MIT Press, 1990, 1a. ed., 1988.
- Morettin, EV. Dimensões históricas do documentário brasileiro no período silencioso. In : *Rev. Bras. de História*. SP, v. 25, no. 49, 2005, pp. 125-152.
- Oliveira, B.J. Cinema e imaginário científico. In : *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13 (suplemento), outubro de 2006, pp. 133-50.
- Ribeiro, JS. Antropologia visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Rev. Antropol.* vol.48 no.2, São Paulo July/Dec. 2005, pp. 613-648.

Silva, MRB. *Estratégias das Ciências: a história da Escola Paulista de Medicina (1933-1956)*. Editora Universitária São Francisco, 2003.

Woolgar, S. *Ciencia: abriendo la caja negra*. Barcelona: Antropos, 1991 (1a. Edição, 1988).

Entrevista

Jatene, A. Entrevista. Local: Consultório – Rua Desembargador Eliseu Guilherme, 147, 2º. andar, Paraíso, Hospital do Coração – HCOR. Data: 23 de maio de 2007. Realizada por Márcia Regina Barros da Silva, gravada em arquivo digital, armazenada no Centro de História e Filosofia da Saúde – CeHFi – UNIFESP.

Filmes

Marca-passo implantável, 1968 [?], Direção B. J. Duarte. Assessoria científica Dr. Adib Jatene. Produção Laboratório Sandoz do Brasil.

Válvula Cardíaca, 1968 [?], Direção B. J. Duarte. Assessoria científica Dr. Adib Jatene. Produção Laboratório Johnson e Johnson e Associação Nacional de Assistência ao Cardíaco – ANAC.

Fonte

Revista Fatos e fotos. Fotos de Benedito Junqueira Duarte e Estanislav Szankoviski. Brasília, 13 de junho de 1968. Ano VIII. No. 394, 28 páginas.

Montando um quebra-cabeça: a coleção “Universidade de São Paulo” do Arquivo Público do Estado de São Paulo

*Solving a Puzzle: a collection
“Sao Paulo University” from
the Sao Paulo Public Archive*

*Maria Lucia Mott¹
Ivomar Gomes Duarte²
Marcela Trigueiro Gomes³*

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar roteiros para o estudo da história dos trabalhadores, da formação profissional, das instituições e dos usuários dos serviços de Saúde, nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo. Destaca a importância da documentação referente à Universidade de São Paulo (1911-1918), preservada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, por problematizar diferentes aspectos da vida social no período, estabelecer um diálogo com bibliografia sobre história da Saúde e da Educação e por levantar questões sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de São Paulo. A Universidade, criada em 1911, era uma escola particular, tinha como proposta a formação de alunos nos diferentes níveis de ensino. Fundou, entre outros estabelecimentos, a primeira Faculdade de Medicina de São Paulo, o Hospital de Caridade do Braz (Instituto Pereira Barreto). Formou, na área da Saúde, alunos nos cursos de odontologia, farmácia e medicina, até ser fechada em 1918.

Palavras-Chave: Ensino Superior, Documentação e Arquivos, História das Ciências da Saúde, Universidade de São Paulo.

¹ Doutora em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Instituto de Saúde – SESSP. cucamott@uol.com.br

² Médico Sanitarista. Laboratório Especial de História da Ciência do Instituto Butantan - SESSP

³ Graduanda em História da UNIFIEO e estagiária da FUNDAP no Instituto de Saúde - Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas - SESSP

Abstract

This article has as its objective to present a guidelines for the survey of the history of professionally trained workers, institutions and users of the health service during the first few decades of the 20th Century in São Paulo. It highlights the importance of the documentation referring to the University of São Paulo (1911-1918), preserved by the Public Archive of Sao Paulo State, to analyze the different aspects of the social life during this period, to establish a dialogue with bibliography on history of Health and Education and to raise questions about the preservation of the historical and cultural heritage of São Paulo. The University, created in 1911, was a private college, and had as its proposal the students' formation in various different teaching levels. The Univerity founded the Hospital Charity of Braz (Institute Pereira Barreto) and taught/specialized in the area of Health and students graduated in dentistry, pharmacy and medicine, until being closed in 1918.

Key_Words: Higher Education; History Sources, History of the Health Sciences, São Paulo University

Introdução

“(...)em referência à Faculdade de Medicina, à direção que a ela tem sido dada e está dando o dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. Só a ele responsabilizamos pelos erros praticados, pelas injustiças, pelo mau caminho (...) não tinham ainda ecoado cá fora os surdos queixumes que se ouvem inúmeros e contínuos na Santa Casa, contra a vontade absorvente e constante do seu diretor clínico, que não admite quem lhe faça sombra, na constante preocupação do seu eu, da sua personalidade de cara fechada e carancudo querendo manter a “fortiori”, aquela nomeada que se acha atualmente sombreada por cirurgiões como Antonio Candido Camargo, Luiz Rego e Baeta Neves. Desta hostilidade a tudo e a todos que o possam enfrentar deu provas não aconselhando que se fizesse concurso para o provimento das cadeiras vagas. Se houvesse concurso, disputado a cadeira de Fisiologia, o Dr. Valeriano de Souza cujos conhecimentos gozam a invejável fama de não

serem excedidos por qualquer outros de seus colegas. O dr. Arnaldo Vieira de Carvalho não se sujeitou às prova públicas para dar preferência ao mérito, ao contrário, escolheu ao seu sabor e deu a cadeira de fisiologia a Ovídio Pires de Campos(...) A Faculdade de Medicina está tendo a administração toda pessoal, toda individual, tal qual a Santa Casa e como o diretor só vê na vida a agressão e a defesa, ele se sobrepõe a todos e a tudo: de sobrececho carregado, com a fisionomia de quem oculta a alma (...) espezinha os colegas, os amigos, os alunos e os conhecidos, influenciado pelo soberano desprezo com que ele encara essa humanidade que se enoja de pertencer.” A Tribuna, 04/04/1914

Esse recorte de jornal com referências à Santa Casa, à Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e a alguns médicos do período, faz parte de uma dezena de cadernos contendo *clippings*, entre 1911-1919 (textos, fotos e caricaturas) da Coleção Universidade de São Paulo, preservada pelo Arquivo Público do Estado. As matérias discorrem sobre a instalação e o funcionamento da Universidade de São Paulo, os problemas para o reconhecimento da escola e a revalidação dos diplomas, os primórdios da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, as discussões da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, as mudanças no Serviço Sanitário do Estado, a situação de outras escolas superiores, entre outros temas.

Essas matérias documentam idéias, atitudes e valores de grupos e de indivíduos que estavam em postos de comando no executivo e legislativo, atuavam na área das Ciências da Saúde e no ensino superior em São Paulo. Falam de disputas pela primazia na formação médica e pelo reconhecimento profissional, da movediça rede de relações profissionais, da circulação de profissionais por instituições da Capital, das práticas no meio estudantil, evidenciando como as histórias das instituições se cruzam e complementam.

A Coleção Universidade de São Paulo, não é desconhecida, já subsidiou vários estudos sobre educação nas primeiras décadas da República, institucionalização da medicina em São Paulo, mulheres na medicina e na odontologia: Cunha, (1980); Mott, Etal, (2008); Mota, (2005); Mota, (2004); Sadi, Freitas, (1995); Silva, (2003); Silva (2006); Teixeira, (2001); Teixeira, (1985); Vieira (2006). Márcia Regina Barros da Silva, em (2006), e, Mott, Etal, (2007). Além dos recortes de jornais, a Coleção possui atas, estatutos, memoriais, correspondência, relatórios, conferências, aulas inaugurais, discursos, escrituras, recibos, livros (de ponto, de contabilidade, de matrículas, de termo de compromisso e posse de professores), prontuários de alunos, prontuários médicos e odontológicos, publicações, caricaturas, fotos, entre outros documentos, que somam 138 latas (mais 11 que não se sabe ao certo a procedência). A quantidade e variedade de tipos de registros e a diversidade de dados possíveis de serem levantadas, surpreendem (Anexo 1).⁴ Deve ser destacada que a importância do conjunto documental para os estudos históricos está diretamente relacionada à diversidade de documentos preservados, alguns deles nem sempre considerados significativos para a memória institucional, portanto, descartados.

A Coleção teria sido doada nos anos 1940, pela Faculdade de Direito São Francisco, ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, informação essa que está sendo investigada pelo próprio Arquivo do Estado. O inventário disponibilizado para consulta, não está completo.⁵

⁴ Nem sempre o conteúdo da lata se restringe ao assunto referido. Em várias latas são encontrados documentos e informações sobre temas diversos.

⁵ Até o momento não foi possível levantar dados sobre a “construção” da memória da primeira universidade do Estado (preservação e organização da Coleção do Arquivo do Estado), nem sobre quem selecionou e descartou os documentos, se responsabilizou após o fechamento da Escola pela sua guarda, nem mesmo como teria ido (e se foi) parar na Faculdade de Direito São Francisco. A diversidade de documentos que integram a Coleção sugere numa primeira leitura, ter sido, em parte, organizada e preservada para responder a uma função probatória (para uso dos alunos, de idoneidade acadêmica e financeira da instituição, de regularidade de funcionamento, validação dos diplomas). Há evidências da existência de outros documentos sobre a Universidade Livre de São Paulo além daqueles preservados na Coleção (Cunha, 1980, Mota, 2005; Silva 2006; Teixeira, 2001).

Esse artigo procura chamar a atenção da relevância e riqueza da Coleção não só para a história da instituição, como para o estudo de vários estabelecimentos de ensino e de formação profissional e de atendimento à saúde, bem como para a vida social nas primeiras décadas do século XX, em São Paulo.⁶

A memória da cidade de São Paulo encontra-se dispersa em diferentes fundos e coleções de arquivos públicos e privados, com diferentes níveis de organização e estrutura para receber pesquisadores e instrumentos de pesquisa, como inventários e catálogos. O mapeamento dessa documentação se faz necessário, pois encurta caminhos, economizando horas, dias e meses de busca, levanta novas questões e amplia o leque de perguntas sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural de São Paulo e sobre a difusão da informação e do conhecimento.

Relatório, Memoriais, Clipping

A versão institucional da história da Universidade de São Paulo, doravante nomeada de *Livre*, entre 1911 e 1917 pode ser levantada no Relatório de 1913, elaborado pelo reitor para o Conselho Superior da própria Escola, e nos Memoriais dirigidos ao Conselho Estadual e Federal de Ensino, publicados em 1914 e 1917⁷. Os textos informam sobre os sócios fundadores, os profissionais envolvidos nos projetos, convidados e contratados, as participações acadêmicas, a situação financeira, as ações, a proposta de ensino e grade curricular, as lutas travadas, as vitórias obtidas e os impasses. Além da trajetória da Universidade *Livre* de São Paulo, implantação, desenvolvimento dos trabalhos, os documentos permitem

⁶ Ressaltamos que para esse artigo foram privilegiados os documentos da Coleção referentes à área da Saúde.

⁷ O Relatório de 1913 compõe-se de texto manuscrito, datilografado e recortes de jornais (C 09008). Existe um Memorial do Reitor Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães aos Governos Estadual e Federal. São Paulo, publicado em 1914, e, outro Memorial do Reitor aos Governos Estadual e Federal. São Paulo, Casa Duprat, publicado em 1917 (C 08962). As informações desse tópico foram retiradas das latas acima referidas e dos cadernos de recortes de jornais (C 08966, C 08896).

revisitar as análises sobre as relações dos grupos profissionais e a ambiência médica, acrescentar dados às biografias de personagens e instituições do período, e pensar as sociabilidades entre jovens no meio estudantil.

A Lei Rivadávia Correa (1911) que tornou livre o ensino no Brasil, possibilitou a criação de uma série de escolas na área da Saúde. No final de 1911, Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, foi escolhido como docente de Terapêutica e diretor da Escola de Farmácia e Odontologia Paulista, uma nova escola que deveria ser aberta na capital paulista, financiada pelo educador e capitalista Luiz Antonio dos Santos.

Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães, então, teria sugerido a ampliação do projeto inicial, sendo abraçada a idéia da fundação de uma universidade. O médico campineiro⁸, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, republicano, defensor de princípios positivistas, grande propagandista do ensino livre, foi o agente da proposta e escolhido como reitor, recebendo apoio de políticos, médicos, juristas, escritores, engenheiros, religiosos da igreja católica, representantes das elites e das camadas médias.

A Universidade *Livre* de São Paulo (não tem qualquer vínculo com a Universidade de São Paulo atual, fundada em 1934), escola particular, propunha-se a formar alunos desde o jardim de infância. Visava criar escola primária (“alfabetização”), secundária (instrução preparatória fundamental) até a superior (“instrução profissional e o transcendente a alta cultura mental”). O projeto incluía as escolas superiores de direito, engenharia, farmácia, medicina,

⁸ Conforme Silva (2006), Eduardo Guimarães pertencia a uma família de fazendeiros da região de Campinas. Nasceu em 1860, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, trabalhou com Louis Couty, no Museu Nacional (fisiologia experimental e farmacologia), recém-formado foi professor substituto na cadeira de Terapêutica Clínica, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1883). Fez viagens de estudos para Paris e de volta ao Brasil, por divergências, teria deixado a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Trabalhou como médico em Campinas, foi diretor de instrução municipal, envolveu-se em projetos de combate à febre amarela, foi eleito deputado pelo Partido Republicano e participou de projetos para a criação de ensino livre em São Paulo. Com o fechamento da Universidade *Livre* de São Paulo, voltou para sua fazenda. Morreu em 1931.

odontologia, comércio, e de belas artes. Foram previstos cursos de ciências e letras, história, filosofia e literatura, veterinária, zootecnia e agronomia, cultura física, com aulas de esgrima, instrução militar e ginástica, e, o curso de Obstetrícia (mas não de enfermagem) que não teriam chegado a funcionar.⁹

Fundada em 19/11/1911, iniciou as atividades pedagógicas no ano seguinte. Foi escolhido como Vice-Reitor, Ulisses Paranhos¹⁰. O Conselho Superior da Universidade era composto pelos diretores das Escolas: Matias Valadão¹¹ (Medicina); Gabriel Rezende (Direito)¹², José Malhado Filho¹³ (Farmácia), Nevio Barbosa, (Odontologia); Sérgio Meira¹⁴ (Veterinária); Spencer Vampré¹⁵ (Comércio); Vicente Carvalho¹⁶ (Ciências e Letras), Artur Mota¹⁷

⁹ Os cursos secundário, de comércio e de belas-artes funcionaram por pouco tempo.

¹⁰ Foi membro da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, um dos fundadores do Instituto Pasteur, do Laboratório Paulista de Biologia, da Academia Paulista de Letras, da Sociedade Paulista de História da Medicina. Professor catedrático da Escola de Belas Artes, livre docente da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, professor da Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo, médico honorário da Santa Casa de Misericórdia, ex-diretor do Hospital de Caridade do Braz e membro honorário da Sociedade Peruana de História da Medicina.

¹¹ Nasceu em Minas Gerias (1860-1920), formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, diretor presidente da Policlínica, participou da elaboração dos projetos para criação de uma faculdade de medicina em São Paulo.

¹² Foi Senador do Senado de São Paulo.

¹³ Foi presidente da Sociedade de Farmácia e Química.

¹⁴ Foi Inspetor Geral de Higiene de São Paulo, organizador do laboratório de Análises Químicas, do Instituto Bacteriológico, um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da Policlínica, da Gota de Leite. Foi médico da Beneficência Portuguesa, médico e mesário da Santa Casa de Misericórdia e membro da Comissão permanente do Instituto Pasteur.

¹⁵ Jurista, diretor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1938, deputado estadual, membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

¹⁶ Foi um advogado, jornalista, político, magistrado, poeta e contista brasileiro. Foi deputado na Constituinte paulista, de 1891.

¹⁷ Artur Mota (1879-1936) nasceu no Rio de Janeiro, fez curso de engenheiro civil na Escola Politécnica. Trabalhou na Repartição de Águas e Esgotos, foi diretor de Obras Públicas do Estado; foi engenheiro - chefe das obras do dique e cais da Ilha das Cobras, assistente do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro e Engenheiro da comissão contra os efeitos da seca no Rio Grande do Norte. Além de docente na Universidade Livre de São Paulo, foi professor na Universidade Feminina e na Escola de Engenharia Mackenzie.

(Engenharia); Alexandre Albuquerque¹⁸ (Belas Artes). Como membros honorários destacam-se Bernardino de Campos, Monsenhor Francisco de Paula Rodrigues e o médico Luiz Pereira Barreto,¹⁹. Os estatutos de 1911 foram assinados por médicos, dentistas, farmacêuticos, bacharéis e publicados em janeiro de 1912. Na instalação oficial em março 1912, estiveram presentes várias autoridades, como o presidente do Estado e o prefeito da Cidade. Em maio, quando do início do ensino, houve nova festividade, da qual participaram Antonio Candido Rodrigues, senador do Estado e Emílio Ribas, diretor do Serviço Sanitário.

Foram convidados para o corpo docente alguns dos principais nomes da *intelligentzia* paulista, médicos ligados à Santa Casa, à Sociedade de Medicina e Cirurgia, ao Instituto Pasteur, ao Instituto Bacteriológico, à Maternidade de São Paulo, ao Juqueri, e ao Instituto Paulista, principais instituições públicas e privadas da capital paulista no período.²⁰

Muitos responderam afirmativamente ao convite e passaram a lecionar. Outros recusaram, como Arnaldo Vieira de Carvalho e Rubião Meira. Assim que voltou de viagem da Europa, Arnaldo Vieira de Carvalho foi procurado pelo reitor da Universidade *Livre* de São Paulo:

(...) Em vossa ausência, realizou-se uma das mais ardentes aspirações dos nossos intelectuais contemporâneos: a fundação da

¹⁸ Alexandre de Albuquerque (1898-1940) nasceu em São Paulo em 14 de novembro de 1880. Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Escola Politécnica de São Paulo. Foi professor da Cadeira de Arquitetura, Construção Civil e História dos Estilos, bem como secretário e diretor da Politécnica, vereador municipal em duas Legislaturas, presidente do Sindicato dos Artistas Plásticos, fundador e diretor da Escola de Belas Artes de São Paulo e membro do Conselho de Orientação Artística. Parte inferior do formulário

¹⁹ Luiz Pereira Barreto (1840-1923), nasceu em Resende (RJ), formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de Bruxelas, adepto do positivismo, republicano, foi presidente da Assembléia Constituinte e deputado na Assembléia Constituinte de São Paulo. Fundador e presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, da criação da primeira escola de medicina de São Paulo.

²⁰ A direção dos cursos e corpo docente da Universidade variou ao longo do tempo, tendo em média 100 lentes. Até onde foi possível levantar, na Faculdade de Medicina, foram diretores: Matias Valadão (1912); Antonio Carini (1913), Vital Brasil (1917). Ver relação de professores do curso de medicina (Anexos 2 e 3).

Universidade de São Paulo. Vibrantes de intenso júbilo aproveitamos a oportunidade (...) para render-vos justa homenagem, trazendo em nome da Congregação da Universidade de São Paulo para a colaboração nessa obra da ciência e patriotismo, ilustrando a cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina. São Paulo, 18 de dezembro de 1911.

Arnaldo Vieira de Carvalho respondeu:

Caro amigo e mestre dr. Eduardo Guimarães – Embaraços no momento me impedem de comparecer á hora combinada em seu consultório. Peço que releve ao seu antigo discípulo de terapêutica por essa falta, aliás sem conseqüências, porque se ia tratar da organização da Universidade Paulista. Em nela não posso tomar parte nem, como não posso aceitar o convite honrosíssimo com que fui distinguido por vosso intermédio. Motivos superiores à minha vontade ditam esse meu proceder. O mestre entende que só por força maior não corresponder eu à distinção com que sou tratado e só por motivos ponderosos (sic) não lhe fazer a vontade. Sem Mais pedindo mais uma vez desculpas, subscrevo-me com toda a estima e consideração. ²¹

A Universidade Livre de São Paulo instalou-se a poucas quadras da Santa Casa de Misericórdia, na Rua Bento Freitas, n. 60²², sede do Ginásio Nogueira da Gama, tendo reutilizado parte dos móveis e equipamentos aí existentes. Logo após a fundação Ulisses Paranhos foi para a Europa adquirir equipamentos para montar os laboratórios. A organização do curso de medicina custou aos cofres da Escola 80 contos de réis.

Em março de 1912 prestaram exames para admissão mais de 1000 candidatos, tendo grande procura os cursos de medicina (fa-

²¹ Recortes de jornais sem título, sem local e data, Relatório ao Conselho Superior (1913), p.109. (C 08966)

²² Ocupou na época os números 1 e 3 da mesma Rua. A Escola mudou, em 1916, para a rua Libero Badaró. Pretendia construir prédio próprio no terreno do Braz, onde funcionava o Instituto Luiz Pereira Barreto.

culdade inexistente à época no Estado), o de direito, e o de odontologia. O número de matriculados superou a 700 alunos (cursos preliminares, primeiras séries, alunos regulares e ouvintes), dado que sem dúvida surpreende, apontando para a existência de uma clientela composta de homens e mulheres, interessados numa formação obtida em cursos específicos, ministrados por especialistas, para obtenção de conhecimentos e de diploma em profissões de prestígio.

Entre 1912 e 1913 foram inaugurados segundo o reitor, os Gabinete de Física, Museu de História Natural e Anatomia Humana; Laboratório de Química Mineral; Laboratório de Química Orgânica; Laboratório de Histologia; Laboratório de Psicologia experimental; Laboratório de Bacteriologia; Laboratório de Matéria Médica; Policlínica Médico-Cirúrgica (da Rua do Arouche); Clínica Dentária; Instituto de Eletricidade e Raio X; Laboratório de Análises Químicas e Bacteriológicas aplicada às clínicas. Em 23/03/1913 passou a funcionar o Instituto Anatômico no cemitério do Araçá, que recebia cadáveres de indigentes utilizados para os estudos em anatomia normal e patológica. O espaço foi cedido pela prefeitura e montado pela Escola, com telhado de *eternit*, mesas de mármore, ladrilhos, tinas e cubas de ferro zincado.

Nos anos seguintes a Universidade *Livre* de São Paulo inaugurou os Cursos Populares gratuitos e fundou a Associação Beneficente Universitária (Instituto Luiz Pereira Barreto - Hospital de Caridade do Braz) e a Academia de Ciências, símbolos acadêmicos emblemáticos.

Na documentação (memoriais, relatório, recortes de jornais) encontram-se registrados rituais acadêmicos (inaugurações, cerimônias de início e final de ano letivo), custos para instalação (que chegou em 1913 a 150 contos de réis de material comprado), finanças (“saldo no caixa de dezenas de contos”), problemas internos vividos na instituição (fraudes em exames, dificuldades para a oficialização da escola, conflitos entre sócios). Em abril de 1912, Eduardo Guimarães publicou nos jornais desentendimento havido

com Luiz Antonio dos Santos, o sócio capitalista, sobre a hierarquia interna, reafirmando seu papel de primazia na estrutura do estabelecimento. Em abril o sócio retirava-se, recebendo de volta o capital investido.

A participação do reitor e de professores da Universidade em homenagens a “vultos” da ciência, possibilita identificar grupos de sustentação, sinais de reconhecimento, de legitimidade social da nova Universidade. Em 1912, Carlos Chagas visitou São Paulo. Na ocasião, o médico esteve na Santa Casa, na Sociedade de Medicina e Cirurgia e na Universidade *Livre* de São Paulo, assistindo nessa última uma aula de Ulisses Paranhos, foi a uma reunião da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, na qual os alunos da Escola *livre* estiveram presentes. O médico já famoso pela descoberta do *Trypanosoma cruzi*, foi homenageado com um banquete. Eduardo Guimarães sentou-se à mesa principal, da qual faziam parte alguns dos principais nomes das ciências médicas de São Paulo: o próprio Arnaldo Vieira de Carvalho, Emilio Ribas, Bettencourt Rodrigues, Vital Brasil, Vitor Godinho. Deve ser ressaltado que o reitor da Universidade *Livre* de São Paulo foi uma das autoridades que proferiu discurso (*Correio Paulistano*, 06/9/1912). Também quando da inauguração do novo prédio do Instituto do Butantan, Eduardo Guimarães e Antonio Carini, então diretor da Faculdade de Medicina *livre*, estiveram presentes no evento (*Correio Paulistano*, 05/04/1914). Em 1915 a Universidade patrocinou o Jubileu Luiz Pereira Barreto. Compareceram na cerimônia, entre outros, o médico Aloísio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que fez uma *tournee* pelas instalações da Escola.

O conjunto documental informa sobre a vida estudantil nas primeiras décadas do século XX. Os alunos fundaram um centro acadêmico que tinha como finalidade comemorar datas nacionais, representar os alunos, manter uma biblioteca, realizar atividades culturais, publicar revista (*Athenea*), demonstrando uma forte identidade de grupo. O Centro foi também responsável por uma campanha contra o trote e a realização de eventos esportivos. Em setembro de 1914 foi realizado o primeiro jogo da Liga Acadêmica de Futebol, no Parque Antarctica, entre A.A. Faculdade de Medicina e a A.A. Universidade de São Paulo – tipo de

disputa esportiva entre estudantes que perdura até hoje (*Correio Paulistano*, 05/09/1914). Mas nem sempre as manifestações foram organizadas pelo Centro Acadêmico. Em 10/05/1912 os donos do Brasil Cinema colocaram um comunicado no jornal O Estado de São Paulo, pedindo ao diretor da Universidade *Livre* de São Paulo que recomendasse ”prudência aos moços” do “conceituado estabelecimento de ensino” para não efetuarem agressão contra o cinema (Imagem 1).

Uma das instituições que mereceu atenção do(s) organizador(es) dos cadernos de recortes de jornais foi a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. A coleção de matérias publicadas na imprensa referentes aos anos 1913 e 1914 (C 08966) iluminam o avesso da história da agremiação. Destacam-se as denúncias e divergências havidas entre os sócios quando da proposta de uma moção de apoio à Universidade *Livre* de São Paulo, o desaparecimento de dinheiro obtido em quermesse organizada pela Sociedade para a criação de um estabelecimento de assistência à infância, as estratégias utilizadas para a eleição da diretoria, os desligamentos e as críticas de sócios, etc.

A luta para a institucionalização da Universidade *Livre* de São Paulo e as inúmeras pressões sofridas subsidiam a história das concepções sobre ensino, biografias individuais, relações entre estabelecimentos de ensino e de classe que atuavam em São Paulo. A fundação e os primórdios da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foram acompanhados de perto pelos organizadores da Coleção²³. Inúmeros recortes de jornais sobre a escola médica *oficial* se reportam sobre as atividades, as realizações, como também sobre os problemas enfrentados e as críticas recebidas (ausência de professores em sala de aula, gastos com a contratação de professores estrangeiros que voltaram para seus países durante a guerra, formação deficiente dos alunos devida “benevolência” nos exames de admissão, êxodo dos alunos, etc.).

A relação entre as duas faculdades de medicina, *a livre* e *a oficial*, conforme noticiada na imprensa, sugere aproximação e

²³ Teria sido Eduardo Guimarães que fez a seleção dos *clippings*?

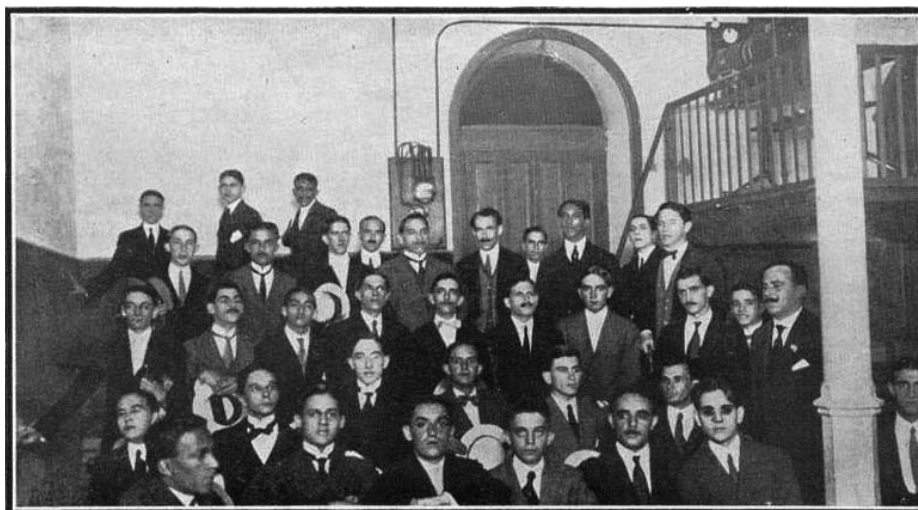


Imagem 1: Alunos da universidade de São Paulo – Arquivo Público do estado de São Paulo. Coleção A Cigarra n. 22, 1915

enfrentamento. Numa matéria publicada no jornal *A Capital* de 27/07/1912, foi perguntado a Eduardo Guimarães se a criação da Faculdade de Medicina *oficial* acabaria com a Universidade *Livre* de São Paulo. Ele respondeu que não, justificando que existiam outras faculdades em funcionamento e que mesmo assim, o número de alunos que se inscreveram na Escola *livre* era grande. Em outra matéria relatou que a Universidade tinha perdido 200 alunos com a criação da Faculdade de Medicina, mas que muitos alunos tinham voltado, em decorrência dos problemas de suspensão dos estudantes na Faculdade de Medicina *oficial*.²⁴

Inúmeras vezes, Eduardo Guimarães mencionou que as dificuldades enfrentadas foram devidas às calúnias sofridas, procurando – ao que parece - salvaguardar a imagem da Faculdade de Medicina *oficial* e de Arnaldo Vieira de Carvalho, chegando inclusive a atribuir o nome do médico a uma das enfermarias do Hospital de Caridade do Braz.

²⁴ Os alunos vaiaram professores. Sobre o incidente ver Mota, 2005.

Porém o tom entre os alunos e professores de uma e outra escola nem sempre foi amistoso. O noticiário da imprensa foi alimentado por partidários exaltados, na forma de artigos (anônimos ou com pseudônimos), de charges e de desmentidos. Veja-se a ilustração a seguir (provavelmente publicada no jornal *A Tribuna*, 26/4/1914). (Imagem 2).

No Congresso Médico, realizado em São Paulo, em de 1916 houve uma manifestação pública dos alunos da Universidade *Livre* de São Paulo, em resposta às críticas consideradas ofensivas aos trabalhos de Carlos Brunetti e Nunes Cintra, professores da Universidade *Livre* de São Paulo. Segundo os jornais, os alunos da Escola *oficial* e bedéis teriam vaiado os docentes da Escola *livre*, e, Arnaldo Vieira de Carvalho “emitira conceitos desairosos à Universidade”. Em represália os *uspianos* tomaram a palavra durante uma sessão presidida por Vital Brasil, professor da Escola *livre*, distribuíram cartões com trovas satirizando professores da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o que teria causado indignação entre os congressistas (*Comércio de São Paulo*, 10/12/1916).

Várias matérias publicadas no jornal *A Capital*, em 1916, mencionam as difíceis relações entre as escolas. Uma reportagem do *A Capital* de 22/9/1916 trazia como título “Rivalidade explode. Para que combater a Universidade de São Paulo? Uma campanha inglória e de despeito”. O redator argumentava: “(...) mas haverá motivo para tal rixa? Não podem subsistir perfeitamente em São Paulo duas casas de ensino, cada qual mais digna?”. A explicação dada pelo jornalista, levanta uma hipótese que certamente não pode ser descartada:

“Não se trata disso. O pivô é outro. É em torno de alguns médicos, que não trazam o ilustre reitor universitário, que gera toda agitação, ora franca, mas que lentamente atrás dos bastidores, nos corredores de certos hospitais, já existia há muito tempo”.

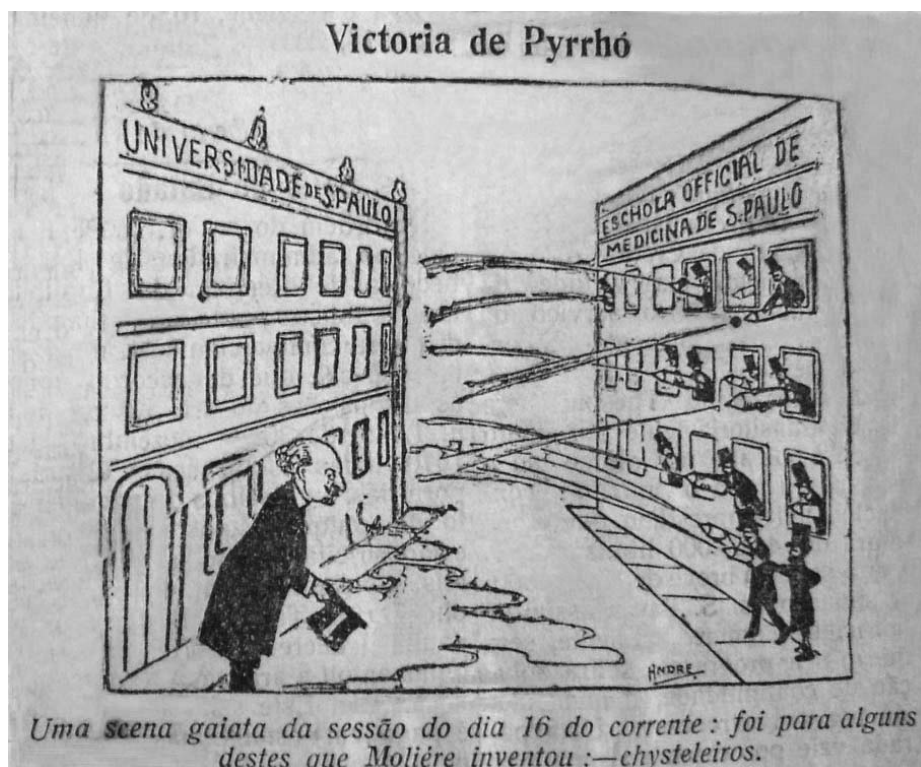


Imagem 2: Vitória de Pirro – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Universidade de São Paulo - C 08966.

Prontuários de Alunos e Livros de Registro

Esse segundo conjunto de documentos da Coleção, os Prontuários de Alunos e Livros de Registro, pelo caráter serial, possui potencial para análise quantitativa e qualitativa. Pelos livros de registro de matrículas na primeira série verifica-se que no primeiro ano de funcionamento da Universidade, o curso de medicina e cirurgia teria começado com 58 alunos²⁵, o de odontologia, com 91, e no de farmácia, 49. A turma de farmácia de 1912 fez um ano de preparatório, iniciando, em 1913, a primeira série.

²⁵ Alguns cursos tinham um ano preliminar. Em 1912, na série preliminar de medicina entrou Odette Nora, aluna que posteriormente se transferiu para a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Os cursos de medicina, farmácia e odontologia foram os que tiveram maior número de alunos inscritos, justamente em 1917, último ano de funcionamento da escola, apesar das dificuldades de revalidação dos diplomas, o que pode apontar para o papel que a instituição vinha ocupando no cenário da educação e a carência de espaços para formação profissional superior²⁶. (Tabelas 1, 2, e 3)

Tabela 1
Matriculas por sexo na 1ª série de Medicina

	Mulheres	%	Homens	%	Total
1912	0	0	58	100	58
1913	2	2,86	68	98,92	70
1914	1	1,08	92	98,92	93
1915	1	1,39	71	98,61	72
1916	1	1,02	97	98,98	98
1917	4	3,42	113	96,58	117
Total	9	1,77	499	98,23	508

Fonte: Livro de matrículas, 1ª série. Escola de Medicina Universidade *Livre* de São Paulo (C 08922A)

Tabela 2
Matriculas por sexo na 1ª série de Farmácia

	Mulheres	%	Homens	%	Total
1913	0	0	12	100,0	12
1914	3	6,52	43	93,48	46
1915	4	12,12	29	87,88	33
1916	5	13,16	33	86,84	38
1917	15	20,00	60	80,00	75
Total	27	13,24	177	86,76	204

Fonte: Livro de matrículas, 1ª série. Escola de Farmácia-Universidade *Livre* de São Paulo (CO 8946)

²⁶ Uma hipótese que deve ser considerada pelo grande número de alunos na Universidade *Livre* de São Paulo, apesar das dificuldades de revalidação de diploma, refere-se aos custos gastos na formação. Não seria mais barato cursar alguns anos na capital paulista e passar menos tempo em outra cidade do interior, até mesmo de outro estado para terminar o curso ou revalidar o diploma?

Tabela 3
Matriculas por sexo na 1ª série de Odontologia

	Mulheres	%	Homens	%	Total
1912	5	5,49	86	94,51	91
1913	6	19,35	25	80,65	31
1914	13	16,67	65	83,33	78
1915	10	16,67	50	83,33	60
1916	13	18,57	57	81,43	70
1917	15	16,30	77	83,70	92
Total	62	14,69	360	85,31	422

Fonte: Livro de matrículas, 1ª série. Escola de Odontologia – Universidade Livre de São Paulo (C 08897)

Nos prontuários de alunos encontram-se provas, atestados, certidões, recibos, cartas de apresentação, fichas de inscrição, requerimentos e até teses publicadas, entre outros documentos raros e preciosos, que possibilitam uma análise multidisciplinar, a realização de projetos temáticos. Ensinam sobre a formação dos alunos que se candidataram aos cursos superiores, visto haver centenas de provas de acesso de diferentes disciplinas; o perfil dos alunos e alunas (idade, naturalidade, profissão do pai); o número de inscritos e formados, o desempenho e a evasão escolar. Verifica-se que os alunos e alunas mudavam de cursos, na própria instituição, pediam transferência de outros cursos e faculdades para a Universidade *Livre* de São Paulo, como se transferiam para faculdades de São Paulo e de outros estados.²⁷

No primeiro ano de Odontologia, fazendo um recorte por sexo, constata-se as alunas eram brasileiras, em sua maioria paulista e com idades que variavam entre 14 e 36 anos. Na turma de 1912, primeira a se obter diploma (1913), havia cinco alunas.

²⁷ Muitas alunas buscaram regularizar seus diplomas em outra instituição, como na Escola Livre de Farmácia de Pindamonhangaba.

Em 1914 tinham concluído o curso 11 cirurgiões dentistas e 22 farmacêuticos que inscreveram os diplomas na diretoria geral da Saúde Pública, no Rio de Janeiro. A Universidade instituiu cerimônia de colação de grau, com entrega de diploma, discursos e beca para fotografia – emblemas que atribuem legitimidade para o exercício profissional. (Imagem 3, 4 e 5) Pelos estatutos, a defesa de tese era obrigatória apenas para o curso de medicina (Anexo 4).

A pesquisa dos prontuários, se por um lado oferece instrumentos para traçar o perfil do corpo discente, por outro, a análise do conteúdo das disciplinas e do tipo de avaliação feita aos alunos, informa sobre o corpo docente, a natureza dos conhecimentos adquiridos, o modo de aquisição desses conhecimentos. Permite enfim discutir o estado da arte, estabelecendo um diálogo com os críticos à escola que a consideram como deficiente,



Imagem 3: Alunos de Medicina da Universidade de São Paulo – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção *A Cigarra* n. 49, 1916.

MONTANDO UM QUEBRA-CABEÇA: A COLEÇÃO "UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO" DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Imagem 4: Aluna do curso de Farmácia da Universidade de São Paulo – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção Universidade de São Paulo - *A Cigarra* n. 71, 1917.



Imagem 5 - Formando de Odontologia da Universidade de São Paulo – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção *A Cigarra* n. 58, 1917

pela falta de qualificação dos professores, de instalações e de critério ou qualidade nos exames vestibulares, pela atribuição indevida de diplomas e funcionamento irregular.

Os prontuários fornecem ainda subsídios para o estudo das práticas sociais para além do universo escolar. As redações dos exames de admissão (vestibular) se reportam ao cotidiano da cidade, como festas (13 de maio, carnaval), passeios (a uma fazenda, ao Parque Antártica), relações de amizade (carta de felicitações), ocorrências (dia de tempestade).

Os dados colhidos nos prontuários de alunos detalham a trajetória de alguns profissionais que exerceram em São Paulo e enriquecem a biografia de personagens que aturaram por décadas em São Paulo. O conhecido médico Antonio Carlos Pacheco e Silva²⁸ foi aluno da Universidade *Livre* de São Paulo, inicialmente como ouvinte do curso de farmácia, se transferiu para o de medicina onde ficou até o 5º. Ano, foi auxiliar do preparador de anatomia descritiva em 1917. Transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde obteve diploma. Teria sido aí que conheceu Franco da Rocha, diretor do Juqueri, com quem trabalharia anos mais tarde?

As Policlínicas

Deve ser destacado que a primeira Policlínica da Universidade foi instalada no Largo do Arouche, n. 68. Em 1914 foi alugado um “palacete” de dois andares, na Rua José Paulino, n. 15, para montar outro estabelecimento.

A nova Policlínica, ficava a poucas quadras da Rua Três Rios, onde funcionava a Escola de Farmácia e Odontologia de São Paulo. Em 1916 os alunos da Escola passaram a utilizar também a

²⁸ Antonio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), médico psiquiatra, foi diretor do Hospital do Juqueri, do Departamento de Assistência Geral aos Psicopatas do Estado de São Paulo, professor de Psiquiatria Clínica e Forense da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, da Clínica Psiquiátrica da Escola Paulista de Medicina, da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo,

Policlínica instalada no Instituto Luiz Pereira Barreto (Hospital de Caridade do Braz).

No andar térreo da Policlínica da Rua José Paulino, havia farmácia e laboratório farmacológico, anfiteatro, laboratório de propedêutica médica que dispunha “de modernas instalações destinadas às pesquisas bacteriológicas e química clínica”; outro de propedêutica cirúrgica, sala de espera, salas de clínica dentária “rigorossíssima na assepsia”, montadas “segundo modelo americano”: “de um lado a teoria, de outro, a prática” (*A Tribuna*, 04/04/1914).

As sete latas da Coleção referentes às Policlínicas (C 09001 a C 09007) guardam os registros das disciplinas clínicas ministradas por Ulisses Paranhos, Carlos Brunetti, Guilherme Wilken entre outros médicos, com dados sobre os usuários, as queixas, os tratamentos (nome, endereço, idade, nacionalidade, sexo, estado civil, profissão, data da consulta, diagnóstico, tratamento e observações entre os anos 1912- 1918). Fazendo um recorte, por idade e sexo, pode-se analisar as ocorrências que levavam as pessoas à busca socorro, como acidentes domésticos sofridos pelas crianças, doenças sexualmente transmissíveis, etc.

Há também informações sobre os usuários da clínica odontológica. Encontram-se relacionadas o número de extrações realizadas com anestesia, as extrações realizadas em usuários gratuitos e pagantes e a relação do material comprado para funcionamento do serviço. Aí, foram anotados a idade, a nacionalidade, o sexo, o endereço do usuário, o número de dentes, o hábito de se escovar os dentes, a disposição da arcada, a condição do esmalte, das gengivas, da “camada esverdeada”, da articulação, o motivo da procura do dentista, o tipo de tratamento oferecido, o que foi cobrado pelo serviço, dados que iluminam aspectos pouco conhecidos da saúde bucal dos habitantes da cidade de São Paulo na década de 1910.

Instituto Pereira Barreto

Os documentos sobre o início do Hospital de Caridade do Braz (hoje Hospital Santa Virginia), estão reunidos sob a rubrica Instituto Luiz Pereira Barreto (C 08999, C 09000), mas conforme apresentado anteriormente mais informações sobre a instituição podem ser levantadas em outras latas da Coleção.

Em 05/07/1915, a Universidade *Livre* de São Paulo comprou uma chácara na Belenzinho, na Avenida Celso Garcia, para a construção de um hospital para prática dos alunos do curso de medicina. No ano seguinte fundou a Associação Beneficente Universitária (Instituto Luiz Pereira Barreto) que tinha por objetivo finalizar e manter um hospital.

Os grupos envolvidos na fundação e manutenção do hospital pertenciam às elites sociais, políticas, intelectuais e da igreja católica: D. Duarte Leopoldo e Silva, arcebispo de São Paulo; Conde Prates e Conde de Lara; Monsenhor Benedito de Souza, Rodolfo de Miranda; José Paulino Nogueira Filho; Alberto Seabra; Cônego Higino de Campos – Vigário do Braz; Armando Prado.

Os recursos para o projeto foram obtidos por doação privada e subvenções do poder público municipal. A Associação possuía uma comissão angariadora de donativos e contava em 1917, 134 sócios que contribuía com quantidades diversas. Na relação dos sócios identificam-se, também figuras de destaque no meio social e professores da Escola: A. Candido Rodrigues – General, secretário de agricultura; Washington Luiz – então prefeito da Capital; Luiz Pereira Barreto; Carlos Campos; Manuel Pedro Villaboin; Azevedo Marques; Carlos Botelho; Ulisses Paranhos; Baeta Neves; Godofredo Wilken; Nunes Cintra; Carlos Brunetti; Alberto Seabra. Em 26 de agosto de 1916, pouco de um mês depois da inauguração foi proferido na Câmara um discurso por Marrey Jr., sobre a obtenção de subvenção de 25 contos anuais para o hospital universitário.

O hospital recebia doações pecuniárias, de mantimentos e equipamentos, feitas por um leque diversificado de pessoas e instituições. Contribuíram mulheres da elite, cujas famílias possuíam indústrias na região, como Mimi Matarazzo; Maria Angela Matarazzo Gomide, Marina Crespi, Luba Klabin; particulares (que ofereceram sacos de arroz, batata, feijão), doentes que receberam tratamento no hospital, e diversas instituições. A Beneficência Portuguesa, em 1917, doou uma mesa de operação; a Associação Universitária um busto de bronze de Luiz Pereira Barreto; as Indústrias Matarazzo, toalhas e guardanapos. Foram também organizados festivais (1917) para arrecadar fundos, durante os quais eram vendidos flores e cigarros.

Nos documentos encontram-se referências construção do pavilhão Instituto Luiz Pereira Barreto: escavações do alicerce, tipo de material utilizado. O terreno, de 16.500 m² foi comprado pela Universidade por 165 contos de réis. A planta foi elaborada pelo professor da Escola, o arquiteto Alexandre Albuquerque²⁹, e, a construção ficou a cargo dos engenheiros construtores Gino Pinotti, e a adaptação construção e reforma, de Ugo Gáudio. O prédio de dois andares possuía salas de cirurgias, gabinete de análises, farmácia, Policlínica (Monsenhor de Paula Rodrigues), enfermarias, WC, banhos, cozinha, capela, necrotério, horta.

Dentre os recibos de pagamento do Instituto Luiz Pereira Barreto (06/08/1916), encontram-se o das fotos tiradas do estabelecimento na inauguração, para publicação na Revista *A Cigarra*, de 1916 (n. 47). Foram então pagos pelos serviços 300\$000 (trezentos

²⁹ Alexandre Albuquerque será, anos mais tarde, responsável pelo projeto da maternidade Pro-Matre.

mil réis)³⁰. O edifício de dois andares, construído em forma de V, de tijolos, como era usual para estabelecimentos hospitalares e escolares na época, com enfermarias de cada lado, possuía janelas amplas para fornecimento de luz e ventilação, terapêutica considerada fundamental para a recuperação dos doentes.³¹ (Imagem 6, 7 e 8)

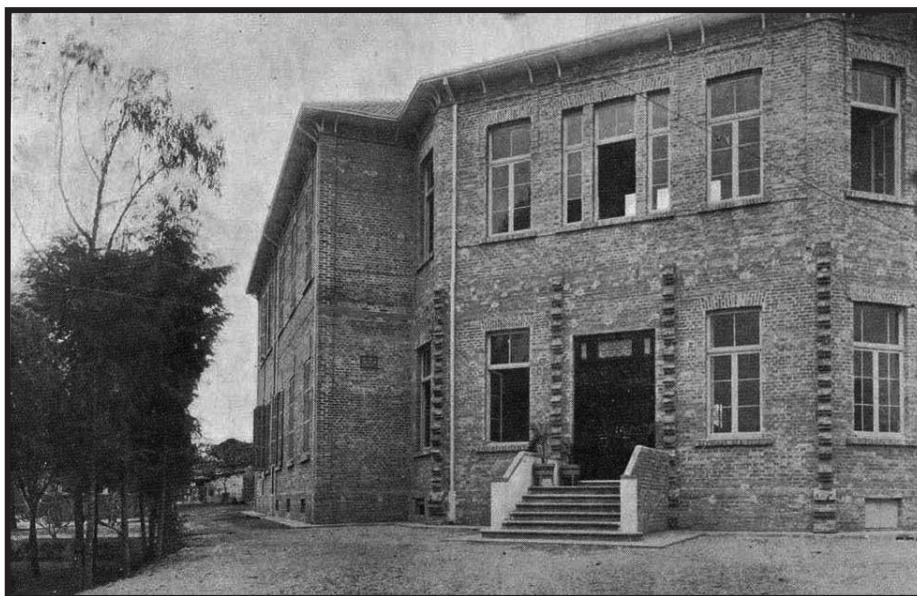


Imagem 6: Instituto Luiz Pereira Barreto – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção *A Cigarra* n. 47, 1916

³⁰ O Arquivo Público do Estado de São Paulo possui a coleção digitalizada da revista *A Cigarra*, com poucas lacunas, somando aproximadamente 430 números. O acesso é livre pela rede interna do Arquivo. Publicada em São Paulo, a revista circulou entre 1914-1933. Possuía diversas seções que documentam aspectos da vida social da capital e interior paulista, e do Brasil, como inaugurações (feiras, lojas), festas em geral (cívicas, carnaval, homenagens, casamentos), esportes, cursos recém-abertos (medicina, farmácia, odontologia, costura, contabilidade), vistas de cidades, construções (casas, armazéns, fazendas – interiores e exteriores), criação (de gado), temporadas artísticas, atividades profissionais, reportagens fúnebres. A pesquisa sistemática evidencia o potencial da documentação para a área da Saúde. Nela se acham publicadas algumas imagens raras, tais como: curso de enfermagem da Santa Casa de Misericórdia, interior de consultórios de médicos e dentistas paulistas, mulheres que trabalhavam na produção de soros e produtos farmacêuticos do Instituto Butantan, estudantes paulistas na Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, inauguração do Hospital de Caridade do Braz (Instituto Luiz Pereira Barreto) e alunos formados pela Universidade de São Paulo.

³¹ Os prédios da Capital paulista, Santa Casa, Mackenzie e Pinacoteca, são alguns exemplos de construção de tijolos aparente.

MONTANDO UM QUEBRA-CABEÇA: A COLEÇÃO "UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO" DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

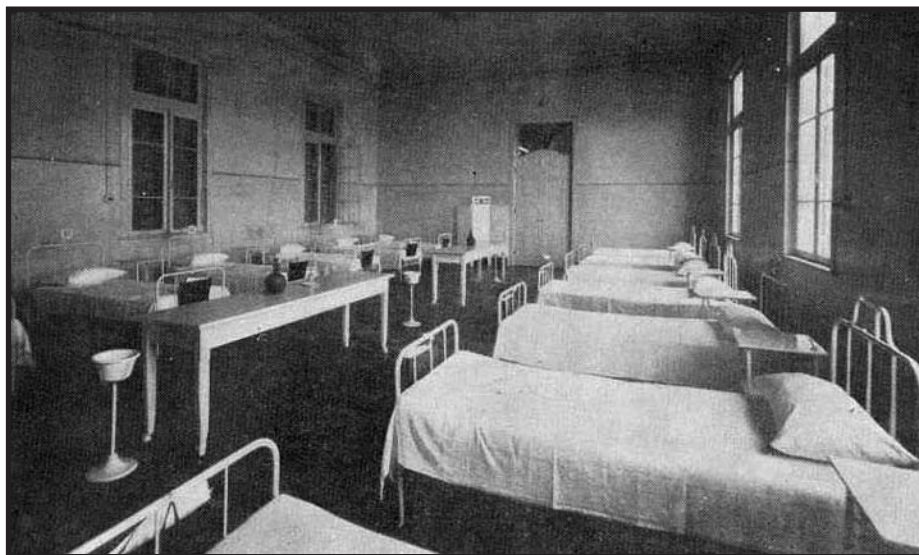


Imagem 7: Instituto Luiz Pereira Barreto – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção *A Cigarra* n. 47, 1916

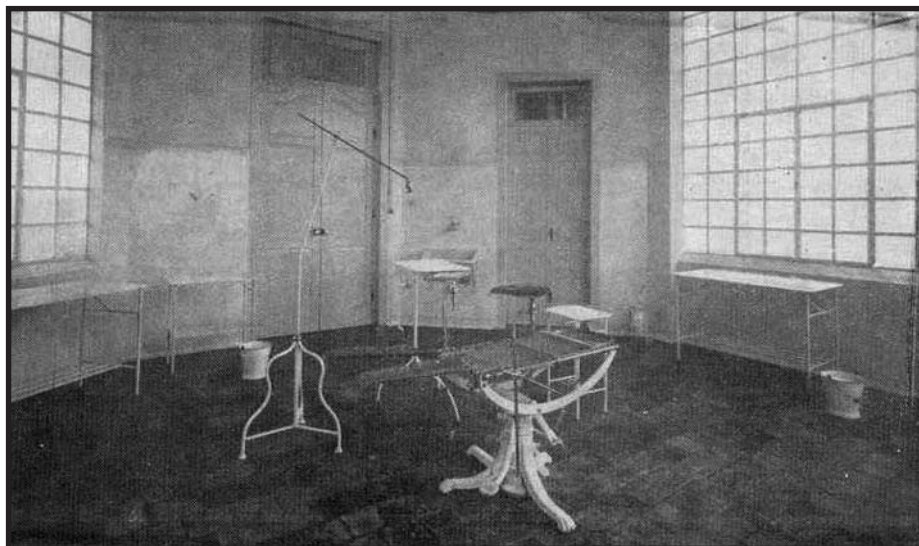


Imagem 8: Instituto Luiz Pereira Barreto – Arquivo Público do Estado de São Paulo. Coleção *A Cigarra* n. 47, 1916

Pelos recibos das compras efetuadas é possível analisar o tipo de material farmacêutico, médico-cirúrgico e de hotelaria utilizado, o tratamento preconizado, as inovações incorporadas: havia esterilizadores, móveis niquelados (novidade que facilitava a assepsia, sem relação aos móveis de madeira), mesa de cirurgia, maca de lona, irrigadores, gás, luz e telefone. A análise das despesas com produtos farmacêuticos (para manipulação e manipulados), de hotelaria e gastos com pessoal, apontam a soma despendida na farmácia, no consumo de alimentos, o salário dos funcionários que trabalhavam no hospital, dados fundamentais para o conhecimento da instituição, dos tratamentos utilizados, da história da medicina no período. Conforme Salaün e colaboradores (1999), no início do século XIX na França, os gastos com curativos e com a farmácia eram muito menores do que com a alimentação, e o hospital era, sobretudo “um lugar onde se comia”. Em meados do mesmo século aumentou não só o número de médicos trabalhando nos hospitais, como as despesas com medicamento e material cirúrgico, diminuindo muito, aquelas com alimentação, o que sugere, a medicalização do hospital.

Trabalhavam no hospital, em 1916, o administrador, a irmã superiora³², duas enfermeiras religiosas, uma cozinheira, três ajudantes de enfermeiro homens, uma costureira, uma lavadeira, uma ajudante de cozinha, um porteiro, um farmacêutico prático, um servente farmacêutico e um chacareiro. As irmãs enfermeiras e cozinheira tinham o mesmo salário (Por serem religiosas? Por se considerar os cuidados de enfermagem próximos às atividades desenvolvidas pelas mulheres no lar? Ou se considerar a alimentação como fundamental para a recuperação dos doentes?); a madre superiora recebia um terço do salário do administrador. O maior salário mensal era de 200\$000 (administrador), e o menor de 17\$000 (costureira). A existência do chacareiro possibilitou entender a razão de, entre os recibos, encontrar-se o de entrega de estrume.

O Hospital fazia atendimento gratuito e particular (pensionistas), voltado para os dois sexos. Faziam curativos, pequenas ope-

³² Irmãs Salesianas do Sagrado Coração de Jesus.

rações e tratamentos a domicílio. O Hospital era dirigido por Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães. Carlos Brunetti era subdiretor e Justino Silva Carvalho, administrador.³³

Considerações Finais

Os últimos cursos da Universidade *Livre* de São Paulo funcionaram em 1917. No final do ano, o reitor da Universidade enviou oito volumes de documentos para o Conselho Federal de Educação, pedindo a inspeção para obtenção da oficialização. A fiscalização foi negada, baseada em três quesitos (dos nove exigidos): a escola não funcionava regularmente há mais de cinco anos; os exames vestibulares não estavam de acordo com as exigências, e o corpo docente não era escolhido por concurso público.

A decisão deixa perplexos os pesquisadores, diante dos dados levantados na Coleção. Antes de qualquer julgamento apressado, pensamos que talvez a decisão possa ser melhor avaliada, se localizada e analisada a documentação do Conselho Federal de Educação.

Numa carta, datada de 01/04/1918, Eduardo Guimarães explica aos professores Godofredo Wilken, Luis Migliano, e ao subsecretário Cassiano Ricardo Leite:

Tenho a honra de comunicar-vos que o Conselho Superior da Universidade de S. Paulo. Em sessão de 31 de março p.p. e em virtude da situação anormal que atravessa esse estabelecimento de ensino criada por iníqua resolução do Conselho Superior de Ensino, resolveu por falta de alunos, suspender, temporariamente, o funcionamento de suas aulas e clínicas. Cumprindo aquela resolução do Conselho, cabe-me agradecer-vos os ótimos serviços prestados á Universidade (...) lamento muito sinceramente, que temporariamente, de vosso brilhante e eficaz concurso. Sirvo-me do ensejo para assegurar-vos os protestos de minha distinta estima e consideração.

Reitor da Universidade de S. Paulo. (C 08967)

³³ Carlos Brunetti e Salvatori Battaglia adquiriram o Hospital em 1918.

Ressalte-se que os registros levantados nessa pesquisa preliminar sugerem o reconhecimento social e a legitimidade da escola no período em que esteve em atividade. A Escola foi procurada por um grande número de alunos entre 1912-1917; o currículo dos profissionais contratados para docentes era reconhecido por outras instituições científicas, médicas e de ensino; autoridades políticas e científicas em diferentes comemorações prestigiaram os eventos escolares; a presença do reitor Eduardo Guimarães foi notada pela imprensa em eventos científicos e acadêmicos ocorridos na capital; os alunos da Universidade foram aceitos em outras escolas, como ao contrário, estudantes de outras instituições pediram transferência para a Universidade; os alunos de medicina foram recebidos na clínica de profissionais e instituições de assistência, conforme atestam as observações publicadas nas teses; a vida acadêmica foi ativa.

Qual o papel que a Escola teve na trajetória de mestres e de alunos é uma indagação que merece reflexão. Ter pertencido à Universidade, foi uma linha do passado que procuraram esquecer? Foi entrave para suas trajetórias? Ou abriu caminho profissional pelos conhecimentos obtidos e rede de relações estabelecidas como aponta a biografia de alguns médicos.

Se analisarmos a documentação pesquisada à luz de outras coleções, como a de “Livros de Registro do Serviço de Fiscalização Profissional”, do Centro de Memória da Saúde Pública/SSESP, é possível traçar a trajetória dos alunos que aí estudaram. Dos 16 que defenderam tese na Faculdade de Medicina em 1917, cinco revalidaram seus diplomas na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 10 na da Bahia, um na de Belo Horizonte. Dos 107 registros de médicos efetuados pelo Serviço Sanitário de São Paulo, em 1918, uma dezena defendeu tese na Universidade *Livre* de São Paulo. Isso significa que chegaram ao mercado de trabalho, antes mesmo dos primeiros alunos da Faculdade de Medicina oficial, cujos alunos se inscreverão a partir da década seguinte.

Deve ser destacado que o Instituto Pereira Barreto (Hospital de Caridade do Braz), o primeiro hospital escola no Estado, cons-

truído para tal fim, e a Policlínica do Bom Retiro, fazem parte da memória dos habitantes da cidade.

Os poucos anos de funcionamento da Universidade *Livre* de São Paulo não a destitui de importância, nem invalida o interesse de se debruçar sobre sua história. O significado da instituição vai além do reconhecimento dos diplomas, do pequeno período de funcionamento e da história institucional *stricto sensu*, seja pelas idéias que defendeu, pelas relações mantidas com outras instituições, pelo espaço que docentes e alunos ocuparam na vida social, pelo cenário que ajudou a desenhar na cidade.

Agradecimentos

Nosso reconhecimento ao trabalho de Ana Paula Ferreira Santos, Karla Maestrini, Maria Aparecida Muniz, Olga Sofia Fabergé Alves e Tais dos Santos, que fizeram a pesquisa preliminar, fundamental para a redação desse artigo. Nosso reconhecimento também ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, aos servidores públicos, funcionários e estagiários que aí propiciam o suporte técnico para a pesquisa.

Referências bibliográficas

- Cunha LA. A Universidade Temporã: da colônia à Era Vargas. RJ: Francisco Alves Editora, 1980.
- Mott ML, Alves OSF, Muniz MA, Martino LVS, Ferreira APS, Maestrini K. Moças e senhoras dentistas: formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas do século XX. *História Ciências e Mangueiros*. Rio de Janeiro, v. 15, suplemento, p. 97-116, jun 2008.
- Mott ML, Alves OSF, Muniz MA, Maestrini K, Santos APF, Santos T. Gênero, Espaço Público e Memória: a formação para o mercado de trabalho em saúde em São Paulo (1890-1920). In: *Encontro de História e Saúde*, 8, 2007, Rio de Janeiro: Resumos. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. 2007. 1 CD-ROM.
- Mota A. *Tropeços da Medicina Paulista*. São Paulo: EDUSP, 2005.
- Mota A. USP avant USP. O caso da Faculdade de Medicina em 1911. *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 210-21, mar. 2004.

- Sadi A e Freitas, DG. O Ensino Médico em São Paulo anteriormente à Fundação da Paulista. São Paulo: Ed. Comercial Safady, 1995.
- Silva MRB. O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH- USP, 2003.
- Silva MRB. Projetos Republicanos para a Saúde. Boletim do Instituto de Saúde, n. 38, p. 20-23, 2006;
- Salaün F (org.). *Accueillir et soigner: l'AP-HP, 150 ans d'histoire. Paris : Doin, 1999.*
- Teixeira LA. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). São Paulo: FFLCH- USP, 2001
- Teixeira, LA. Ciência e saúde na terra dos bandeirantes: a trajetória do Instituto Pasteur de São Paulo no período de 1903 – 1917. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1985.
- Vieira MV. Mulheres na Medicina: construindo espaços na São Paulo do início do século XX. Dissertação de Mestrado. Bragança: Universidade São Francisco, 2006.

Arquivos Pesquisados

Arquivo Público do Estado de São Paulo

• Coleção Universidade de São Paulo

Latas: Curso de Medicina, Farmácia, Odontologia, Direito, Conselho Superior, Policlínica, Instituto Luiz Pereira Barreto.

Número de Tombo: C 08923, C 08923 A, C 08924, C 08927, C 08931, C 08932, C 08934, C 08936, C 08937, C 08938, C 08948, C 08953, C 08954, C 08955, C 08958, C 0961, C 08960, C 08962, C 08966, C 08967, C 08976, C 09885, C0986, C0988, C 08895, C 08999, C 09000, C 09001, C 09004

• A Cigarra (1914-1917)

Centro de Memória da Saúde Pública. Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo.

• Livros de Registro do Serviço de Fiscalização do Exercício Profissional (1918-1919).

Anexo 1
Inventário da Coleção elaborada por amostragem

Assunto	Nº de latas	Tipo de documentos
Medicina	32	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, atas de defesa de tese, programas das cadeiras, índice dos alunos, relação dos alunos que defenderam tese em Medicina e teses para professor substituto, atestados, certidões diversos (nascimento, batismo), históricos escolares, cartas de recomendações, solicitação de restituição de documentos, recibos de pagamentos de matrícula, provas, declaração de conduta moral expedido por delegacias, atestado de saúde e vacinação, etc.
Odontologia	14	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo), etc.
Farmácia	12	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo) etc.
Direito	20	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo), etc.
Engenharia	11	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo), etc.
Comércio	01	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo), etc.
Belas Artes	09	Documentos diversos sobre outras faculdades, atas de exames, matrículas, registro de notas, inscrição de exames, programas das cadeiras, índice dos alunos, atestados diversos (nascimento, batismo), etc.

continua

continuação

Assunto	Nº de latas	Tipo de documentos
Instituto Luiz Pereira Barreto	02	Estatutos da Associação Beneficente Universitária, sócios, despesas, pessoal e despesas hospital, escrituras, contratos, etc.
Policlínica	07	Prontuários de clínica odontológica, propedêutica cirúrgica, pediátrica, dermatológica, clínica médica, terapêutica, oftalmológica, estatística, livros de orçamento de clientes, registros de extração de dentes, operações e consultas realizadas, farmácia.
Administração financeira	10	Livros de taxas de matrícula, livros caixa, recitas e despesas, balanços e balancetes, apólices de companhias de seguros, relatórios, recibos de pagamento, impostos, despesas, recibos diversos, de honorários, faturas.
Conselho Superior	01	Estatutos, relatórios, regimentos, movimento de exames, irregularidades exames.
Secretaria Geral	05	Correspondência, certificados exames, nomeação funcionários, livro de registro de licença de funcionários, concursos lentes substitutos, recortes, termo de posse de funcionários, atas de colação de grau, livro de ponto de funcionários, livro de registro de diplomas.
Secretaria Geral talão de Guias	04	Guias.
Sem identificação	06	Recortes diversos, relatórios, correspondência, prontuários de alunos, etc. (miscelânea).

Fonte: Inventário - Coleção Universidade de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo

Anexo 2

Relação dos Professores da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo entre 1912 e 1917

Professor	Disciplina
Alberto Seabra	Higiene
Adelino Leal	Química
Adolfo Lindenberg	Clínica dermatológica e sifiligráfica
Alan de Lima	Clínica cirúrgica
Álvaro Simões Corrêa	Fisiologia geral e especial, Patologia interna e propedêutica médica
Amarante Cruz	Clínica cirúrgica
Antonio Carini	Anatomia e histologia patológica
Antonio Luiz do Rego	Anatomia topográfica, Medicina cirúrgica e operações
Antonio Pinto Nunes Cintra	Anatomia descritiva, Anatomia topológica, Patologia externa e propedêutica médica
Antonio Viera Bittencourt	Física
Arlindo de Carvalho Pinto	Medicina legal e fisiologia
Arthur Mendonça	Clínica médica
Artur Moraes de Jambeiro da Costa	Clínica oftalmológica, Otorrinolaringologia
Carlos Brunetti	Clínica cirúrgica, Anatomia descritiva, Clínica obstétrica e ginecológica
Cesídio de Gama e Silva	Terapêutica médica e noções de farmacologia, Farmacologia, Química médica
Clemente Ferreira	Clínica pediátrica e higiene infantil
David Vargas Carvalheiro	Clínica pediátrica –médico cirúrgica
Diogo de Faria	Clínica médica
Dorival de Camargo Pentead	Histologia
Eduardo Augusto Ribeiro Guimarães	Patologia geral, Fisiologia geral e especial, Clínica pediátrica, Biologia geral
Eduardo Marques	Microbiologia
Euzébio de Queirós	Clínica oftalmológica
Francisco Franco da Rocha	Clínica neurológica e psiquiátrica, Clínica de moléstias mentais
Francisco Otaviano Ferreira Lopes	Química

continua

continuação

Professor	Disciplina
Godofredo Wilken	Patologia externa e propedêutica cirúrgica. Aulas práticas de anatomia descritiva, Anatomia descritiva e da cabeça
Inácio Bueno de Miranda	Clínica otorrinolaringologia
Inácio de Gouvêa	História natural
Jose Arruda Sampaio	Patologia interna e propedêutica médica
Joaquim Ribeiro de Almeida	Clinica dermatológica e sifiligráfica
José Castro de Macedo Soares	Botânica e zoologia médica, História natural médica
José Jesuino Maciel	Anatomia e fisiologia patológica, Microbiologia
José Machado Filho	Clinica médica e cirúrgica
Luis de Oliveira Almeida	(Física Médica); Física
Luiz Filipe Baeta Neves	Clínica pediátrica, Anatomia descritiva, Clínica cirúrgica Clínica ginecológica e obstétrica
Luis Migliano (Interino)	Fisiologia, Clínica médico-propedêutica
Matias Valadão	Terapêutica
Mateus de Lemos	Fisiologia
Moraes Barros	Clínica ginecológica
Nicolau da Gama Cerqueira	Matéria médica
Olegário de Moura	Anatomia descritiva
Oliveira Fausto	Anatomia médica cirúrgico
Pinheiro Cintra	Clínica médica
Raul Briquet	História natural
Raul Vargas Cavalheiro	Química médica, Física biológica
Sérgio Meira	Higiene
Silvio Berti	Clínica médica Clínica dermatológica
Silvio Maia	Clínica obstétrica
Ulisses Paranhos	Histologia, Patologia interna e propedêutica, Patologia geral, Clínica médica
Valeriano de Souza	Fisiologia
Vital Brasil	Microbiologia, Fisiologia geral e especial

Fontes: Livro 1 – Termo de Compromisso e Posse. Universidade de São Paulo; Teses para obtenção do título de Doutor em Medicina na Universidade de São Paulo, apresentadas em 1917 (C08967)

Anexo 3
Teses para obtenção do título de Professor Substituto
na Faculdade de Medicina -1917

Candidato	Título	Objetivo
Pedro de Freitas Cardoso	Dos Tripanossomas patogênicos para o homem	Professor substituto História Natural Médica
Paulo Raia	As paratireóides	Professor substituto Anatomia Descritiva
Justino Carvalho	Os sons respiratórios normais	Professor substituto de Fisiologia

Fontes: Livro de Registro de Teses (C 08967)

Anexo 4
Teses para obtenção do título de doutor em Medicina na
Universidade Livre de São Paulo (1917) e obtenção de
diploma em outra Faculdade

Título	Autor	Diploma	Data
Tratamento da Tuberculose Pulmonar pelo Pneumotórax artificial	Pedro Marques Simões	FMBA	1918
A síndrome de Stores-Adams e o Feixe de Hiss	Paulo Raia	FMBA	1918
A terapêutica moderna de Coqueluche	Mário Rodrigues Lousã	FMBA	1918
Ensaio Clínico e Terapêutico sobre as Anemias Graves	Alberto Pereira de Moraes	FMBA	1918
Cirurgia Urinária	Luiz Antonio Teixeira Leite Jr.	FMBA	1918
Dorstenia Brasiliensis	Lauro Gonçalves Teodoro	FMBA	1918
Ligeiro Estudo sobre a Helioterapia	Malaquias Guerra Jr.	FMBA	1918
Opoterapia das Afecções Hepáticas	Alfredo Tassara de Pádua	FMBA	1918
Ligeiro Ensaio sobre a Trichocefalose	Joaquim Pinto Nunes Cintra	FMBA	1918
Terapêutica Clínica da Pneumonia	Mario Magalhães Campos	FMBA	1918
Da patogenia da Clorose	José Lemos Monteiro da Silva	FMBA	1919
Da Raquianestesia	Domingos Rafael Picerni	FMBH	1918
Do diagnóstico precoce no Cancro do Estômago	Justino Carvalho da Silva	FMRJ	1919
Evolução Médica no Parto	Manuel do Carmo Pires Lennon	FMRJ	1919
Accinoterapia nas Afecções Neisserianas	Ernesto Masi	FMRJ	1920
Os tratamentos modernos da Febre Tifóide	Anibal Pompéia	FMRJ	1920

Fontes: Livro de Registro de Teses (C08967); História dos Trabalhadores da Saúde: Livros de Registro do Serviço de Fiscalização Profissional (1918-1919).

A origem e a constituição dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan

The origin and the constitution of the ophiologic archives of the Instituto Butantan

*Myriam Elizabeth Velloso Calleffo¹
Cibele Cintia Barbarini²*

Resumo

O Instituto Butantan desenvolveu papel fundamental na área de saúde pública, pois além do ofidismo, se envolveu em estudos de doenças no final do século XIX. Desde o início do século XX, serpentes provenientes de várias localidades do Brasil, são trazidas pela população ao Instituto, em decorrência do trabalho iniciado por Vital Brazil em sua campanha contra o ofidismo, pela permuta de soro por cobras. Era grande a quantidade de cobras enviadas ao Instituto, o que favorecia o crescimento do acervo de serpentes colecionadas e expostas ao público. Neste ínterim o Butantan difundiu e divulgou suas pesquisas, seus produtos e realizou atividades educativas, baseadas neste acervo. A Recepção de Serpentes, conhecida tradicionalmente por fornecedores de cobras em todo Brasil, sempre foi a porta de entrada e destino dos animais no Instituto. Devido à grande demanda no envio e permuta dos animais tornou-se necessário o estudo taxonômico para identificar as novas espécies que chegavam, esclarecendo sobre a especificidade do soro antiofídico. Ao mesmo tempo, o público se interessava em ver e conhecer os animais peçonhentos. Estes trabalhos foram significativos para aprimorar o acervo, ampliando o setor de pesquisa e o de exposição pública, e projetando o Instituto em outras instituições nacionais e estrangeiras. Em decorrência destas atividades duas seções se estabeleceram: uma se especializou em receber, identificar, registrar, armazenar e conservar os

¹ Bióloga, Assistente de Pesquisa VI - Laboratório de Herpetologia - Instituto Butantan, São Paulo – myevcalleffo@butantan.gov.br

² Bióloga (Fundação Butantan) - Museu Biológico - Instituto Butantan, São Paulo – cbarbarini@butantan.gov.br

animais, divulgando suas pesquisas científicas e catalogando as espécies. Outra se aprimorou em exposições públicas com caráter educativo e museológico. Nosso objetivo é caracterizar a formação deste acervo que compartilha uma mesma origem e atualmente é reconhecido pela “Coleção de Serpentes Alphonse Richard Hoge”, Laboratório de Herpetologia – Divisão de Desenvolvimento Científico e Museu Biológico – Divisão de Desenvolvimento Cultural.

Palavras-Chave: ofidologia, Instituto Butantan, acervo, coleção, museu

Abstract

The Butantan Institute has great importance in the area of public health. It developed research about ofidismo and the illnesses in the end of century XIX. Since the beginning of century XX, serpents proceeding from some localities of Brazil, are brought by the population to the Institute, in result of the work initiated for Vital Brazil in its campaign against the ofidismo, exchanging serum for snakes. With increase of the snakes sent to the Institute the quantity of serpents collected and displayed the public grew. At the same time the Butantan spread out and divulged its educative research, productions and activities, based in its collections. The reception of serpents, known traditionally for suppliers of snakes in all Brazil, always was the door of entrance and destination of the animals in the Institute. Because of the great demand in the sending and it exchanges of the animal it was necessary the taxonomic studies to identify the new species that arrived, clarifying on the specify of the serum antiophidic. At the same time, it had the public interest in seeing and knowing the animals poisonous and another section if it improved in public expositions with educative character in the museum. These works had been significant to improve the collection, leading the sector of research and of public exposition, projecting the Institute in other national and foreign institutions. In results of these activities two sections if had established: one was specialized in receiving, identifying, to register, to store and to conserve the animals, divulging its scientific research and cataloguing the species. Another one was improved in public expositions with educative and museological character. Our objective is to characterize the formation of these archives that shares one same origin and currently is recognized for: “Collection of Alphonse Serpents Richard Hoge”, Laboratory of Herpetologia - Division of Scientific Development and Biological Museum - Division of Cultural Development.

Key words: *ophiology, Instituto Butantan, archive, collection, museum*

Introdução

Existem várias definições para acervo, que a nosso ver representa a totalidade de documentos: textos, imagens, peças anatômicas ou objetos depositados num arquivo ou em uma coleção para fins de pesquisa. Os acervos podem ser conservados, catalogados e ter suas coleções incrementadas e, no caso de acervos públicos podem, ou não, estar disponíveis para consulta, de acordo com normas internas dispostas pelos curadores ou responsáveis.

Desde o século XVII os acervos científicos, posteriormente denominados museus³, eram meramente espaços com objetos depositados, mais tarde conhecidos como “gabinetes de curiosidades”. Geralmente criados pelos nobres, esses locais não eram abertos ao público e caracterizavam - se pelo acúmulo de objetos de áreas distintas: animais empalhados, quadros, fósseis, instrumentos científicos, entre outros. Ainda no final desse século, surgiram os acervos de história natural, que caracterizavam os primeiros Museus de História Natural, apresentando uma organização estruturada das coleções que passaram a ser utilizadas para pesquisa e difusão. No século XVIII, os espaços que continham os acervos tinham um perfil voltado para a academia. As exposições públicas não eram a principal finalidade, e sim contribuir por meio da pesquisa, para o avanço do conhecimento científico. As exposições e feiras internacionais que ocorreram em meados do século XIX influenciaram os museus voltados a ciência para mostrar ao público o progresso científico e tecnológico (Cazelli *et al.*, 2003).

A tendência ao colecionismo se estende até meados do século XIX, quando surge a preocupação com a montagem de acervos, marcada por uma visão historicista da realidade, que vai buscar na história o sentido da vida e da sociedade. Assim, existe a idéia, nos primórdios do museu, de que a apropriação do passado é um meio de entendimento do homem e do presente (Becker, 2001).

Entre a primeira e a segunda guerra mundial a ciência possibilitou uma maior proximidade do museu com a sociedade, surgindo a partir desse momento a museologia (Bruno, 1987). No século XX, final da década de 60, aumentou a preocupação de se criar exposições atraentes e estimulantes para o público. A função de comunicar, informar e educar se sobressaiu enquanto que a pesquisa,

³ Entendemos aqui o conceito da palavra museu como depósito de objetos colecionados, pois nessa época ainda não existia o conceito de “museus” como conhecemos hoje.

não menos importante, não era mais visível para o público, ficou limitada aos pesquisadores que trabalhavam com acervos e na academia (Cazelli *et al.*, 2003).

É justamente no século XX que o museu passa a sofrer suas maiores transformações. De espaços de exibição de valiosas coleções, os museus passam a se constituir em espaços educativos e de pesquisa, na busca da preservação da memória (Becker, 2001).

Percebemos aqui um importante passo que caracteriza acervo com finalidade de pesquisa e museu com intenção de exposição e divulgação. Notamos que os acervos e museus sofreram modificações ao longo do tempo.

No Brasil, por exemplo, os museus de ciência, derivados de acervos específicos ou generalizados contribuíram para a consolidação das ciências naturais.

Segundo Russio (1977) os museus passaram por quatro momentos marcantes em sua trajetória. O primeiro representado pelo museu de Alexandria, o berço da universidade. O segundo baseado no pensamento renascentista, nas grandes descobertas e nas grandes coleções, permitia a interação entre o público e as obras expostas. O terceiro momento, sob influência do iluminismo, concretiza de fato a instituição museu, com coleções diversas de diferentes naturezas, sendo que seu precursor é o Museu do Louvre, século XVIII. E por fim, o quarto momento está intimamente ligado a revolução industrial.

No mesmo contexto do Museu do Louvre, foi criado em 1818 o Museu Nacional do Rio de Janeiro (conhecido como Museu Imperial). Era denominado a “Casa dos Pássaros” que por mais de vinte anos armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar a Lisboa. Essa foi a primeira instituição brasileira dedicada à história natural, que reúne atualmente o maior acervo científico da América Latina. Seguido do Museu Paraense Emílio Goeldi, que desde sua fundação, em 1866, concentra suas atividades na divulgação dos conhecimentos e acervos relacionados à região Amazônica; e do Museu Paulista (conhecido como Museu do Ipiranga), de 1884 (Lopes, 1997), que após ser desmembrado

em outros museus, conta com um acervo de mais de 125.000 itens históricos. Todas essas instituições, atualmente patrimônios culturais, surgiram a partir de acervos particulares de pesquisa de naturalistas, historiadores, autodidatas ou ainda grupos de pessoas representantes de um ideal comum, geralmente pessoas ilustres, de vida social e de grande poder aquisitivo.⁴

Nossa atenção aqui incide sobre o uso dos acervos patrimoniais e culturais. Segundo Spinelli Jr. (1997) para se conservar um patrimônio cultural é fundamental: administração segura, recursos adequados e conhecimentos decorrentes da ciência e da técnica. A conservação de acervos, portanto, é um fator de integração ou um conjunto de decisões e atitudes tomadas por seus administradores. Os acervos públicos encontram-se sob a custódia de instituições governamentais, e todas as atividades no sentido de mantê-los conservados não devem ser tratadas como fatores isolados. A interdisciplinaridade, apontada como premissa essencial para “conservação” busca a colaboração de profissionais de diversas áreas, não somente para pesquisa e implementação de soluções, mas, sobretudo para a fixação de política integrada sob a regência do ideal de conservação associada ao trabalho sistemático. Todo legado histórico que se traduz como bem cultural, é testemunho de diferentes momentos da história do homem e de sua produção. Isto implica na disponibilidade ao uso, sob critérios determinados que garantam sua transmissão às gerações futuras.

O Instituto Butantan no decorrer de um século lida com diversos acervos de naturezas distintas, mas com a mesma finalidade. Os acervos têm sido disponibilizados para as áreas em que o Instituto atua: pesquisa, desenvolvimento tecnológico, produção de imunobiológicos e divulgação em saúde pública. Neste artigo, pretende-se, em uma breve explanação, identificar os acervos ofiológicos que muito tem contribuído para a instituição e passam às vezes despercebidos.

⁴ Vide exemplos de vários museus do interior do Brasil, tais como: o Museu Casa de Santos Dumont de Petrópolis, no Rio de Janeiro, o Museu Republicano de Itu, em São Paulo e o Museu da Inconfidência de Ouro Preto, em Minas Gerais.

A participação de alguns Herpetólogos na criação e desenvolvimento dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan

A sistemática é a ciência dedicada a inventariar e descrever a biodiversidade, compreendendo as relações entre os organismos. Inclui a taxonomia que descobre, descreve e classifica as espécies e a filogenia que estuda as relações evolutivas entre os organismos. Para isso é imprescindível o trabalho no acervo. A importância dos acervos para a preservação da biodiversidade nem sempre é óbvia para quem não trabalha com taxonomia e sistemática.

Quando João Florêncio Gomes ingressou no Instituto em 1911, Vital Brazil, percebendo sua dedicação para estudos de morfologia e sistemática, orientou-o na ofiologia, em vista da abundância de material existente no Instituto e da necessidade de ter um especialista no setor. Florêncio Gomes descreveu várias espécies de ofídios, deixando ainda inéditas a descrição de diversas outras serpentes. Faleceu cedo, deixando importantes contribuições científicas, sem dúvida nenhuma, um grande legado com a implantação da especialidade em ofiologia, ramo da herpetologia, no qual ele e Vital Brazil foram os precursores. Vital Brazil não era tão adepto aos estudos de sistemática, mas por “dever de ofício” segundo ele, teve de dedicar-se à identificação e classificação dos ofídios nos primeiros tempos do Instituto em que recebeu as noções básicas sobre a especialidade de seu mestre Adolfo Lutz. Quando o Instituto recebia numerosas serpentes por meio do serviço estabelecido de permuta, remetidas de diferentes estados e localidades, tinha que identificá-las e classificá-las. Para isso, recorria ao *Catalogue of Snakes* de George Albert Boulenger, obra referência em sistemática de ofídios e ao próprio, inclusive remetendo serpentes cujas espécies eram duvidosas ou não eram conhecidas. Isto permitiu a Boulenger classificar várias espécies novas de serpentes brasileiras (Relatório Anual IB, 1912; Amaral, 1935/36).

Afrânio do Amaral, que adquiriu renome internacional em ofiologia, foi introduzido nessa especialidade por Florêncio Gomes,

ao qual Amaral sucedeu em pesquisas de ofiologia no Instituto. No Antivenin Institute of América, Amaral foi discípulo de Tomas Barbour, diretor do Harvard Museum of Comparative Zoology, com quem muito aprendeu e passou a aplicar seus conhecimentos adquiridos no desenrolar de seu ofício.

Em 1941, Paulo Emilio Vanzolini, freqüentou a Seção de Ofiologia e Zoologia Médica do Instituto. Na época, Alcides Prado não quis Vanzolini como estagiário, então ele foi ser estagiário de Flávio da Fonseca, chefe da Seção de Parasitologia, onde fez seu primeiro trabalho de sistemática com serpentes⁵. Vanzolini vinha ao Butantan desde criança permutar aranhas que colecionava em caixas de fósforo por cobras, com os técnicos Arnaldo França, Tertuliano Beui e Pegoraro que trabalhavam na Seção de Ofiologia (P.E.Vanzolini, Comum. Pessoal). Sua formação e seu interesse o tornaram um grande zoólogo sistemata e biogeógrafo de renome internacional, que fez carreira no Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo e muito contribui com os acervos do Butantan, por meio de coletas e permutas, publicações, além de colaborações e orientações.

Alphonse Richard Hoge, um herpetologista nascido no Brasil e criado na Bélgica, retornou ao país em 1939, ingressou no Butantan em 1946, trazido por Eduardo Vaz, e por meio de suas pesquisas iniciou suas publicações no Laboratório de Ofiologia e Zoologia Médica. Hoge atuou na direção do serviço de biologia de 1969 até sua morte em 1982, onde participou de várias expedições científicas, realizou permutas e coletas que expandiram o acervo da coleção.

Devido ao seu interesse por serpentes e seus venenos, Hoge ampliou a coleção e em parceria com seus auxiliares Francisco Cavaleiro e Pedro Villela, publicou diversos artigos em ofiologia, com ênfase em sistemática e também alcançou renome internacional na especialidade de herpetologia (Brazil, 1996; Lucas, 2003).

⁵ Ver Vanzolini & Brandão (1944/45).

Segundo Fonseca (1954) tratando-se de Ofiologia, muito se deve ao Butantan; desde a descrição de gêneros, espécies e subespécies de ofídios novos para a ciência, à constituição da coleção de ofídios com sua biodiversidade, que no final da década de 40 atingiu 20.000 exemplares, entre numerosos tipos. Até este momento destacaram-se alguns trabalhos de divulgação em Ofiologia, que merecem citação: *Defesa contra o Ofidismo* (Vital Brazil, 1911); *Noções gerais sobre Cobras* (Rudolf Krauss, 1923); *Animais Venenosos do Brasil* (Afrânio do Amaral, 1931a); *Serpentes do Brasil* (Alcides Prado, 1945); *Animais Peçonhentos* (Flávio da Fonseca, 1949). E ainda, Vital Brazil, Florêncio Gomes, Dorival Penteado, Naur Martins, foram os pioneiros na área de Ofiologia; Afrânio do Amaral, o consolidador e Alcides Prado, Alphonse Richard Hoge e Hélio Belluomini, os continuadores. O Butantan teve publicação própria onde divulgou seus trabalhos nas *Coletâneas dos Trabalhos do Instituto Butantã* e *Memórias do Instituto Butantan*.

Sem dúvida nenhuma, Florêncio Gomes implantou a especialidade ofiologia, que deu início aos estudos de herpetologia que perduram até hoje. Acreditamos que a maior parte desses trabalhos foi gerida junto aos acervos ofiológicos do Butantan e que muitos outros a partir da década de 50 continuam sendo realizados. Além disso, esses renomados pesquisadores e diversos técnicos e auxiliares que atuaram na época, muito se dedicaram ao trabalho nos acervos, principalmente na organização, estruturação, catalogação e funcionalidade. Muitos deles foram homenageados em várias ocasiões, inclusive em nomes de novas espécies determinadas.

Ressaltamos aqui que em meados do século XX a política institucional de acervos regulamentada pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937 ainda estava caminhando para os projetos de preservação de acervos que só se concretizaram mais tarde.

A idealização do acervo científico de Vital Brazil

- o início do acervo no Instituto Butantan

Para lembrar como tudo começou vamos nos reportar ao ano de 1899 quando houve um grande surto de peste, contaminando o porto de Santos, litoral paulista. Vital Brazil, ajudante de Adolpho Lutz, então Diretor do Instituto Bacteriológico de São Paulo, foi comissionado para Santos e incumbido de investigar o ocorrido. Na época, as dificuldades para obtenção de soros e vacinas específicas, foram determinantes para a necessidade de se desenvolver novos recursos no Brasil. Emílio Ribas, Diretor do Serviço Sanitário do Estado, propôs ao então Presidente Fernando Prestes a criação do *Instituto Serumtherapico*⁶, indicando como sede a Fazenda Butantan, nove quilômetros distantes do centro da cidade, com uma área de 400 hectares (Vaz, 1949; Silva Jr., 1956; Brazil, 1995).

Em dezembro de 1899, Adolpho Lutz, adquire material necessário e comissiona Vital Brazil para dirigir o Instituto improvisado e iniciar a preparação dos soros antipestoso e ofídico. Em 23 de fevereiro de 1901, Vital Brazil foi nomeado Diretor do *Instituto Serumtherapico* e neste ano, o Instituto entregou ao consumo as primeiras partidas de soro antipestoso e antipeçonhento, evidenciando a constante preocupação de Vital Brazil com o problema do ofidismo (Vaz, 1949; Silva Jr., 1956, Brazil, 2001). Com o passar dos anos o Instituto Butantan aumentou seu quadro de pesquisadores e funcionários, e evoluiu nas áreas de produção e pesquisa, mas manteve a linha do estudo do ofidismo mesmo após a saída de Vital Brazil em 1927.

- as campanhas antiofídicas

Adolpho Lutz havia instituído um sistema de compra de cobras venenosas que foi substituído pelo de permuta de ofídios

⁶ No período de 1901 a 1925 o Instituto era denominado *Instituto Serumtherapico*, anterior a este período, *Instituto Bacteriológico* e a partir de 1926, *Instituto Butantan* como é reconhecido até hoje.

com ampolas de soro por Vital Brazil (Silva Jr., 1956). Para isso, Vital Brazil articulou pessoalmente e também por meio de correspondências com agricultores, fazendeiros e colonos, além de professores e autoridades no interior do estado de São Paulo e em várias regiões do país. Os acidentes ocorriam devido ao desenvolvimento da agricultura e forte fluxos de imigrantes em áreas rurais, enquanto que na capital o processo de industrialização se acelerava. As correspondências que eram enviadas e recebidas lhe deram oportunidade de ensinar os modos de tratamento para envenenamentos ofídicos pelo uso do soro, com o objetivo de vencer a ignorância e salvar vidas. Chegavam ao Instituto cobras e outros animais, peçonhentos ou não, de todas as regiões do Brasil o que proporcionou além dos estudos de taxonomia, estudos de distribuição geográfica, de biologia, dentre outros (Vaz, 1949; Silva Jr., 1956).

Segundo Brazil, em 1911 o Instituto Butantan recebeu exemplares de várias localidades por intercâmbio com fornecedores de serpentes em troca de soros específicos, agulhas e seringas, material para captura e remessa (Vaz, 1949). O soro antiofídico polivalente deveria ser indicado quando não se conhecia a espécie mordedora, para tanto era necessário aprimorar os conhecimentos taxonômicos e divulgá-los. Com a grande ocorrência de acidentes ofídicos, principalmente nas áreas mais distantes, no interior e nas fazendas, e sabendo que o bom êxito para o tratamento era a prontidão com que é feita a aplicação do soro, Vital Brazil compreendeu que este recurso deveria estar às mãos dos fazendeiros, agricultores e trabalhadores rurais. Assim, no estado de São Paulo, onde o soro atingia grande procura, muito se contribuiu a propaganda que o Instituto fez no sentido de promover as remessas com grande número de cobras, pois os fornecedores dispunham da matéria prima indispensável para o soro, o espécime e seu veneno. Os agricultores foram instruídos a não sacrificarem inutilmente as cobras que encontravam em suas propriedades durante a lida dos trabalhos agrícolas, pois

poderiam permutar os espécimes em troca do soro. Para que este serviço funcionasse foram providenciados, laços próprios para captura de cobras (*Laço de Lutz*), caixas para transportes (conhecidas como caixa do Butantan) e despacho livre nas estradas de ferro, para facilitar a tarefa do doador-fornecedor (Brazil, 1909; 1911).

Desde essa época se ensinava como capturar e coletar serpentes. Com o passar do tempo essas informações foram se aperfeiçoando, porém basicamente continuaram as mesmas somente mudando os primeiros socorros em linguagem acessível para o público em geral. Sendo assim, o Instituto Butantan continua a receber até hoje serpentes das mais variadas procedências, incrementando sua atual coleção que outrora fora o início do acervo ofiológico.

- as remessas de cobras

Vital Brazil criou um sistema de remessas de serpentes por meio das campanhas antiofídicas que em 1903 forneceu ao Butantan ofídios de vários lugares de São Paulo, totalizando 159 serpentes peçonhentas. No ano seguinte, esse número declinou para 146 exemplares (Relatório Anual IB, 1903; 1904; Rosenfeld, 1969). O que fez com que Vital Brazil solicitasse ao Governo do Estado providências para que fosse concedido transporte gratuito das serpentes enviadas ao Instituto. A insistência neste serviço de permutas a fim de obter veneno de várias espécies e de diferentes regiões para seus experimentos, também estimulou seu novo assistente Florêncio Gomes a trabalhar na classificação e determinação de novas espécies (Rosenfeld, 1969).

No começo do século XX, o Brasil era o principal produtor mundial de café, o transporte do produto levou a criação de uma respeitável malha ferroviária. Em várias regiões paulistanas a Rede Ferroviária de São Paulo e a FEPASA contribuíram no fornecimento de cobras ao Instituto Butantan pelas permutas.

No ano de 1906, desconsiderando as serpentes não peçonhentas, foram entregues ao Instituto cerca de 648 cobras. A

partir desta data, a quantidade de envio foi aumentando progressivamente (Relatório Anual IB, 1906). Apesar da propaganda e do aumento das remessas de cobra, ainda não era suficiente a quantidade de espécimes recebidos para as partidas de soro, era necessário aumentar a propaganda em território nacional (Relatório Anual IB, 1907). Segundo o relatório de Bruno Rangel Pestana de 1910, devido ao incentivo e aumento da propaganda antiofídica foram cadastrados 685 novos fornecedores, os quais entregaram ao Instituto 2.440 cobras (Relatório Anual IB, 1910) e no ano seguinte, 3.322 cobras (Relatório Anual IB, 1911; Rosenfeld, 1969).

A construção de um serpentário, local para se manter as serpentes que chegavam ao Instituto, se deu devido ao aumento gradativo ano a ano da entrada de animais. Os registros apontam que em 1912 foram recebidos 4.744 espécimes (Relatório Anual IB, 1912). Até 1913 apesar dos esforços de Vital Brazil e Rudolf von Ihering, não havia nenhuma contribuição importante para a fauna ofiológica brasileira, que apesar de seus pequenos ensaios com poucos resultados, não produziram publicações na área de sistemática (Amaral, 1929; 1935/36). Em 1915 os relatórios de entrada de serpentes revelam um total de 5.025 espécimes e em 1917, 6.148 (Relatório Anual IB, 1915; 1917).

Florêncio Gomes descreve sua primeira espécie em 1913 e em 1915, graças ao acervo ofiológico da Seção de Ophiologia do Instituto, publica a descrição de um gênero e quatro espécies⁷ (Relatório Anual IB, 1913; Amaral, 1935/36). Em 1918 descreve suas últimas espécies, antes de falecer vitimado pela gripe espanhola, deixando sua significativa contribuição. Em 1919, o Instituto recebe 7.762 exemplares de serpentes (Relatório Anual IB, 1919). Em 1920, ano em que Afrânio do Amaral substituiu Florêncio Gomes o Instituto recebe 11.400 espécimes. Neste ano,

⁷ Ver Amaral (1935/36).

Amaral fez uma revisão geral das serpentes brasileiras que já vinha estudando há alguns anos, examinando exemplares vivos e de acervos das principais coleções em museus nacionais e estrangeiros (Relatório Anual IB, 1920). Baseado na experiência que vinha adquirindo principalmente sobre os ofídios neotropicais e suas afinidades morfológicas e geográficas, Amaral faz uma lista comentada dos ofídios do Brasil (Amaral, 1935/36). Isso despertou o interesse de vários colegas pela fauna ofiológica, dado a proporção de espécimes vivos recebidos pelo Instituto e após seleção, catalogadas em um único acervo.

Até 1929 o número total de serpentes por exemplares recebidos revela que, com exceção das não venenosas, estatisticamente temos, em primeiro lugar as jararacas (*Bothrops jararaca*) com 63.340 espécimes, em seguida a cascavel (*Crotalus*) com 47.198, seguindo de várias espécies do gênero *Bothrops* com 22.338. As corais verdadeiras (*Micrurus*) distribuídas em várias espécies com 1.404 exemplares e o gênero *Lachesis* (surucucu) representado por apenas 21 exemplares (Amaral, 1930).

Até a década de 30, como resultado da campanha ofídica, o Instituto conseguiu um número crescente de exemplares com dados de entrada aumentando progressivamente e oscilando para menos nos anos de 1913, 1915 e 1916, depois baixando nitidamente em 1921, 1923 e 1924, anos que coincidem com as trocas de diretoria no Instituto (Amaral, 1930). Só no ano de 1931, o Instituto recebeu 20.000 exemplares vivos de serpentes (Amaral, 1931b; Relatório Anual IB, 1931).

Segundo Amaral (1935/36) no período de 1901 a 1936 o Instituto absorveu 132.429 exemplares vivos de jararacas (*Bothrops jararaca*) dentre as 344.936 espécies diversas recebidas de várias localidades do país. Percebemos aqui um grande acervo de espécimes que começava a se formar nesta época.

Em 1949 o Butantan alcançou 1/2 milhão de serpentes recebidas, sendo 1/3 peçonhentas (Silva Jr., 1956; Tanasov *et al.*, 2003).

Na década de 70 as caixas com serpentes ou outros animais peçonhentos e as caixas vazias que retornavam do Instituto, eram transportadas gratuitamente, isso colaborou nas grandes remessas que o Instituto recebeu e incorporou ao seu acervo. O Instituto já era então, reconhecido pelo seu acervo vivo por cientistas nacionais e estrangeiros. Se todo espécime ofiológico recebido fosse incorporado ao acervo expositivo ou coleção, o Butantan teria hoje o maior acervo mundial, porém muitos exemplares foram levados a óbito por enfermidades, excesso de contingente nos recintos inapropriados, falta de funcionários aptos, enfim diversas razões não documentadas. Parte desse acervo, retirado da natureza com finalidade humanitária, se perdeu ao longo dos anos após desempenhar sua função primordial, extração do veneno. No entanto, uma porção significativa deste acervo atualmente se encontra depositado na “Coleção de Serpentes Alphonse Richard Hoge”, considerada a maior coleção de serpentes Neotropicais do mundo, com cerca de 77.000 espécimes catalogados e tombados⁸ e outra parte se destina à exposição no museu que conta hoje com um acervo ofiológico de 308 animais vivos⁹.

O Brasil e os Estados Unidos no início do século XX seguiram uma orientação eficaz na luta contra os ofídios venenosos. Aqui, desde que Vital Brazil criou e organizou a campanha contra o ofidismo. Nos Estados Unidos, o Antivenin Institute of América fez campanha na zona rural para eliminação do ofidismo como fator de mortalidade (Amaral, 1930). Considerando a diversidade como o principal objeto de estudo da zoologia, essas campanhas ajudaram e se tornaram o estopim na formação dos grandes acervos dessas instituições. Além de alimentarem o acervo-coleção com espécimes coletados, reuniram as localidades dos espécimes num acervo documental catalogado.

⁸ Este número se refere aos espécimes conservados em álcool, depositados na coleção principal. Não consideramos aqui os anexos; sabemos que a numeração da coleção foi iniciada por Afrânio do Amaral na década de 20.

⁹ O acervo vivo se refere aos espécimes mantidos nas dependências do Museu Biológico.

O destino das serpentes em seus variados acervos

A tradicional Recepção de Serpentes é a porta de entrada e de destino dos animais fornecidos ao Instituto e teve uma grande trajetória no decorrer de um século. O Instituto Butantan sempre recebeu doações de animais que vem incorporando em seus diversos acervos. O serviço de atendimento aos fornecedores de animais era efetuado pela Seção de Expediente, depois pelo Serviço de Registro e Cadastro, acervo documental dos fornecedores de serpentes ao Instituto, atualmente Recepção de Serpentes, Laboratório de Herpetologia. A atribuição é manter o controle da proveniência e outros dados de importância em cada exemplar recebido e dar suporte e apoio ao fornecedor.

Os animais que chegam constituem um importante acervo e são destinados para produção, pesquisa e educação. A recepção vem abastecendo o biotério de serpentes peçonhentas, considerado um acervo de espécimes vivos catalogados por espécies e por localidades para a produção de soro. Alimenta a incorporação do acervo da Coleção de Serpentes e seus anexos (atualmente: coleção de referência, coleção para permuta e doação, coleção didática, coleção Hospital Vital Brazil, banco de tecidos e de glândulas, crânios e esqueletos, peças anatômicas, exemplares taxidermizados). Portanto, dispõe de pequenos acervos que disponibiliza para diversas finalidades, inclusive, exposição pública nos museus e serpentário, além de eventos e feiras. No momento, também nutre os experimentos e eventos da herpetologia, de outros laboratórios do Instituto e de outras instituições, por meio de um acervo vivo que recebe e destina conforme solicitação prévia. Além disso, abastece o serpentário público construído na década de 10 que foi por muitos anos o local de manutenção das serpentes peçonhentas e não peçonhentas da fauna brasileira, sendo considerado um acervo único em seu espaço e atração para os visitantes (Furtado, 2000).

Os acervos

A Coleção zoológica e o Museu de cobras do Instituto Butantan

O Instituto Butantan formou acervos que não são voltados diretamente para o público, tais como diversas coleções para estudos taxonômicos das quais algumas ficaram confinadas nos laboratórios, em mãos dos pesquisadores e diversos acervos particulares, documentais, iconográficos. Os demais acervos foram transferidos para outras instituições ou foram expostos ao público.

Vital Brazil em seu relatório de 1926 discorre como começou a coleção de serpentes que originaria os acervos institucionais voltados para pesquisa e exposição pública. Segundo Brazil o material começou a ser reunido desde 1896, no ainda Instituto Bacteriológico. Este material era constituído por serpentes conservadas em álcool. Em 1901 devido ao preparo dos soros anti-peçonhentos e o desenvolvimento da campanha contra o ofidismo, implementada por Vital Brazil, o Instituto recebeu muitas cobras e o material colecionado aumentou consideravelmente. Com o passar do tempo foram realizados permutas de material com os principais museus norte-americanos e europeus (Relatório Anual IB, 1926; Almeida, 1995). Em 1910 existia uma coleção de ofídios nacionais e estrangeiros classificados, que no ano de 1912, sob a responsabilidade de Florêncio Gomes, segundo Corrêa (1986) possuía 119 espécies e o relatório deste ano indica um número limitado de peças anatômicas e de espécimes com suas respectivas identificações. Já havia um serviço de registro no envio de material para captura de serpentes aos fornecedores (Relatório Anual IB, 1912).

Em 1914, ano da inauguração do “Edifício Principal”, atual prédio da biblioteca, constava uma sala intitulada “Museu”¹⁰, no

¹⁰ Estamos considerando como acervo, o que na época era tratado por “Museu”, no qual também abrangia a coleção. Não estamos nos referindo aqui à questão expositiva, nem tão pouco a finalidade da coleção, mas sim, a formação e a caracterização desses acervos ofiológicos institucionais.

qual, foram colocados vidros contendo cobras conservadas em álcool. Em 1916 aumenta o envio de material para os fornecedores e conseqüentemente o recebimento de serpentes para incrementar os acervos (Relatório Anual IB, 1916). No inventário de 1917, de 6.137 ofídios vivos remetidos ao Instituto, foram catalogados 1.458 espécimes no acervo, 1.305 exemplares a mais que no ano anterior. Este acervo constava de serpentes conservadas em álcool, crânios e hemipênis, preparados por Benedito de Moraes para estudos sistemáticos. Augusto Esteves desenhista do Instituto, reproduziu em aquarela exemplares convenientemente escolhidos, ampliando o acervo de desenhos de cobras. Florêncio Gomes freqüentava o Museu Paulista todas as quintas-feiras, para consulta à biblioteca que possuía bons números de publicações. Ao mesmo tempo dedicava-se ao estudo dos ofídios colecionados, e até o final de 1917 determinou cerca de 1.200 exemplares no acervo deste museu, o que muito contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de sistemática que já vinha realizando no Instituto (Relatório Anual IB, 1917).

Depois da morte de Florêncio Gomes, no ano seguinte, 1919, o então assistente Afrânio do Amaral sugere: “... *tenciono em breve transferir o depósito de serpentes do porão impróprio em que se encontra para uma das divisões da “Sala A. Lutz” instalado ai o nosso museu de ofídios que, rico como é, bem merece melhor sorte*” (Relatório Anual IB, 1919). Neste mesmo ano a “Sala Museu”, deixava de ser somente um depósito de cobras, apresentava também partes anatômicas humanas, dentre elas um pé natural evidenciando o acidente ofídico (Relatório Anual IB, 1919; Almeida, 1995). Após a morte de Florêncio Gomes, o “Museu” ficou abandonado até 1925, quando João Alberto Vellard assume. Em 1920, Afrânio do Amaral aproveita os espécimes organizados por Florêncio Gomes, iniciando a numeração e catalogação do acervo que é mantido até hoje (Relatório Anual IB, 1919). Amaral continuava responsável pelas coleções que cresciam por doações e permutas, sendo que o pequeno espaço que havia no prédio principal tornou-se insuficiente para abrigar o acervo de cobras e outras peças (Almeida, 1995).

No ano de 1921 o Instituto passa por uma reorganização interna que o divide em seções. Neste ano, é criada a Seção de Ofiologia e consta no relatório dessa seção, o recebimento de 9.635 espécimes, das quais provavelmente havia novas espécies para serem classificadas e, o registro e revisão dos livros dos fornecedores de serpentes. Segundo Amaral, “... com os exemplares raros das serpentes entradas e com o que tenho obtido em permuta com outras instituições e museus, estou preparando aos poucos uma coleção a ser convenientemente, numerada e catalogada, trabalho que talvez só possa ser concluído dentro de uns cinco anos...” (Relatório Anual IB, 1921).

Em 1922, o relatório feito por Rudolph Kraus, relata novamente o registro de fornecedores e a entrada de serpentes, além da rotulagem e distribuição de caixas novas e laços. Pronuncia ao Diretor do Serviço Sanitário: “É meu desejo também modificar o atual museu do Instituto, que é mais um museu de cobras, e formar um outro em que se exponha assunto sobre higiene em geral, não sendo impossível pensar-se no futuro e construir-se um pavilhão ao lado do instituto e que seria destinado à instalação de um completo museu de higiene”. Ainda neste ano, Amaral, na Seção de Ofiologia, segue seus estudos sobre sistemática de cobras e faz permutas com outras instituições. A Seção de Ofiologia mantém o serviço de registro de fornecedores, entrada de serpentes, rotulagem e distribuição de caixas e laços, correspondências e arquivos referentes a Ofiologia (Relatório Anual IB, 1922).

Vellard fica incumbido da direção do “Museu” e da sistemática de aracnídeos, batráquios e outros venenosos, além de completar, reformar, ampliar e transferir este acervo para o edifício que foi construído em 1924, o Pavilhão João Florêncio Gomes, “Instituto de Medicamentos Oficiais”, inaugurado em 1925 e demolido em 1963 (Relatório Anual IB, 1925; Canter & Silva, 2000). O prédio oferecia espaço suficiente para o museu, gabinetes de história natural e sala de desenho como desejava Vital Brazil (Almeida, 1995). Neste ano, Vellard substitui Amaral, devido ao seu afasta-

mento para se dedicar à sistemática. O acervo estava desorganizado e pela identificação das fichas de Florêncio Gomes, Vellard iniciou uma nova organização do acervo de cobras colecionadas, revisando os espécimes etiquetados (Relatório Anual IB, 1925). Com a sua saída em outubro de 1927 o museu ficou estagnado. Em 1928, Afrânio do Amaral renomeado diretor reformou o prédio do “Museu” e anexos.

Em 1931, ingressa Alcides Prado que publica vários artigos de taxonomia em serpentes e escorpiões, baseado nas consultas do acervo (Lucas, 2003).

Nas reorganizações do Instituto, em 1931, vemos referência ao “Museu Médico”, que fazia parte da Seção de Ofiologia e Zoologia Médica (Almeida, 1995). No período entre 1928 e 1937 não há referências sobre o acervo - museu nos relatórios do Instituto, porém o acervo continuava a existir e há relatos do aumento de exemplares conservados em álcool. Amaral sofreu processo administrativo no final de sua gestão, no qual, o item 34^o refere-se ao abandono do museu (Amaral, 1941; Almeida, 1995).

No Relatório Anual de 1938, Alcides Prado relata “... procurei manter em bom estado e conservação todo o material ofídico depositado nos porões do Pavilhão Experimental – fez-se proceder a limpeza geral daquelas dependências e a renovação dos líquidos conservados em inúmeros bocais” (Imagem 1). O acervo constava de 10.014 espécimes determinados e fichados (Relatório Anual IB, 1938). E em 1939, descreve: “Conclui-se a limpeza dos porões do pavilhão experimental, onde se acham depositadas as serpentes colecionadas, com o inteiro revestimento de ladrilhos no piso dos mesmos. O número de ofídios colecionados e fichados elevava-se até 31 de dezembro último a 10.088” (Relatório Anual IB, 1939; Almeida, 1995). Neste ano é contratado Wolfgang Bücherl, assistente de Prado. Por meio de correspondência entre ele e os fornecedores, incentivou a campanha para envio de novos animais, organizou a recepção, reorganizou e ampliou o acervo científico, com ajuda do técni-

co José Navas. Adquirindo conhecimentos com a rotina de trabalho, publicou artigos sobre sistemática e biologia de animais peçonhentos (Lucas, 2003).

Em 1941, a Seção de Ofiologia que cuidava das correspondências dos fornecedores torna-se Seção de Expediente (Relatório Anual IB, 1944). Em 1944, a coleção de ofídios tinha cerca de 10.501 exemplares (Corrêa, 1986). O Diretor nessa época, Otto Bier sugeriu a instalação de um grande museu educativo capaz de refletir e divulgar as atividades científicas do Instituto, bem como, a reforma do parque com aspecto digno de renome turístico da instituição (Relatório Anual IB, 1944). Isso reflete a composição do acervo faunístico que crescia em espécimes, pesquisa e divulgação científica, e a necessidade de se desmembrar este acervo.

Segundo Relatório Anual de 1945 na nova estrutura organizacional do Instituto, entre os “Serviços Técnicos Auxiliares” incluía-se “Museu e Serpentário” (Relatório Anual IB, 1945; Oliveira, 1980/81; Almeida, 1995). Com a nova reestruturação houve a separação entre a Coleção de Serpentes (pesquisa de ofidismo) e o Museu (caráter didático) sob a coordenação de Bücherl (Relatório Anual IB, 1945; Canter & Silva, 2000).

Bücherl referia-se ao “Antigo Museu” que apresentava serpentes em álcool e preparadas a seco, trabalhos em cera, embrião humano, entre outras coisas, como um “modesto mostruário” feito com a colaboração de pesquisadores sem ter a frente um responsável. Mesmo assim, este acervo desestruturado, sempre visitado pelo público nacional e estrangeiro, era considerado um gabinete de curiosidades devido ao atraso cultural do nosso país (Almeida, 1995).

Em 1947/48, Bücherl no prédio de “Medicina Experimental” (atual Lemos Monteiro) que abrigou o “Museu Provisório” reformulou a exposição que contava com um total de 600 objetos, entre modelos, animais taxidermizados, desenhos e quadros acompanhados de textos explicativos, destacando-se a primeira exposição com serpentes vivas. Laureano Dourado executou trabalhos no acervo, como taxidermista e desenhista, reproduzindo quadros e rótulos, ofídios empalhados, esqueletos e peles de



Imagem 1: Acervo colecionado – intitulado Novo Museu de Ofídios – material ofídico conservado em álcool nos porões do Pavilhão Experimental (atual Lemos Monteiro) no final da década de 30.

cobras, vidros de relógios com animais e modelos de dentes de ofídios em cera (Almeida, 1995).

Com o decorrer dos anos, percebe-se o acréscimo de material colecionado e a necessidade de organização e separação dos acervos para diferentes finalidades.

Em 1953, Amaral, que se achava afastado da direção do Instituto desde 1938, foi reintegrado como Diretor e encontrou Alphonse Richard Hoge na direção da Seção de Ofiologia. Hoge vinha há alguns anos publicando numerosos e importantes trabalhos sobre sistemática de serpentes baseado no acervo e almejando renome internacional na especialidade. Em decorrência do recebimento de muitos espécimes vivos, Hoge despertou interesse em aprimorar seus estudos e colecionar os espécimes diferenciados dando ascensão ao acervo ofiológico da instituição (Brazil, 1996).

No ano de 1954, é notificada a reorganização dos “Serviços Técnicos Administrativos” do Instituto Butantan que incluíam o “Museu Geral”, um anexo da “Seção de Ofiologia e Zoologia Médica”, e Bücherl continuou responsável pelo museu, que permanecia na área de zoologia com repositório de coleções animais e não ligado a parte de divulgação. Neste mesmo ano, o “Museu Provisório” passou a ocupar o Prédio Novo e a comercializar animais mortos e conservados para visitantes interessados (Almeida, 1995).

Em 1956, assume a direção do Instituto, Luiz Ribeiro do Valle que transferiu o museu provisoriamente para o andar térreo da residência da diretoria (Imagem 2), com várias exposições, dentre as quais na primeira e segunda sala apresentava-se o acervo ofiológico (Almeida, 1995). Neste ano a coleção ofiológica tinha 17.101 exemplares (Corrêa, 1986). Flávio da Fonseca em 1959, de volta a direção do Instituto considerava necessária a reforma da cocheira para abrigar o museu. Durante a década de 60 o museu ficou sob a responsabilidade de Bücherl, fazendo parte da Seção de Artrópodes. As coleções de ofídios foram alojadas no antigo aviário reformado. Notamos que as referências à coleção passam a existir separadas do Museu, que formava sua coleção com “restos” enviados pela Seção de Herpetologia (Almeida, 1995).

Em 1966 foi inaugurado o Museu no prédio da antiga cocheira, durante o Simpósio Internacional sobre Venenos Animais, destacando a presença de muitos animais vivos em exposição (Almeida, 1995).

O prédio que hoje abriga a coleção foi construído para tal finalidade em frente a sede da antiga Fazenda Butantan no início da década de 70 e recebeu o nome do pesquisador Alphonse Richard Hoge em 1983 (Canter & Silva, 2000).

Nesta época o acervo expositivo fisicamente se separa do acervo-coleção, embora cobras e peças ainda que fixadas e conservadas em álcool sejam ora de caráter didático e ora de caráter científico.

Hoje o Laboratório de Herpetologia e o Museu Biológico compartilham suas origens de um acervo comum. As fontes primárias consultadas não esclarecem em que momento o acervo pode ser considerado só museu ou só coleção. Era um acervo que permeava as duas práticas, de pesquisa e exposição. Sendo assim, continuam atuando juntos em determinadas ações de divulgação e pesquisa.

Outros acervos

O Instituto também conta com acervos textuais que caracterizam a entrada de serpentes no decorrer de mais de um século como atestam os livros de registro do cadastro de fornecedores. Este acervo consta de papeletas com dados pessoais dos fornecedores e dados do espécime doado. A riqueza de informações contidas nesses documentos fornece subsídios para as mais variadas pesquisas (Calleffo em preparação). Além disso, o Ins-



Imagem 2: Acervo expositivo – intitulado Museu Provisório – material ofídico conservado em álcool nos vidros de relógio, esqueleto e textos explicativos no andar térreo da residência do diretor (atual Diretoria) em meados da década de 50.

tituto também possui um acervo iconográfico de grande porte com uma parte referente a ofiologia. E a Coleção de Serpentes além de seus anexos, possui um acervo de localidades, imprescindíveis sobre o aspecto biogeográfico. Muitos pesquisadores também possuem acervos iconográficos, textuais, particulares a respeito de ofídios e herpetofauna em geral. A exemplo disso, são os documentos compostos por cartas, apontamentos relacionados com a atividade profissional, recortes de jornais e revistas, enfim, anotações em papel, muito comum antes do advento da informática.

Vale ressaltar que o Hospital Vital Brazil, localizado no Instituto Butantan, possui um acervo textual e iconográfico de prontuários médicos referentes aos acidentes ocasionados por animais peçonhentos, cujas serpentes colecionadas fazem parte do anexo da Coleção de Serpentes, comentada anteriormente.

Outro acervo importante é o iconográfico em aquarela de Augusto Esteves, representado pelos desenhos de serpentes e sua anatomia, e também pelas peças anatômicas modeladas em cera que reproduziam efeitos e seqüelas dos envenenamentos decorrentes de picadas de cobras (Relatório Anual IB, 1918).

O resgate da história do Instituto pode ser contado, recontado e reproduzido por diversas falas, constituindo uma fonte de informação das mais ricas através da história oral, caracterizado também como um acervo.

Alguns Centros de Memória recolhem documentos que compõem o acervo de coleções pessoais por meio de campanhas internas, compondo novos acervos, principalmente na área de história. Este é o caso do Instituto Butantan, apesar de não contar com um Centro de Memória.

A identificação dos processos de formação dos acervos ofiológicos do Instituto Butantan nos permite discutir futuramente sobre a qualidade desses acervos e a importância que eles representam para o Instituto.

Segundo Papavero (1994) a curadoria abarca as atividades de co-

leta, preservação, armazenamento, catalogação do material científico e as decisões para um bom manejo das coleções. A curadoria dos acervos é um ponto importante para a manutenção das coleções científicas. Sendo assim, é necessário que as instituições desenvolvam uma política de incentivo as práticas de curadoria (Lewinsohn & Prado, 2004; Jorge, 2008). Porém em muitos casos essa tarefa depende do empenho dos pesquisadores e funcionários envolvidos, além da colaboração de estagiários voluntários, pós - graduandos, aposentados na área ou de outras pessoas que manifestem interesse no assunto. No caso do Instituto Butantan, houve um descuido, fruto da falta de conhecimento sobre a relevância de seus importantes acervos. Parte dessa documentação já foi perdida, destacando-se o material que pertencia ao mostruário do museu, tais como, vidros de relógio contendo partes anatômicas e espécimes ofiológicos, esqueletos e peles taxidermizadas, além dos acervos textuais e publicações em ofiologia que devido à ausência de manutenção adequada se perderam com o tempo. No entanto, conhecendo atualmente o potencial dessa documentação de caráter histórico cabe a nós o resgate e a compreensão da real importância desse acervo para a Instituição e a comunidade científica.

Agradecimentos

A Ms. Suzana Cesar Gouveia Fernandes, Historiadora, Chefe e Pesquisadora do Museu Histórico e do Laboratório Especial de História da Ciência pelo convite, incentivo e apoio, além da revisão do manuscrito; a Pesquisadora Rute Maria Gonçalves de Andrade, do Laboratório de Imunoquímica, pelas sugestões; a bolsista Fundap Carolina Santucci Fernandes pela colaboração, ao Professor Henrique Moisés Canter, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Cultural, pela identificação de algumas fotos e comentários históricos do Butantan; ao Professor Dr. Paulo Emílio Vanzolini, amigo e companheiro pelas longas horas de conversas informais. Aos fornecedores de serpentes, pois sem essas remessas de cobras a produção de soros não teria sido constante, o acervo da coleção não teria seu porte atual e o museu não teria conquistado seu público fiel.

Referências bibliográficas

- Almeida, A.M. *A Relação do público com o museu do Instituto Butantan: Análise da exposição “Na natureza não existem vilões”*. [Dissertação] – ECAUSP, Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. 1995. 173p.
- Amaral, A. Lista remissiva dos ophidios do Brasil. Contribuição ao conhecimento dos ophidios do Brasil. *Memórias do Instituto Butantan*. TOMO IV. São Paulo, Brasil. 1929. p.69-125.
- Amaral, A. Campanhas antiofídicas. *Memórias do Instituto Butantan*. TOMO V. São Paulo, Brasil. 1930. p.193-231.
- Amaral, A. *Animais Venenosos do Brasil*. Editora Instituto Butantan. 66p. 1931a.
- Amaral, A. Estudo sobre ophidios neotropicais. XXVIII. Comentários a propósito de alguns boideos. *Memórias do Instituto Butantan*. TOMO VI. São Paulo, Brasil, 1931b. p. 175-181.
- Amaral, A. Contribuição ao conhecimento dos ophidios do Brasil. VIII. Lista remissiva dos ophidios do Brasil. 2ª Edição. *Memórias do Instituto Butantan*. TOMO X. São Paulo, Brasil. 1935/1936. p.87-162
- Amaral, A. *Serpentes em crise: a luz de uma legítima defesa no “caso do Butantan”*, São Paulo. p.113.1941.
- Becker, G. Fontes históricas, museu e patrimônio: influências da Era da Virtualidade. In: *Memória, Museu e Patrimônio; Ciclo de Palestras; II Fórum de Acervos do RS*. 2001.
- Brazil, V. As cobras venenosas e o tratamento específico do ophidismo. *Imprensa Médica*, vol. 17. 1909.
- Brazil, V. *A defesa contra o ofidismo*. Pocaí & Weiss e C. 1911, 152p.
- Brazil, L.V. Vital Brazil – uma história. *Jornal da Associação Paulista de Medicina*, São Paulo, nº 96, abril, Suplemento Cultural. 1995.
- Brazil, L.V. *Vital Brazil - vida e obra 1865-1950*. Niterói: Instituto Vital Brazil, (Discurso proferido na solenidade de comemoração do aniversário de 80 anos do Instituto Vital Brazil, 11 set. 2000). 56 p. 2001.
- Brazil, O.V. *Vital Brazil e o Instituto Butantan*. Campinas: Editora da Unicamp, 93p. (Coleção Momento). 1996.

- Bruno, M.C.O. *Herança Cultural: As possibilidades do tratamento museológico*. Série: Cadernos de Museologia, n° 1 Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1987.
- Canter, H.M. & Silva, A.V. da (coord.). *100 Anos de Butantan*. São Paulo: Gabarito de Marketing Editorial, ed. bilíngüe, ilustrada. 74p. 2000.
- Cazelli, S.; Marandino, M. & Studart, D.C. Educação e Comunicação em Museus de Ciência: aspectos históricos, pesquisa e prática. In: Gouveia, G.; Marandino, M. & Leal, M.C. *Educação e Museu*. A Construção Social do caráter Educativo dos Museus de Ciência, ACCESS Editora, Rio de Janeiro. 233p. 2003.
- Corrêa, D.S. Histórias do IB. Coleção de Serpentes Alphonse Richard Hoge. *Informativo do Instituto Butantan*. Ano 3, n° 18, 1986.
- Fonseca, F. *Animais Peçonhentos*. São Paulo. 1949.
- Fonseca, F. Instituto Butantã. Sua origem, desenvolvimento e contribuição ao progresso de São Paulo. In: “*São Paulo em quatro séculos*”, vol.2. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, editado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, São Paulo, 1954. p. 269-319.
- Furtado, M.F.D. *O Serpentário*. Instituto Butantan, SP. 2000.
- Kraus, R. *Instituto Soro terapico Butantan do Estado de São Paulo - Noções Gerais Sobre Cobras*. Ed. Cia. Melhoramentos de São Paulo, SP. 110p. 1923.
- Lewinsohn, T.M. & Prado, P.I. *Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento*. 2 ed. São Paulo: Contexto. 176 p. 2004.
- Lopes, M.M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 369 p.1997.
- Lucas, S.O. Laboratório de Artrópodes do Instituto Butantan e os aracnídeos peçonhentos. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*. vol. 10, n° 3 p.1025-1035. 2003.
- Jorge, W. Curadoria privada de acervo público. *Ciência Cultura*, vol. 60, n° 1. p.50-52. 2008.
- Papavero, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica (coleções, bibliografia, nomenclatura) 2°Ed., ver. Ampl. São Paulo: UNESP. 285p. 1994.
- Prado, A. *Serpentes do Brasil*. Editora Sítios e Fazendas. 134p. 1945.

- Relatórios Anuais da Diretoria do Instituto Butantan. Acervo I. Butantan (1903, 1904, 1906, 1907, 1910, 1911, 1912, 1913, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1925, 1926, 1931, 1938, 1939, 1944, 1945).
- Rosenfeld, G. Vital Brazil. *Memórias do Instituto Butantan*, São Paulo, vol. 34, p.10-16. 1969.
- Russio, W. *Museu: Um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento*. São Paulo: [Dissertação] FESP. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. 1977.
- Oliveira, J.L. de. “Cronologia do Instituto Butantan (1888-1981); 1ª Parte: 1888-1945” *In: Memórias do Instituto Butantan*, 44/45: 1980/81. 45p.
- Silva Jr., M. *O Ofidismo no Brasil*. Ministério da Saúde, Rio de Janeiro. 346p. 1956.
- Spinelli Jr., J. *A conservação de acervos bibliográficos & documentais*. Rio de Janeiro. Fundação Biblioteca Nacional, Dep. de Processos Técnicos. 1997. 90p.
- Tanasov, V.S.; Furtado, M.F.D. & Salomão, M.G. Avaliação dos impactos causados pelos procedimentos de permuta de serpentes no Brasil em cem anos de existência do Instituto Butantan. *Publicações Avulsas do Instituto Pau Brasil de História Natural*. São Paulo, nº 6, p. 1- 48. 2003.
- Vanzolini, P.E. & Brandão, J.H.F. Notas sobre algumas diferenças sexuais na foliose de *Bothrops alternata* D. & B., 1854 e sua variação geográfica. *Memórias do Instituto Butantan*. TOMO XVIII, São Paulo, Brasil, 1944/45, 18:251-258.
- Vaz, E. *Fundamentos da História do Instituto Butantan e seu desenvolvimento*. São Paulo. 123p. 1949.

Museu como espaço de investigação: da pesquisa a formação

The museum as investigation space: the research and formation

Suzana Cesar Gouveia Fernandes¹

Resumo

Em agosto de 2008 a elaboração do Plano Museológico do Museu Histórico do Instituto Butantan completa três anos. Sua elaboração norteou a criação de uma política interna direcionada às áreas de comunicação, acervo, armazenamento e manutenção dos espaços de trabalho. Ofereceu também condições para a formação de uma equipe crítica, disposta a avaliar continuamente sua participação no Plano, repensando e discutindo a inserção do Museu frente à necessidade do Instituto em, através da pesquisa em história, refletir sobre as escolhas feitas durante sua trajetória. Este artigo é uma avaliação deste momento, e uma oportunidade de rever algumas questões que parecem cruciais, já que é preciso superar uma série de vícios e dúvidas a respeito do significado da pesquisa histórica no Instituto Butantan. Hoje, já é possível fazer um balanço das decisões feitas e dos resultados alcançados no sentido de tornar o Plano um instrumento de trabalho dinâmico e coerente com as novas necessidades do Museu Histórico.

Palavras-chave: museu histórico, plano museológico, acervo, comunicação.

Abstract

In August of 2008 complete three years the Museum Plan of the Historical Museum of the Butantan Institute. After the creation of the Plan was developed one directed internal politics to the following areas: communication, collection, storage and maintenance of the work spaces. This politics also resulted in the formation of a

¹ Pesquisadora nível II do Museu Histórico e do Laboratório Especial de História da Ciência do Instituto Butantan e aluna de doutorado na FFLCH /USP. suzana@butantan.gov.br

critical team made use continuously to evaluate its participation in the Plan. This team argued and rethink on the insertion of the Museum in the Institute and on the choices made during its trajectory, through the historical research. This article is an evaluation of this moment, and a chance to review some questions that seem crucial to surpass a series of vices and doubts regarding the meaning of the historical research in the Butantan Institute. Already it is possible to reflect on the taken decisions and the reached results to become the Plan an instrument of dynamic and coherent work with the new necessities of the Historical Museum.

Key-Words: *historical museum, Museum Plan, collection, communication*

Introdução

No artigo *A problemática da identidade cultural nos museus: de objeto (de ação) a objeto (de conhecimento)*, Meneses (1993:214) pondera:

“O museu local/regional seria aquele em que os processos de identidade encontrariam o espaço mais aceitável de expansão. (...) Daí o perigo de tais museus exercerem papéis compensatórios de refúgio para simbolicamente ‘recuperarem’ uma unidade perdida ou (o que é pior) de espelhos em que narcisisticamente se procure a devolução da imagem que já tinha sido atribuída a si própria – e que agora retorna sedutora, pronta a se transformar num termômetro com o qual se mede (etnocentricamente) toda realidade”.

Para os profissionais que trabalham em museu regionais, como é o caso do Museu Histórico do Instituto Butantan, esta afirmação é tão verdadeira como também é para qualquer outra instituição de amplitude regional ou nacional. Em qualquer um dos casos a busca de uma identidade só é relevante, pois, acima de tudo, faz parte da própria sociedade. A analogia, o igual e o idêntico na sociedade é o que é caracterizado como identidade, mas é também o que impede que aceitemos as diferenças. Assim como acontece nos museus, no dilema expresso acima: por que e como representar a identidade de um museu, se sua principal função se resume na valorização e inclusão dos opostos?

Para a equipe do Museu Histórico² esta foi uma primeira questão a ser respondida, pois era preciso saber qual a identidade que havia sido cunhada ao longo do tempo no Museu, para depois promover o diálogo com diferentes realidades. Iniciou-se o trabalho com uma pesquisa feita em 2004 sobre a relação entre o público e a exposição de longa duração³, seguida de um levantamento diagnóstico da situação do acervo histórico do Instituto Butantan. Na ocasião, acreditamos que só seria possível compreender o que o Museu representava para a Instituição e para o público visitante (o que podemos chamar novamente de identidade) através da pesquisa sistemática em acervo – conhecimento científico – e com a implementação da monitoria como forma de comunicação – ensino e formação.

O resultado já era esperado. Sem um projeto expositivo que incluísse atividades de ensino e investigação, o visitante pouco sabia do Museu e conseqüentemente, pouco se interessava. Quase que a totalidade dos visitantes abordados nunca havia visitado o Museu e nem sabia de sua existência. Compreensivelmente poucos arriscaram a opinar sobre a sua relevância para o Butantan. No entanto, o que nos surpreendeu foi o resultado de pesquisa similar feita com os servidores da própria instituição. Coletamos, ao final, informações muito parecidas, já que muitos deles não conheciam o Museu e não sabiam nada sobre a exposição, apesar de saberem de sua existência.

Mas havia um ponto de afinidade que parecia importante, apesar de não nos chamar a atenção em um primeiro momento. Quase

² A equipe de trabalho do Museu Histórico é composta pelos funcionários de carreira e educadores - monitores contratados pela Fundação Butantan. Atualmente fazem parte desta equipe: Suzana Cesar Gouveia Fernandes (Chefe da Seção), Alexandre Eduardo dos Santos, Antonio Bento Novaes, Eunice Rosa Ribeiro e Meire Aparecida Dias (Funcionários), Rodrigo Callegari Santos (Fundação Butantan – Programa de Aperfeiçoamento Multi-Pedagógico), Alberto Iszlaji Jr., Aline Solosando, Amanda Campos de Freitas, Bianca Adami Romero, Edward Dapor Rodrigues e Flávia Andréa Machado Rodrigues (educadores - monitores).

³ O resultado da pesquisa foi apresentado na VI Reunião Científica Anual do Instituto Butantan, com resumo publicado no *Memórias do Instituto Butantan*, vol. 61, fev. 2005.

que 75% dos entrevistados achavam que o espaço servia para atividades culturais diversas, institucionais ou não. É possível fazer uma série de conjecturas a este respeito, principalmente ao avaliar a primeira sala de exposição, cujo espaço amplo e livre oferece boas condições para as mais diferentes atividades de integração. No entanto, a resposta era mais óbvia. A exposição de longa duração, inaugurada em 1981, não tinha sido repensada até aquele momento, mas isso não significou a ruptura com o público. Pelo contrário, o Museu era palco de um número significativo de exposições temporárias, saraus e reuniões⁴. A exposição não era conhecida, mas o espaço era reconhecidamente um local próprio para a realização de eventos.

Não é nossa intenção, neste momento, discutir as várias formas de apropriação dos espaços educativos destinados à coletividade, mas fica claro que o Museu ampliou suas ações, estendendo seu formato original tradicional, ultrapassando o que poderia ser considerado seu limite ao abraçar outras formas de expressão. O que nos interessa aqui é discutir sua inserção na Instituição: seria essa a identidade que procuramos? Ao que parece a resposta é afirmativa, pois a maior parte dos servidores que já freqüentavam o Museu, o fazem ainda com a mesma intenção de antes: participar de atividades de lazer e cultural abertas ao público.

De qualquer forma, se a intenção era entender o significado do Museu para o Butantan, envolvendo os servidores nas atividades e tornando-os responsáveis pela memória institucional, era preciso dar continuidade a esta proposta, não romper com esta identidade. Mas, também era preciso avançar e não, como sugere Meneses (1993), cair na armadilha de ‘narcisisticamente’ manter a sua imagem simbólica intacta.

Este artigo tem por objetivo discutir os momentos e as implicações decorrentes da criação de um Plano Museológico para o Mu-

⁴ Ver Canter, H.M. – Museu Histórico: origem e memória, *Cadernos de História da Ciência*, I Ciclo e Seminários – História e Memória Institucional, vol. 1, no. 1, jan/jun, 2005.

seu Histórico do Instituto Butantan, bem como a criação de formas de inclusão do acervo a projetos de pesquisa e culturais, resultado de seu uso pela comunidade interna e científica. Na primeira parte discute-se as implicações iniciais do Plano no que diz respeito ao significado da relação estabelecida entre a comunicação da exposição e o público, e a importância da investigação científica garantida pela acessibilidade ao acervo. Os arquivos e a relevância que adquirem para a história e recuperação da identidade da instituição são discutidos posteriormente no âmbito do ensino e da formação na medida em que se tornam fontes históricas. Ainda é feito um breve relato sobre as formas de organização do acervo utilizadas durante essa primeira fase de implementação do Plano. Por fim, este artigo ao recuperar as etapas de implementação do Plano museológico, constitui em espaços de reflexão para atuações futuras.

I. A criação do Plano Museológico: princípios norteadores

Ao final de 2004, ao mesmo tempo em que teve início a criação de uma política interna voltada à administração do Museu, servindo de base para a preparação do Plano Museológico⁵, foram inauguradas as primeiras linhas de pesquisa voltadas ao acervo e iniciada a monitoria em tempo integral. Partimos do princípio de que qualquer museu só comunica e expõe o que faz parte de seu acervo. É ele que lhe confere particularidade e que o diferencia de qualquer outro. Portanto a identidade de um museu não se resume ao seu modelo comunicativo expositivo e à recepção, mas ao entendimento que diferentes acervos justificam diferentes formas de expor e comunicar.

Guiadas pelos referenciais do Plano Museológico, a equipe de monitores e colaboradores, composta de pesquisadores e estagiários da Divisão de Desenvolvimento Cultural e Laboratório Especial de História da Ciência, se voltou à pesquisa documental, formulando

⁵ Para a realização do Plano Museológico, utilizamos o modelo da série Roteiros Práticos da Editora da Universidade de São Paulo, publicados com base nos originais do The Council for Museums, Archive and Libraries e direcionados a profissionais da área de museologia.

também ações direcionadas ao exercício de alguns dos princípios básicos da museografia: aquisição, salvaguarda, empréstimo, reprodução, segurança e conservação de acervo.

Na prática tais ações podem ser divididas em duas frentes: a primeira delas relacionada à catalogação, indexação e salvaguarda do acervo e a segunda voltada para a acessibilidade à informação com a intenção em promover a investigação científica.

Entre o objeto e o espaço: o público como pesquisador

Começemos pela acessibilidade à informação. Qualquer pessoa interessada tem o direito de ter acesso à totalidade dos acervos públicos e essa é uma das responsabilidades dos museus, como também é a comunicação e a preservação desse patrimônio. O museu, como espaço voltado ao ensino, tem a obrigação de tornar público as mais diferentes formas de inserção entre a pesquisa e o visitante. A atuação dos profissionais de museus é, portanto, circunscrita a uma área em que o ensino e a formação interagem com a investigação científica (Ramos, 2004). Atrair o visitante para pensar sobre as pesquisas em museus, que podem ser traduzidas ou não, adquirindo, grande parte das vezes, caráter eminentemente prático, torna os museus centros estimuladores e sensibilizadores.

Mas, se a investigação científica, no seu sentido mais amplo, deve ser garantida, sabemos que nem sempre é o que acontece em detrimento da supervalorização da comunicação na exposição como único espaço onde o saber científico do museu se manifesta.

Segundo Chagas (1990) o objeto principal de investigação está no interior da exposição do museu e pode ser descrito como sendo a relação direta do contato do homem com um bem cultural em um espaço delimitado. Este espaço, visto como um cenário integra esta relação sujeito/objeto e é, portanto, fundamental. Para o autor a pesquisa em acervo, desvinculada de sua relação direta com o público, reduz o caráter indagativo dos museus. Coloca-se contra a visão de que os bens sociais, vistos como patrimônio, são os objetos centrais da museologia.

Chagas é um dos mais importantes museólogos teóricos e sua abordagem é uma digressão sobre a relação, anteriormente desenvolvida por Waldisa Russio C. Guarnieri, entre o homem, o objeto e o espaço. Para ela esta é uma relação processual que ultrapassa os limites da teoria quando se adapta a diferentes realidades sócio-culturais e projetos de museus. Atualmente é essa visão que traduz para o público o conceito sobre o que é a museologia. Mesmo assim, é preciso lembrar que não há um consenso sobre qual o objeto de estudo da museologia, gerando certa confusão que parece persistir até os dias de hoje: Chagas não se coloca contra a pesquisa dos bens culturais, pelo contrário, para ele os bens culturais representam um dos pilares do conhecimento em museologia. Apesar disso, como não discute a fundo o fenômeno de apropriação social que este bem cultural carrega, antes mesmo de ser escolhido para uma exposição, reduz seu significado. Esta carga social confere ao bem cultural uma importância muito maior, o que significa dizer que a *história* deste bem cultural não se resume à sua exposição e apropriação pública. Ao contrário, sua exposição é apenas o resultado dessa carga ao qual o homem, e, portanto também os profissionais de museus, não estão imunes (Meneses, 1983; Bucaille & Pesez, 1993). Nesta mesma linha, Julião (2006), crítica as abordagens reducionistas que resultam no empobrecimento dos processos comunicativos, tendo em vista a ausência do caráter público das pesquisas realizadas nos ‘bastidores’, sugerindo que, na relação sujeito/objeto, também faz parte todos que de alguma forma tiveram contato com aquele bem social, garantindo sua preservação⁶.

Sendo assim, acrescentaria também ao objeto de investigação dos profissionais de museus, a dimensão que está por trás da relação público/exposição, já que é aí que esta relação começa a ser construída e não propriamente no momento em que o público visita este

⁶ Essa proposição é particularmente válida no caso dos objetos tridimensionais e imagens que chegam aos museus. Mas também é muito discutida no caso de exposições com animais vivos, já que aí a relação homem / animal é mediada por uma ética que implica em um tratamento diferenciado dos acervos.

espaço delimitado. Para a equipe do Museu Histórico, esta postura significou, em um primeiro momento, abdicar de projetos direcionados a exposição para se dedicar aos bens culturais do acervo que fazem ou que podem fazer parte de exposições futuras. Como visto anteriormente, a pesquisa sobre a relação entre o espaço expositivo e o visitante também estava sendo feita, por ser outra dimensão que para nós era vista como complementar.

Na verdade o que o debate entre os vários modelos de investigação museológica acaba sugerindo é que o acesso ao acervo garante a investigação científica de parte importante da pesquisa museal, dinamizando e ampliando a comunicação expositiva. Além disso, inclui o público na dinâmica de seleção e conceituação dos arquivos públicos, tornando-os responsáveis por garantir a visibilidade do patrimônio cultural por ele preservado. Voltamos para o mesmo princípio expresso anteriormente: a acessibilidade à informação tem dois lados cuja importância é equivalente. O primeiro deles diz respeito ao fato de que precisa ser pensada como campo da museologia dedicada à formação e investigação dos profissionais que trabalham nos museus, mas, em segundo lugar, é também dedicada a investigação e ensino da comunidade no geral. Para os primeiros a pesquisa tem como pano de fundo a premissa de que qualquer instituição museológica é responsável pelo seu acervo e dele dependem todas as atividades comunicativas e educativas que provém desta relação. Como fim, a pesquisa deve ser responsável pela criação de um sistema de métodos que possibilitem o levantamento de qualquer informação sobre o acervo, incluindo informações particulares dos suportes dos documentos, as relações entre esses documentos e sobre a história da própria instituição (Cândido, 2006).

Antes de entrar nesta segunda frente de atuação, responsável pela catalogação, indexação e salvaguarda, é importante ressaltar que mesmo quando o Museu não é solicitado a prestar serviço de atendimento relativo à investigação de seu patrimônio, esta é uma

necessidade que se faz presente na medida em que a acessibilidade diz respeito à organização de formas práticas e responsáveis de consulta. O desenvolvimento destas práticas pode ser direcionado ao público escolar, por exemplo, como é comum nos acervos arquivísticos e bibliotecas, mas também é uma forma de sistematizar e organizar o acesso da própria equipe de trabalho.

II. O Museu prestador de serviço – a sistemática da pesquisa

O Museu Histórico hoje atende em média de três a quatro solicitações semanais para a consulta de seu acervo. Estas consultas chegam por telefone, carta, e-mail e pessoalmente, e são feitas por pesquisadores do próprio Instituto e de outras instituições, estudantes do ensino fundamental, graduação e pós-graduação de diversas instituições educativas de São Paulo e de outros estados, principalmente da região sudeste, por professores da rede pública de São Paulo, por antigos funcionários ou seus familiares, por familiares de pessoas que se relacionaram de alguma forma com a instituição (antigos prestadores de serviços, fornecedores, visitantes, etc) e pela imprensa. Os assuntos solicitados versam sobre os mais diversos temas relacionados à história institucional, desde a sua fundação e de Vital Brazil, até sobre outros personagens da história da instituição, da relação Butantan e bairro (urbanização e troca de terreno para a criação da Universidade de São Paulo), das edificações, das seções criadas e incorporadas (Instituto de Veterinária, trajetória de algumas seções como, por exemplo, a Fisiopatologia, a Herpetologia e o Hospital Vital Brazil) e dos serviços prestados (qualidade do soro, índices de produção, medicamentos desenvolvidos, etc).

Devido à disparidade de temas abordados e quantidade de funcionários, nem sempre é possível responder a todos no prazo solicitado e com a qualidade desejada. Mesmo com a alternativa oferecida aos solicitantes de pesquisarem, eles próprios, o acervo, nem sempre o convite é aceito, parte por falta de condições financeiras, de tempo ou devido ao desconhecimento sobre as práticas de con-

sulta. Esta postura coloca-os como público que deve receber este serviço da instituição museal. No entanto, o serviço de atendimento não é estatutário de grande parte dos museus, mas sim a acessibilidade ao acervo, da forma como estamos abordando aqui.

No geral, esta é uma questão que todo museu, em especial museus de história, se deparam no decorrer de sua trajetória. No caso do Museu Histórico esta questão tem ainda um agravante na medida em que o acervo incorporou algumas coleções que são consultadas tradicionalmente por outros profissionais da Instituição⁷, forçando-nos a prestar este serviço, evitando o distanciamento com a comunidade interna e uma atitude que certamente seria antipática.

Existem algumas alternativas para a solução do problema da acessibilidade à informação, sendo que uma delas é a criação de centros de memória, vinculados aos museus. Tais centros trariam estrutura física, equipamentos e profissionais treinados para o atendimento ao público, seja ele feito a distância ou por meio da consulta. Recentemente temos nos dedicado a imprimir determinadas normas de consulta, evitando o manuseio inadequado destes acervos únicos e frágeis, além de oferecer acompanhamento profissional, garantindo a segurança das coleções mais consultadas (textuais e iconográficas). Mesmo não se configurando como um centro de memória, atualmente a equipe do Museu tem discutido as normas mais utilizadas para este fim. Em 2009 devem ser divulgadas tais normas, abrindo a oportunidade para pesquisas agendadas e sistematizando o manuseio seguro dos documentos, antecipando as discussões sobre este tipo de serviço que necessariamente precisa ser repensado pela Instituição.

O estímulo à pesquisa e seu caráter formador

Recentemente ao ser transferido do Prédio da Biblioteca para a Casa Vital Brazil, atrelado ao Laboratório Especial de Histó-

⁷ Em acordo com a Divisão de Desenvolvimento Cultural, aos poucos o Museu Histórico tem incorporado determinadas coleções do acervo histórico institucional, como os Relatórios Anuais e as Memórias do Instituto Butantan (originais).

ria da Ciência, o acervo passou por profundas transformações. A principal delas é que tornou o acesso mais simples e organizado, permitindo a reprodução em outras mídias no caso dos documentos iconográficos, evitando o manuseio dos originais e a continuidade da catalogação do acervo textual e tridimensional, paralisado durante muito tempo devido à falta de profissionais. Mesmo esse ainda sendo um problema sério, acrescido, na ocasião da mudança, da dificuldade em localizar os documentos antes de sua reorganização no novo espaço, foi possível separar em salas distintas os três tipos de documentos do acervo histórico: sala de documentos textuais (que se encontram também depositados na Biblioteca do Instituto Butantan, por falta de espaço), sala da cultura material e sala de consulta, atendimento e guarda do arquivo iconográfico, facilitando, especialmente, as ações direcionadas à conservação preventiva⁸. Neste sentido, os documentos iconográficos têm passado por um processo de digitalização, sendo que este foi o caso dos Fundos dos antigos funcionários, totalizando o número de 15 e da Coleção da Escola Rural, todos já digitalizados. Nossa proposta é digitalizar a Coleção da Seção de Fotografia, responsável pela documentação fotográfica das pesquisas realizadas pelas outras seções de pesquisa e produção do Instituto Butantan, composta de imagens feitas na década de 40 até o primeiro semestre de 2009. Além disso é preciso pensar em projeto que vise à preservação dos documentos mais consultados, garantindo e evitando a deteriorização resultante da consulta. Este é o caso dos Relatórios Anuais, documentos de imenso valor para a história da Instituição. Outra ação direcionada à preservação do acervo está voltada ao arquivo áudio-visual, que foi transferido para a Cinemateca Brasileira, fiel depositária dos filmes produzidos pelo e para o Instituto Butantan. A transferência dos filmes antigos (com exceção dos VHS, que ainda se encontram na Casa Vital Brazil e já estão

⁸ Conservação preventiva diz respeito a toda ação que procura evitar o envelhecimento precoce de qualquer item de acervo, aumentando sua vida útil e economizando gastos com restaurações, que em alguns casos tornam-se inevitáveis. (Drumond, 2006).

catalogados) foi uma decisão feita em comum acordo entre Museu Histórico, Divisão de Desenvolvimento Cultural e Laboratório Especial de História da Ciência e que tem por objetivo desvendar o conteúdo de cada uma dos filmes, o que era impossível sem o tratamento de um profissional especializado.

No entanto, a principal transformação diz respeito à criação de uma estrutura organizada que permite ao usuário e ao monitor o desenvolvimento de pesquisas voltadas para as mais diversas áreas da história da ciência e da museologia.

Este ambiente criado em torno do espaço onde hoje está depositado o acervo é fruto da relação direta entre a pesquisa e a prática, mas é também resultado da escolha de uma equipe cujas características e formação determinaram as estratégias de atuação do Museu após o segundo semestre de 2007. Todos os monitores, quando contratados, são consultados sobre a disponibilidade e o interesse em exercer atividades educativas e investigativas, levando-os a refletir sobre qual o interesse em se vincular no Museu Histórico e suas perspectivas futuras. Para isso são contratados estudantes ou recém formados em História que tenham interesse em se aprofundar em alguns dos temas relacionados à história institucional, tornando-os pesquisadores em potencial, comprometidos com as propostas que eles próprios estão desenvolvendo e com perspectiva em fazer desta experiência projetos de pesquisa em iniciação ou pós-graduação. No decorrer destes três anos de monitoria no Museu Histórico, dois monitores se engajaram em pesquisas que resultaram em projetos de mestrado: Aline Solosando desenvolve pesquisa baseada nos boletins de acidentes ofídicos com orientação da Profa. Esmeralda Blanco B. de Moura (FFLCH/USP) e em parceria com o Laboratório Especial de História da Ciência e Priscila de Almeida Xavier desenvolve pesquisa com o acervo audio-visual do Instituto Butantan, depositado na Cinemateca Brasileira com orientação de Eduardo Victorio Morettin (ECA/USP).

Como resultado do Plano Museológico para a área de patrimônio e seguindo nosso planejamento que pretende refinar a ca-

talogação, nosso objetivo é dotar o acervo de obras de referência, compostas por fundos e coleções para a edição de catálogos e guias sobre o acervo. Já é possível fazer isso, especialmente com os Fundos de imagens de antigos funcionários, das Coleções Iconográficas da Escola Rural e de Gastão Rosenfeld, objetos de pesquisa com trabalhos já publicados. Mas, além da iconografia é possível também organizar catálogos das balanças e microscópios e de seus respectivos apêndices, todos já devidamente inventariados.

Finalmente lembramos que a acessibilidade também diz respeito ao empréstimo, doação e incorporação de novos documentos. As incorporações de documentos institucionais e doações de coleções particulares têm acontecido com muita frequência. Em especial as doações por servidores ainda em atividade são interessantes, pois estão associadas à confiança depositada no Museu, já que em sua maioria são objetos que não tinham mais utilidade, mas que eram guardados para que não se perdessem.

Várias destas coleções ainda se encontram nos laboratórios de pesquisa e produção e não é interesse do Museu ter a sua guarda imediata, salvo nos casos em que o próprio doador procura o Museu Histórico. Isto por que os documentos só devem ser incorporados ao acervo se forem avaliados em sua relevância, evitando o acúmulo indiscriminado e ilimitado que nem sempre tem importância para a comunidade científica. Mesmo sabendo que qualquer parâmetro de relevância não é único e muito menos imutável, a consulta a diferentes profissionais da instituição é a forma que o Museu tem para mensurar sua importância na comunidade. Mesmo assim, o Museu Histórico não promove nenhum tipo de avaliação dos documentos que são doados institucionalmente, devido à ausência de qualquer prática neste sentido. Seria necessário criar um grupo com membros internos e externos ao Museu e uma política institucional de acervos que incluísse os outros acervos científicos da Instituição, promovendo ações conjuntas de avaliação sistemática de seu patrimônio total. No entanto, em alguns casos, avaliamos a necessidade ou não de determinadas incorporações, levantando algumas questões que nem sempre são observadas, como os cuida-

dos na salvaguarda dos itens a serem incorporados, o transporte e a interferência de agentes climáticos, biológicos e químicos, além da avaliação sobre o espaço físico.

Apesar de todas estas questões técnicas, doações e incorporações são relevantes no que dizem respeito ao envolvimento com o Museu, abrindo a possibilidade da realização de trabalhos em parceria e garantindo o diálogo pautado em outras experiências. Em conjunto com o Laboratório de História da Ciência, esta é uma linha que deve render algumas parcerias em um futuro próximo, já que o Laboratório e o Museu têm desenvolvido pesquisas relacionadas ao levantamento da documentação textual e material referente à produção e ao Centro de Biotecnologia do Butantan. A fim de fortalecer estas parcerias, os monitores estão sendo orientados a se envolverem na busca e catalogação de documentos referentes à história da renovação pelo qual a produção do Butantan passou a partir da década de 80 através de uma perspectiva histórica crítica e contextualizada.

Os empréstimos também são extremamente relevantes, já que, como nos referimos anteriormente, uma boa parte do acervo é consultado pela própria comunidade interna. A solicitação por empréstimo é rara e se restringem a algumas coleções de documentos encadernados e encaixotados por ordem numérica. Apesar de não evitar tais práticas, é necessário controlar com maior segurança a saída e a devolução dos documentos, impedindo extravios, perdas e furtos. Isso tem sido feito desde o início de 2008.

As consultas ao acervo e os empréstimos estão sendo também arrolados, pois, para a equipe, é um indicador da importância científica desse patrimônio. Nossa maior dificuldade, no entanto, diz respeito ao retorno destas pesquisas, pois não podemos restringir o acesso somente àqueles que se comprometem a enviar a pesquisa final. O acesso é garantido, mas infelizmente não temos a garantia do retorno científico que muitas vezes esse acesso proporciona. Ainda é preciso estreitar os laços profissionais entre a equipe do Museu e os usuários, demonstrando a ambos o quanto este retorno é fundamental para a Instituição. Isso acontece, sobretudo no caso dos

usuários externos. No caso dos servidores a relação estabelecida é outra. Uma das práticas mais comuns desde 2004, quando iniciamos o contato com antigos funcionários aposentados ou em vias de se aposentarem no Instituto, foi o recebimento, como empréstimo, de documentos iconográficos e textuais originais para reprodução. Com essa prática, além de organizarmos cerca de quinze novas coleções iconográficas de funcionários, foi possível identificar antigos personagens e espaços hoje demolidos ou descaracterizados da instituição. A participação destes funcionários na recuperação da memória institucional foi e está sendo extremamente valiosa por possibilitar várias outras formas de aproveitamento de um conhecimento que raramente é registrado. Para isso, temos também, um pequeno conjunto de depoimentos registrados nos mais variados suportes multimídias, fruto de conversas informais, seminários e entrevistas. Apesar de não conseguirmos tornar esta prática sistemática, principalmente em função das dificuldades inerentes a História Oral, este pequeno arquivo faz parte da tentativa em registrar e catalogar tipos diferentes de documentações históricas.

III. A organização do acervo: fontes de pesquisa

A catalogação e a indexação são formas de recuperar informações através de uma metodologia que torne possível encontrá-las sempre quando preciso. Se anteriormente os sistemas de catalogação eram julgados como processos técnicos, hoje não são mais, visto que não se resumem as compilações e tipologias, mas a um processo contínuo em que os profissionais envolvidos devem estabelecer critérios bem definidos de consulta cujo objetivo é transformar o documento em fonte de pesquisa (Cândido, 2006).

O acervo histórico do Instituto Butantan é único, representa as atividades administrativas, de divulgação, pesquisa e produção da instituição. Portanto é impossível estabelecer critérios inteligentes e eficientes para sua catalogação sem a participação dos profissionais destas três áreas a que o acervo diz respeito, o que tem sido feito por intermédio de consultas aos pesquisadores dos laboratórios de pesquisa e produção do Instituto. No geral estas consultas precisam es-

tar acompanhadas de reuniões ou apresentações sobre a utilização, no caso dos objetos, ou outras considerações relevantes no caso de imagens, textos ou conceitos que precisam ser compreendidos. Sem isso a equipe não teria condição de comunicar de forma correta qual a importância do documento para a história da instituição, ou mesmo determinar sua relevância para a pesquisa científica a que se propõem. Além disso, claro, é imperativo também a participação de profissionais qualificados na área de arquivo, o que quase sempre é um ideal longe de ser realidade. No caso do Museu Histórico tivemos a oportunidade de, em 2004, trabalhar com a empresa de documentação “Memória e Identidade”⁹, que na figura de Cristina Borrego nos assessorou sobre a melhor forma de catalogar a documentação textual. Sua participação foi decisiva na orientação sobre os princípios básicos da catalogação arquivística, fazendo com que a nossa preocupação em levantar e registrar informações históricas não passasse por cima do princípio da acessibilidade da informação. Por isso, desde o início os documentos textuais, tridimensionais e iconográficos foram objetos de exaustivas discussões para a de métodos eficientemente claros e uniformes de registro dos dados levantados: desenvolvemos um vocabulário controlado para orientar a catalogação de cada item do acervo e garantir o resgate da informação desejada após indexação, definimos os campos de informações técnicas e resultantes da pesquisa para cada tipo de documento e ordenamos os princípios de prevenção com medidas de segurança e manutenção deste sistema de catalogação.

Ao final de seis meses os grupos de atuação foram definidos e elaboradas fichas de catalogação para cada um dos três documentos abordados. As seguintes etapas foram respeitadas no ato de inventariar: identificação dos documentos (tipo, número de registro geral e original, procedência, doação), análise (dados históricos, descrição, marcas de uso e da procedência, características estilísticas e

⁹ A “Memória e Identidade”, especializada em pesquisa histórica, museologia e arquivística, desenvolveu atividade de supervisão técnica no Instituto Butantan de novembro de 2004 a fevereiro de 2005, com recurso do Projeto de Pesquisa e Preservação da Memória Científica e Tecnológica do Instituto Butantan (Edital CNPq).

técnicas) e estado de conservação (estado de conservação e possíveis intervenções). Em alguns casos (iconografia e objetos tridimensionais) foi possível fazer à reprodução digitalizada, fotográfica ou o desenho do documento.

Atualmente o Museu entra em uma nova etapa de catalogação de seu acervo no que diz respeito à sistemática de trabalho. Como depende da estabilidade de sua equipe, de condições adequadas de trabalho e de motivação no que diz respeito ao envolvimento da própria instituição sobre os destinos dos documentos históricos. Em 2007 nossa principal preocupação era reorganizar todos os documentos do acervo que foram transferidos para a Casa Vital Brazil. Em 2008 é incorporado ao Museu novo grupo de monitores, que também atuam como pesquisadores, para avançar na catalogação dos documentos, até o momento em que a manutenção se torne nossa única preocupação. Só então podemos garantir a segurança e a disponibilidade total para ações de pesquisa e comunicação, redimensionando o seu papel e tirando-os do anonimato dentro do Museu e da Instituição.

Atualmente este processo parece-nos significativo. A partir da mudança para a Casa Vital Brazil os monitores passaram a ter mais contato com o acervo, encarando-o de fato como objeto central na comunicação com o público, por meio de atividades diversas e exposições temporárias. Este contato motivou também discussões sobre a monitoria e as possibilidades de intervenção na exposição de longa duração. Como resultado, esse momento mescla os objetivos meio e fim da pesquisa: inventariar os documentos e incrementar a pesquisa, também no que diz respeito aos processos metodológicos adotados. Essa é uma realidade que não nasceu somente do amadurecimento de nossa prática, mas também da necessidade em estabelecer novas abordagens com o público.

É preciso destacar a participação de todos os profissionais envolvidos e colaboradores de outros laboratórios que assumiram a responsabilidade de se reunir semanalmente para discutir as propostas de atuação do Museu. Nestas reuniões, além das discussões sobre as problemáticas práticas, são também definidas as linhas

metodológicas e a inserção de todos nas ações de comunicação, incluindo a divulgação, ensino e pesquisa. Ainda assim a monitoria é nosso maior desafio. É com base nessa experiência que todas nossas propostas se fundamentam, pois nos colocamos na posição de promover debates com o público e não para o público (Guarnieri, 1983). As ações desenvolvidas a partir daí tem por finalidade incluir público, funcionários e monitores em ações que exigem uma participação mais ativa, encarando a todos não como observadores, mas como agentes criadores.

Com o tempo a intenção em não caracterizar o Museu só como um espaço de exposições temporárias, orientou a escolha das atividades desenvolvidas e a abordagem de comunicação. Neste sentido o Museu promoveu parcerias internas e intercâmbios com outras instituições, procurando manter uma agenda de ações educativas coerentes com a proposta das pesquisas em desenvolvimento e atraentes para o público visitante. Recentemente temos incorporado, com sucesso, às atividades de ensino do Museu, propostas institucionais. Vinculando as atividades a um programa mais amplo de interesse geral e mobilizando a todos, inclusive os visitantes que passam a entender o Museu como parte integrante de um projeto único.

No primeiro semestre de 2008 priorizamos o público escolar, pois são os professores e alunos que mais tem respondido positivamente ao modelo de comunicação museológica proposto, para o qual o que interessa não é a transmissão de uma informação, mas a transmissão em si (Cury, 2005). No caso de museus de história este modelo atinge dimensões bastante complexas, devido à natureza da disciplina e o conjunto de regras próprias que regem a transmissão do conhecimento histórico. No entanto, a bibliografia a este respeito é relativamente farta e tanto os trabalhos clássicos de Meneses sobre a relação entre museus, memória e cultura material, quanto a visão de Van-Praët sobre a tecnologia da comunicação expositiva, são referenciais teóricos esclarecedores. Para Van-Praët (Koptcke & Massarani, 2005) a relação do público com a exposição é uma negociação que envolve o tempo, o espaço e o objeto, distanciando os museus históricos das

particularidades da história, e envolvendo-os nas discussões sobre a sensibilização nos espaços de investigação científica.

Por ser um museu de história, mas de história da ciência, o Museu Histórico do Instituto Butantan é cobrado por desenvolver relação própria nas atividades de produção e reprodução da ciência, como é o caso de outros museus de ciências (Delicado, 2008). A investigação, nesses museus, abrange práticas programáticas ou aplicadas e pesquisas de conhecimento ou de público. Não importa desde que o resultado da investigação faça parte da proposta do museu e que o público e os funcionários participem da produção deste conhecimento. Neste caso, o museu não estaria investigando nenhuma área disciplinar delimitada, nem mesmo nenhum tipo patrimônio específico, mas a própria história da ciência, colocando-a no centro do campo científico do museu (Gil, 1993).

Esta reflexão atinge dimensões distintas na exposição. É uma postura que reflete escolhas e discrimina os domínios de pesquisa dos museus. Estes domínios, ligados à produção do conhecimento, fazem parte das pesquisas direcionadas à missão e análise dos museus, e na dimensão mediática de seu acervo e de sua exposição (Danvallon, 1995).

Procurando ser o mais fiel possível ao seu empenho em discutir com o público qual a melhor forma de expor este conhecimento, o Museu recentemente se envolveu na elaboração de um projeto direcionado na reestruturação de sua exposição de longa duração. A elaboração de novas formas de comunicação, além da monitoria, vem de encontro ao que à monitoria tem discutido com o público no sentido de refletir sobre história da ciência no Instituto Butantan. Este projeto elaborado com a intenção em não minimizar a história na construção deste conhecimento científico, é também um projeto que visa responder às questões que diariamente são colocadas pelos visitantes, tornando-se objeto de nossas reflexões. Por isso, a história da ciência e a história institucional, sempre presente no imaginário dos visitantes, são elementos fundamentais para a construção desta identidade que procu-

ramos. Os projetos de pesquisa de cada monitor são respostas a estas indagações, pois os transportam às discussões mais atuais. A relevância de seus trabalhos é uma preocupação que eles têm como profissionais dedicados a transmissão e divulgação de um conhecimento que eles próprios estão construindo em parceria com o público visitante do Museu e usuário do acervo.

Por fim, encerramos reafirmando que as pesquisas em andamento nada mais são do que esta busca da identidade, como ponto de partida da revitalização do Museu Histórico. Por isso grande parte desta avaliação girou em torno de um mesmo eixo: a vinculação do Museu ao Instituto Butantan, seja através de sua identidade histórico-cultural, seja por meio da memória da comunidade interna, mas, principalmente através de sua atual postura afirmativa frente à pesquisa científica em histórica.

Agradecimento

Agradeço a todos os funcionários e monitores do Museu Histórico pelo esforço e dedicação em tornar o Plano Museológico viável. Aos colaboradores dos Laboratórios de Herpetologia e Especial de História da Ciência pelas contribuições.

Referências bibliográficas

- Bucaille, R. & Pesez, J-M., Cultura material, In: Romano, R. (Dir.), *Enciclopédia Einauldi*, Lisboa: Imprensa Oficial / Casa da Moeda, 1993, volume 16.
- Cândido, M.I. Documentação Museológica, *Caderno de diretrizes museológicas I*, Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência e Museus, 2006, 2ª. Edição, p. 33 – 92.
- Canter, H.M., Museu Histórico: origem e memória, *Cadernos de História da Ciência – I Ciclo de Seminários – História e Memória Institucional*, 2005, volume 1, número 1, p. 63 – 81.
- Chagas, M.de S., O objeto de pesquisa no caso dos museus, *Ciência em Museus*, 1990, volume 2, p. 41-45.

- Cury, M.X., Comunicação e pesquisa de recepção: uma perspectiva teórico-metodológica para os museus, *História, Ciências, Saúde – Manuais*, 2005, Rio de Janeiro, volume 12.
- Danvallon, J., Introduction: musées et muséologie, In: *Musées et recherche*. 1995, Paris, OCIM, p. 245-256.
- Delicato, A., Produção e reprodução da ciência nos museus portugueses. *Análise Social*, 2008, volume XLIII, p. 55-77.
- Drumond, M.C. de P. Prevenção e conservação em museus, *Caderno de diretrizes museológicas I*, Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência e Museus, 2006, 2ª. Edição, p. 107 – 133.
- Fernandes, S.C.G., As impressões sobre o Museu Histórico do Instituto Butantan - São Paulo, Brasil. Avaliação da exposição, *Memórias do Instituto Butantan*, 2005, VI Reunião Científica Anual do Instituto Butantan, São Paulo, Secretaria do Estado da Saúde, Volume 61, Resumo, p. 142.
- Gil, F.B., Museus de ciência e técnica, In: ROCHA-TRINDADE, M.B. (ed.), *Iniciação à museologia*, 1993, Lisboa, Universidade Aberta, pp. 245-256.
- Guarnieri, W.R.C., *Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio e a preservação*, 1983, São Paulo.
- Kopcke, L.S. & Masarani, L., Três olhares de além mar: o museu como espaço de divulgação da ciência, *História, Ciência e Saúde*, 2005, volume 12 (Suplemento), p. 349 – 364.
- Julião, L. Pesquisa Histórica no Museu, *Caderno de diretrizes museológicas I*, Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura / Superintendência e Museus, 2006, 2ª. Edição, p. 93 – 105
- Meneses, U.T. B. de, A cultura material no estudo das sociedades antigas, *Revista de História*, 1983, número 15.
- Meneses, U.T. B. de, A problemática da Identidade Cultural nos Museus: de Objeto (de ação) a Objeto (de Conhecimento), *Anais do Museu Paulista – História e Cultura Material*, 1993, Universidade de São Paulo, Nova Série, Número 1, p.207 - 222.

Ramos, F.R.L., *A danação do objeto. O museu no ensino de história*. 2004, Editora Universitária Argos, Chapecó.

RESOURCE: THE COUNCIL FOR MUSEUMS, ARCHIVE AND LIBRARIES, 2005, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: (Fundação) Vitae, Série Museologia.

Concepções de História e trajetórias institucionais.

Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo: análise e crítica de uma experiência (1977-2008)¹

Conceptions about History and the institutional trajectories.

Museu Histórico da Faculdade de Medicina de São Paulo: analysis and criticizes of an experience

André Mota²

Maria Gabriela S. M. C. Marinho³

Resumo

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo é hoje reconhecida por sua excelência no campo do ensino e da pesquisa, desenvolvendo em seus laboratórios e salas de aula tecnologias de ponta voltadas para o conhecimento médico e áreas afins. Entre essas atividades, a instituição também se preocupou, ao longo de sua história, em preservar parte de seu acervo e escrever a sua própria memória institucional. É nesse contexto que em 1977 será fundado, pelo médico e professor Carlos da Silva Lacaz, o Museu Histórico da Faculdade de Medicina da USP. Neste trabalho, preten-

¹ A versão preliminar deste texto foi apresentada no XIX Encontro Regional ANPUH-São Paulo “Poder, violência e exclusão”, realizado na FFLCH-USP, no período de 1 a 5 de setembro de 2008.

² Doutor em História pelo Depto. de História, FFLCH-USP, Pós-doutorado pelo Depto. de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina-USP. Atualmente é Coordenador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina-USP. amota@museu.fm.usp.br

³ Doutora pelo Depto. de História, FFLCH-USP, Pesquisadora do Museu Histórico da Faculdade de Medicina-USP e Professora da Universidade São Francisco.

de-se analisar as raízes responsáveis por seu surgimento e constituição, bem como a redefinição de novos contornos institucionais, inscrevendo-o, para além de suas atividades museológicas, como um centro de pesquisa e documentação histórica.

Palavras-chave: Faculdade de Medicina - USP, museu histórico, história e museus, história da medicina, acervos históricos e medicina.

Abstract

The University of São Paulo Medical School is currently renowned for its excellencie in the fields of instruction and research, as it develops in its labs and classrooms cutting-edge technologies aimed at medical knowledge and like areas. Among these activities, the institution has also been concerned, throughout its history, with preserving part of its collections and writing its own institutional memory. It is in this context that, in 1977, the History Museum of USP Medical School would be founded by the physician and professor Carlos da Silva Lacaz. This present essay intends to examine the roots underlying the founding and the constitution of the Museum, as well as the redefinition of new institutional guidelines, making it a center for research and historical documentation, going beyond its museological activities.

Keywords: *Medical School – USP, History Museum, History and Museums, History of Medicine, Historical Collections and Medicine.*

Introdução

A Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), criada em 1912, é referência nacional e internacional no campo do ensino médico e sedia o maior complexo hospitalar da América Latina, representado pelo Hospital das Clínicas e seu conjunto de institutos especializados. Denominada inicialmente de *Academia de Medicina e Cirurgia de São Paulo*, revestiu-se de múltiplos significados. As implicações de sua trajetória médica e científica suplantaram a dimensão local para assumir o caráter de referência nacional, com ampla interlocução internacional. O seu modelo de organização acadêmica, de viés norte-americano, cuja introdução na década de 1920 esteve amparada pelos investimentos da *Fundação Rockefeller*, tornou-se desde então o principal parâ-

metro de estruturação do ensino médico no país (Marinho, 2001).

Ao longo do século XX, práticas e procedimentos médico-hospitalares assumiram enorme complexidade, seja pelo conjunto de inovações tecnológicas derivadas dos avanços científicos, seja pela alteração do perfil epidemiológico das diferentes populações, em escala global. Em razão de transformações sociais extensas e profundas, as escolas médicas viram-se exigidas a uma revisão e atualização permanentes, obrigando-se a ampliar seu campo de atuação e ao mesmo tempo redefinir focos específicos, já que a especialização tornou-se um dos grandes articuladores da produção escolar médica (Schraiber, 1993). Em virtude destas reconfigurações, a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo é hoje uma instituição capaz de expressar tantos as transformações da história da medicina e do ensino médico em sua “longa duração”, como apontar rupturas de cunho tecnológico, político e cultural que manifestaram em conjunturas recentes.

Apesar da relevância acadêmica, a análise histórica em torno de sua produção científica tem sido relativamente negligenciada, seja do ponto de vista da constituição e manutenção de grupos de pesquisa atuantes nos diversos campos da ciência médica, como bem expressam os Laboratórios de Investigação Médica (LIMs), seja da perspectiva institucional. Em outros termos, pode-se afirmar que o impacto social do complexo FMUSP-HC encontra-se insuficientemente analisado em sua dimensão histórica. A rigor, trata-se de um processo de elaboração e re-elaboração permanentes, dada a dinâmica de constante renovação do conhecimento, característica inerente à da atividade científica.

Por outro lado, a trajetória da FMUSP está diretamente associada à constituição de áreas de excelência no campo do ensino e da pesquisa no país. Ao mesmo tempo, essa trajetória articula-se historicamente a relações sociais que a vincularam, desde sua origem e de modo muito efetivo, ao projeto de afirmação política de grupos estaduais face às disputas e tensões oriundas do processo de institucionalização da República. Embora o epicentro desse projeto

possa ser localizado nas estruturas do poder estadual, seu horizonte de atuação e suas implicações extrapolam os limites de São Paulo em conexões que se ampliaram para além da esfera nacional e alcançaram estratégias internacionais de atuação no campo da Saúde e da Medicina.⁴ (Nadal, 1987; Marinho, 2003; Mota, 2005 e Silva, 2003)

Ao longo de seu percurso, e em meio a diferenciação e reorganização de departamentos, institutos e laboratórios, a Faculdade de Medicina também instituiu um museu histórico que, entre as atribuições originais e as atuais, conseguiu elaborar uma narrativa específica para a memória médica de recorte paulista, mas também nacional, ao lado bem da reunião de um acervo importantíssimo para o pesquisador da área. Contudo, uma instituição dessa natureza vive também sob condições históricas e institucionais que se determinam características específicas em seus arranjos de origem, por outro, viabilizam alterações no uso e em suas concepções como espaço expositor, de memória, ou como centro de documentação e pesquisa, como veremos a seguir.

Criado em 1977 como “Museu Histórico da Faculdade de Medicina”, o órgão assumiu a denominação de Museu Histórico “Prof. Carlos da Silva Lacaz” em 1993, em homenagem ao fundador e seu diretor vitalício até 2002, ano de falecimento desse médico e pesquisador da área de Microbiologia e Micologia Médica⁵. A seguir, pretendemos analisar algumas das concepções vigentes na constituição e atuação do museu, de modo a caracterizar o projeto de

⁴Uma produção acadêmica diversificada em torno de sua história, que procura sobretudo compreender as forças sociais, as relações de poder e os projetos políticos em disputa no período de sua criação, vem sendo produzida desde meados da década de 1980. Nesta direção, o trabalho de Elza Nadai pode ser considerado uma marco relevante, ao estabelecer os vínculos entre o projeto político do grupo republicano de São Paulo e a implantação de instituições de ensino superior no Estado. Subseqüentemente, foram elaborados estudos específicos sobre a Faculdade de Medicina que buscaram ressaltar determinados aspectos de sua trajetória bem como do campo médico em São Paulo.

⁵ Carlos r da Silva Lacaz nasceu em Guaratinguetá, a 19 de setembro de 1915. Diplomou-se em medicina no ano de 1940 pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e tornou-se Professor Catedrático de Microbiologia e Imunologia pela mesma faculdade em 1953.

renovação que vem sendo implantado desde 2007. Como ponto de partida, apresentamos alguns traços de sua organização e algumas das concepções que asseguraram sua legitimidade, contrapondo-as com vicissitudes e compromissos decorrentes da conjuntura política e social na qual o Museu Histórico surgiu e da qual passou a depender. (Prado, 1999)

Em nossa perspectiva de análise, a criação do Museu Histórico em meados da década de 1970 – evento que o alinhou entre as primeiras experiências nacionais de museus dedicados integralmente à preservação da cultura material e imaterial relacionada ao campo médico⁶ – só pode ser plenamente elucidada se as relações vigentes no interior da Faculdade forem postas em relevo. Mais especificamente, nossa compreensão da trajetória do Museu aponta para um projeto que em sua origem apoiou-se em uma concepção do conhecimento histórico como “sustentáculo de tradições” elaboradas em conjunturas específicas de afirmação política interna. Sua criação pode ser vista como a afirmação de um projeto político-institucional” promovido por um grupo de professores que se defrontava com a perda progressiva de poder e hegemonia decorrente, em parte, de um processo de transição geracional, mas resultado também da implantação de um novo modelo de ensino superior instituído no país pela Reforma Universitária, conforme o Decreto Lei 5.540, de 1968.

A criação do Museu em 1977 e sua instalação a partir de 1978 culminam com o final da gestão de Carlos Lacaz como diretor da Faculdade de Medicina (1974/1978). Figura-chave no processo de afirmação de uma história “gloriosa” para a escola, Lacaz, esteve alinhado interna e externamente aos grupos políticos que deram sustentação ao regime militar instalado em 1964. Secretário de Higiene e Saúde da Prefeitura do Município de São Paulo, entre 1971 e 1972, na primeira gestão de Paulo Maluf como prefeito da cidade

⁶ O atual “Museu Inaldo de Lyra Neves Manta” substituiu em 1965, na Academia Nacional de Medicina, o antigo “Museu Anatomo-Pathológico e de Curiosidades Médicas”. Ver: <http://www.anm.org.br>.

de São Paulo, Lacaz contava entre seus interlocutores com algumas figuras de grande visibilidade no período, como Erasmo Dias e Alfredo Buzaid, entre outros⁷. Participou desse período conturbado da vida política do país, conjuntura apoiada por um grupo da Faculdade de Medicina, do qual Carlos Lacaz participava. Dada a importância da atuação desse grupo e da conjuntura política na qual atuou, recuperamos a seguir um breve quadro dos antecedentes gerais do período de instalação do Museu Histórico.

Anatomia de uma crise

A década de 1960 tem sido analisada como um período de radicalidade e confronto, cujos abalos se estenderam por todo o mundo, convulsionando instituições sisudas e tradicionais, inclusive universidades de grande prestígio. O movimento estudantil foi um dos pólos destas manifestações. Entre as bandeiras empunhadas figuravam um questionamento inflamado em torno do poder concentrado pelas hierarquias e estruturas universitárias. Os anos 60 transformaram-se em uma década de crise e ruptura. Uma tensão crescente se avolumou até culminar em maio de 1968, quando as ondas de conflito se espalharam por todo o planeta.

Ao movimento de contestação e contracultura foram se incorporando vários segmentos sociais. Em pontos distintos, e em diferentes países, organizavam protestos, combatiam em guerrilhas urbanas, reivindicavam a liberação feminina, denunciavam o racismo, defendiam a ampliação dos direitos civis. Montavam, enfim, uma ampla plataforma com vistas à transformação radical da sociedade e a aquisição de novos papéis sociais. Um movimento de contestação de tal envergadura, que assumiu dimensão e escala mundiais, evidentemente alcançou o país. Em uma conjuntura radicalizada, polarizavam forças sociais distintas, representadas pelos grupos conservadores e por seus opositores. Uma polarização que

⁷ Cf. Correspondência. Arquivo Pessoal: Fundo Carlos Lacaz, Museu Histórico. FMUSP. Cf., também: MAACK, Thomas. “Casa de Arnaldo, Circa 1964” in *Revista USP*. São Paulo: 121-140, junho-agosto, 1991.

se manifestava, também, e de modo intenso, no interior da Universidade de São Paulo e de sua escola médica. Além das turbulências externas, havia atritos e fricções internas que contribuíam para tornar o ambiente ainda mais tenso e explosivo.

Antes mesmo de completar cinquenta anos de existência, em 1963, a Faculdade de Medicina, assim como toda a Universidade de São Paulo, vinha se defrontando com diretrizes institucionais que procuravam estabelecer novos padrões de organização acadêmica e que estavam em vigor desde 1962. Proveniente da lei estadual nº 6826 (06/07/1962), a nova legislação foi aprovada na gestão do reitor Antônio de Barros Ulhôa Cintra, cuja ascensão à reitoria, em 1960, era vista como parte de um importante processo de modernização da Universidade de São Paulo. A conquista da reitoria por Ulhôa Cintra, um cargo de relevância política que desde 1944 recebia o *status* de secretário de Estado, tinha sido fruto de manobras lideradas por um jovem professor-assistente da cadeira de Sociologia, Fernando Henrique Cardoso, oriundo da Faculdade de Filosofia e recém-admitido no Conselho Universitário. (Associação dos docentes da USP, 2004)

O jovem sociólogo tinha na época 29 anos e conseguiu mobilizar em torno de si o grupo que conduziria Ulhôa Cintra para o cargo de reitor, mediante o compromisso de modernização das estruturas universitárias. O estatuto aprovado em 1962 era o resultado das articulações desse “grupo modernizador”. Atendia principalmente as reivindicações de segmentos que buscavam romper com mecanismos cristalizados de manutenção e reprodução do poder na Universidade de São Paulo. Em linhas gerais, os estatutos de 1962 redefiniam formas de contratação e efetivação do quadro docente e administrativo, além de estabelecer normas para indicação e ocupação dos cargos de direção, nas respectivas faculdades, e no comando da reitoria. Porém, o aspecto mais relevante, e o mais delicado, referia-se à introdução da estrutura departamental no ambiente da Universidade. Os novos estatutos não suprimiram, de imediato, a existência das cátedras que eram, afinal, vitalícias e seguiam pre-

ceito constitucional. A supressão em caráter oficial, nos termos da legislação federal, viria poucos anos depois, 1968, com a Reforma Universitária, instituída pela Lei Federal nº 5540 (28/11/1968).

Porém, ao introduzir o sistema de departamentos, a Universidade de São Paulo sinalizava para um processo de mudança irreversível. Embora gradual, a implantação dos estatutos significaria alterar, mesmo lentamente, a correlação de forças habitual, assentada na tradição, que atribuía plenos poderes aos catedráticos. Naquele contexto, a experiência com departamentos vinha sendo testada na Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, que adotara o sistema em 1952, quando fora instalada. Não se tratava, portanto, de um debate recente. Ainda assim, o tema continha um potencial explosivo porque desnudava uma cultura de privilégios, própria ao sistema de cátedras.⁸ O começo da década de 1960 reunia, portanto, ingredientes poderosos que levariam ao confronto, dentro e fora da Universidade, do mesmo modo como ocorriam acirramentos dentro e fora do país. O quadro político nacional vinha se degradando rapidamente.

Ao irromper o golpe militar de 1964, o acirramento político polarizou ainda mais os segmentos que compunham o arco político de uma sociedade bastante dividida. De um lado estavam localizados grupos conservadores, radicais ou moderados, que se aninhavam em organizações católicas ou empresariais, municiados de uma eficiente propaganda ideológica, capaz de arregimentar mulheres em marchas públicas por “Deus e pela Liberdade”. Na outra ponta do arco político, os movimentos populares eram identificados como infiltrados pela esquerda comunista que, desse modo, controlaria partidos políticos, organizações sindicais, associações de moradores, de professores e estudantes, assim como de intelectuais, jornalistas, entre outros.

O golpe militar representou a vitória dos grupos conservadores e em pouco tempo promoveu o fechamento político. A implantação

⁸ Para uma análise mais detida das mudanças promovidas pelo estatuto de 1962, consultar *A Universidade de São Paulo. Subsídios para uma Avaliação*.

do regime militar repercutiu rapidamente na Universidade de São Paulo, e a Faculdade de Medicina seria o pivô de uma longa crise institucional que começou a ficar nítida logo após a destituição de João Goulart, em 31 de março de 1964. Numa conjuntura em que os acontecimentos se precipitavam rapidamente, ampliando a concentração de poder em todo os níveis hierárquicos, a Congregação da Faculdade de Medicina se reuniu logo em seguida, no dia 2 de abril de 1964. Em convocação extraordinária, a maioria dos membros presentes, entre os quais Carlos Lacaz, decidiu declarar-se solidária ao regime militar, mediante moção de apoio e confiança ao grupo que se instalava em Brasília. A proposta recebeu reparos de apenas dois dos professores presentes: Alberto Carvalho da Silva e Isaías Raw.

Em depoimento sobre o episódio, Isaías relata suas ponderações: “A restrição à moção consistia em apoiar o Exército apenas se ele promovesse um regime democrático e respeitasse a constituição. O fato em si não é importante, mas as discussões, os gritos de intimidação e o clima geral [*na sessão da Congregação da Faculdade de Medicina*] não podem ser descritos”.⁹ O clima de radicalização que atingiu a Congregação, instância suprema da Faculdade de Medicina, é detalhado no depoimento de Isaías Raw, que chegou a ser preso e transferido para um quartel do Exército, onde permaneceu incomunicável por onze dias. A prisão de Raw, no entanto, coincidiu com a realização de um Congresso Internacional de Bioquímica, em Nova York, e sua ausência provocou uma ampla reação de cientistas nacionais e internacionais, que passaram a pressionar, junto ao governo brasileiro, por sua libertação imediata. Apesar de libertado, contra ele foi instaurado o Inquérito Policial Militar (IPM), pelo qual era acusado de ser “um importante líder comunista da juventude”. (associação dos docentes da USP, 2004)

No total, onze professores da Faculdade de Medicina foram perseguidos politicamente e a escola é reconhecida como uma das

⁹ As declarações de Raw encontram-se na publicação da ADUSP, *O livro negro da USP*, p.23. Detalhes do clima de radicalização interna encontram-se descritos na mesma publicação.

mais atingidas pela arbitrariedade do regime militar¹⁰. Seis professores foram demitidos, outros se exilaram. Entre os atingidos figuram Luiz Hildebrando Pereira da Silva e Thomas Maack. Ambos, além de demitidos, foram encarcerados no navio-prisão “Raul Soares”¹¹, enquanto respondiam ao Inquérito Policial Militar.

Hildebrando, Thomas Maack e mais quatro professores foram demitidos pelo mesmo decreto, assinado pelo então governador Adhemar de Barros: Erney Felício Plessmann de Camargo, Luiz Rey, Pedro Henrique Saldanha e Reynaldo Chiaverini. Além de professores da Faculdade de Medicina, médicos do Hospital das Clínicas também foram atingidos. Entre médicos e professores perseguidos encontram-se Antonio Dácio Franco do Amaral, Leônidas de Mello Deane, Maria José Deane e Vitor Nussenzveig Michel Rabinovitch, J. M. Taques Bittencourt Julio Puddles, Nelson Rodrigues dos Santos e Israel Nussenzveig. (associação dos docentes da USP, 2004) Em 1991, Thomas Maack, então *full professor* da Cornell University, e ainda hoje radicado nos Estados Unidos, publicou na **Revista da USP**, um longo artigo em que descreve a perseguição vivenciada em 1964 e aponta nomes de professores envolvidos no grupo de poder que passou a conduzir os destinos da Faculdade de Medicina. (Maack, 1991) No mesmo artigo, alguns dos professores citados oferecem sua réplica, entre os quais o próprio Carlos Lacaz.

Projetos em movimento

Contudo, no final da década de 1970, o quadro político institucional anterior dava sinais de esgotamento. A revogação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1978 prenunciou a chamada “abertura política” que culminou com a Lei da Anistia em 1979 e abriu espaço para o processo de redemocratização. Em meio a essa

¹⁰ No mesmo contexto de perseguições e demissões, professores de outras unidades foram atingidos por processos semelhantes, entre eles, Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, e Villanova Artigas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

¹¹ Luiz Hildebrando fornece detalhes do período em que ficou preso no navio. Conferir opus. cit.

mudança na conjuntura política, instala-se o projeto museológico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Instituído ao final da gestão de Carlos Lacaz como diretor, a implantação contou com o apoio da elite médica paulista e de parte significativa dos professores e alunos da própria Faculdade¹². A partir de 1978, Lacaz dedicou-se a reunir materiais que conseguissem traduzir uma “história oficial” médica e institucional, na tradição positivista, apoiada na concepção de uma trajetória histórica linear, progressiva e extremamente cravada por vultos e feitos heróicos. Ao mesmo tempo, o Museu Histórico agrupou um vasto acervo documental, com ênfase nos tempos iniciais da institucionalização médica em São Paulo, contemplando grupos especialidades, segundo os critérios atribuídos por seu diretor.¹³

A morte de Carlos Lacaz em 2002 abriu um hiato em relação ao espaço de poder ocupado anteriormente pelo ex-diretor. A estrutura administrativa do Museu, até então exclusivamente subordinada à diretoria da Faculdade de Medicina, foi transferida para a Comissão de Cultura e Extensão (CCEEx)¹⁴. Em 2006, as condições de funcionamento do Museu tornaram-se objeto de representação movida pelo

¹² Nomeada pela Congregação da FMUSP, constituiu-se a seguinte comissão especial para a criação do Museu Histórico: Duílio Crispin Farina, Dante Nesse, Irany Novah Moraes e Waldomiro Siqueira Junior.

¹³ O último levantamento indicou a seguinte composição do acervo: O Acervo do museu é de aproximadamente 4000 publicações entre livros, teses, memoriais, folhetos, relatórios. Itens tombados: 44 obras registradas em livro próprio (tombo) com os dados necessários a sua caracterização. Itens classificados: 686 obras com determinação de assunto e escolha dos códigos da tabela CDD. Itens catalogados: 686 obras com registro e descrição física do documento. Itens indexados: 686 obras com identificação de assunto. Itens preparados fisicamente: 323 obras (confecção de etiquetas) número de itens que receberam elementos identificadores para localização das obras nas estantes. Itens registrados na Base de Dados LILACS: 686 obras inseridas na base interna. (Base de Dados: Museu Histórico-FMUSP)

¹⁴ O Museu Histórico filia-se institucionalmente à Comissão de Cultura e Extensão (CCEEx-FMUSP). Presidida no biênio 2007-2009 pelo prof. dr. José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres, o órgão é, por sua vez, parte integrante da estrutura administrativa da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo (PRCEU-USP) e atua em sintonia com a direção da Faculdade de Medicina. Para que houvesse uma reforma física do museu, bem como a introdução das modificações regimentais e da constituição das novas atribuições nas áreas da pesquisa, da museologia e educacional, foram contratados os historiadores André Mota e Maria Gabriela S. M. C. Marinho.

Ministério Público em virtude de denúncias que teriam apontado o descaso da Faculdade de Medicina em relação ao patrimônio da instituição. As pendências com o Ministério Público só seriam de fato solucionadas com a nova eleição, em 2007, para a presidência da Comissão de Cultura e Extensão. Desde então, o museu tem vivenciado um processo de redefinição de suas características e funções. Mais recentemente, o processo de revisão conceitual, bem como a proposta de ampliação de suas atribuições tem coincidido com a ampla reforma das instalações da Faculdade de Medicina.

Ao longo da última década, uma intensa mobilização interna das sucessivas diretorias da instituição tem possibilitado a execução do Projeto de Restauro e Modernização da Faculdade de Medicina, com o apoio e a adesão alunos, ex-alunos, professores eméritos e da comunidade em geral, além de recursos expressivos captados junto ao setor privado. Apesar desse esforço institucional, o espaço do Museu não estava contemplado no Projeto de Restauro.

Localizado no quarto andar do prédio central, seu espaço físico esteve delimitado por salas de aula e laboratórios e ocupou cerca de 394,24 m². Já a sua divisão temática expressava de maneira bastante clara a narrativa pretendida, podendo ser assim compreendida: Sala de aparelhos e instrumental médico dos séculos XVIII, XIX e XX; Sala Arnaldo Vieira de Carvalho; Sala de professores pioneiros da FMUSP; Sala de professores estrangeiros; Sala de criações artísticas; Salão nobre e diretoria. Nestas diversas salas de visitação, eram exibidos materiais ecléticos, tais como série de xilogravuras de ex-alunos, materiais referentes à participação da Faculdade em guerras, objetos e imagens dos primeiros professores, homenagens aos diplomados pela Faculdade que lograram expressão médica, acadêmica, científica, artística ou associativa, esse grande acervo dividiu ao longo dos anos espaço com documentos, arquivos e área administrativa.

A organização do “Grande Salão” representou por muito tempo a expressão-síntese da narrativa a partir da qual o espaço se configurava. Tratava-se de uma concepção alicerçada em padrões museológicos, ainda relativos aos museus de História Natural do

século XIX (Schwarcz), alicerçados na reunião e acúmulo de objetos como expressão da riqueza do acervo, mesmo que suas disposições não propiciassem uma narrativa própria. Seu objetivo era de inserir objetos no tempo e no espaço, mostrando seu aparecimento, uso, aperfeiçoamento, em função das configurações culturais da época, abrangendo os fundamentos da ciência médica, mas em sua dimensão progressiva e linear (Imagem 1).



Imagem 1: Salão Nobre do Museu Histórico
(FMUSP,1977/2007)

Nesse sentido, os objetos deveriam ser compreendidos em conjunto: pinturas, desenhos, diplomas, bustos de bronze, condecorações, fotografias, esculturas, e, finalmente, uma série de aparelhos utilizados pelo exercício médico no século XX. A riqueza dessa cultura material tornou-se com o tempo de valor inestimável, sendo cada vez mais procurada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento e tornando-se por isso uma referência ao patrimônio da Faculdade de Medicina. Assim, suas bases constitutivas passaram a exigir que novas formas de organização do acervo pudessem viabilizar estudos e pesquisas de cultura material e documental, no sentido de aproximar-se mais da comunidade científica e expressar melhor suas incríveis potencialidades enquanto espaço gerador de conhecimento histórico.

O processo de revisão conceitual do Museu iniciado a partir de 2007 buscou se articular a essa conjuntura mais ampla de execução do Projeto de Restauro, cujas implicações extrapolam o campo meramente das reformas físicas. Em razão de condições favorecidas pela renovação dos quadros de direção e do corpo de funcionários, tem sido possível propor a ampliação de sua concepção e dos marcos de atuação. Alguns projetos estão sendo formulados nessa direção, conforme relacionado a seguir:

a) Exposições permanentes e circulares

Encontra-se em discussão projeto de reforma dos espaços do Museu para que possa ser dada uma nova narrativa ao espaço museal. Pretende-se desenvolver por meio da cultura material existente, uma “História das Práticas Médicas”. Para isso um projeto de ampliação do acervo vem sendo desenvolvido pela nova gestão, buscando agrupar a documentação de diversas especialidades, departamentos e laboratórios. Indo além, devido à riqueza desse material, pretende-se desenvolver dentro e fora da Instituição uma série de exposições em que diversos temas institucionais, científicos e culturais possam ser apresentados.

b) Projeto editorial temático:

“Centenário da Faculdade de Medicina da FMUSP, 1912-2012”

Em comemoração aos cem anos da existência institucional da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, o Centro de Documentação pretende apresentar, uma série de publicações privilegiando, tanto a vida institucional da Faculdade, com seus departamentos¹⁵, centros de pesquisa, como também a vida discente por meio de seu centro acadêmico. Para isso, será elaborada a coleção *Trajetórias da Medicina em São Paulo: História e Memória do Centenário da “Casa de Arnaldo”*, composta por cinco volumes. Cada volume deverá conter Artigos, Depoimentos, Entrevistas, Memórias, Reminiscências, Iconografia, Documentos (*fac-similes*), organizados a cada duas décadas, como relacionado a seguir:

- A) Volume I: 1912-1931
- B) Volume II: 1932-1951
- C) Volume III: 1952-1971
- D) Volume IV: 1972-1991
- E) Volume V: 1992-2012

c) Projeto educacional

Uma das prioridades captadas pelo Museu atualmente volta-se para a sua interação com o público, quer seja ele de pesquisa ou de visitação. Nesse sentido, busca-se ampliar os estudos do patrimônio cultural existente, no sentido de ser cada vez menos instrucionista e cada vez mais educativo. Isso quer dizer que a memorização que buscava-se até então, ainda pouco afeita aos seus desígnios edu-

¹⁵ São eles: Cardiopneumologia; Clínica Médica; Dermatologia; Fisioterapia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional; Gastroenterologia; Medicina Legal, Ética e Medicina Social e do Trabalho; Medicina Preventiva; Moléstias Infecciosas e Parasitárias; Neurologia; Obstetrícia e Ginecologia; Ortopedia e Traumatologia; Patologia; Pediatria; Psiquiatria; Radiologia.

cativos, deve ser deslocada para uma vivência do próprio espaço e de sua materialidade cultural. Para isso uma série de atividades foi contemplada no sentido de ampliar e aprofundar esse contato, transformando a relação estabelecida com o seu público, trazendo em cada uma dessas atividades, novas configurações capazes de suprirem os objetivos do Museu enquanto uma instituição pública e de ensino. Isso porque, a cultura material resgatada pelo Museu deve vincular-se a capacidade de desenvolvimento de conhecimentos, mas também de crítica e “reinvenção” do próprio passado, o que só poderá acontecer por meio de um projeto museal voltado para tais objetivos.

Nesse sentido, busca-se a compreensão da ação educativa e museológica como produtores de comunicação, o que equivale dizer da busca de interfaces das ações de pesquisa, preservação e comunicação. Desse modo considera-se que o processo museológico é um processo educativo e de comunicação, contribuindo para que cada cidadão possa ver a realidade e expressá-la, qualificando o patrimônio cultural existente como formador e produtor de conhecimento sobre o passado histórico. Nessa direção, foram contempladas as seguintes atividades:

1) Projeto audiovisual e mídias digitais

O projeto audiovisual propõe dois níveis de interação entre o público e a produção material em exposição. Para isso, pretende-se criar um circuito de atividades a serem desenvolvidas durante a visita.

- A primeira delas consiste na apresentação de um documentário sobre a Faculdade de Medicina da USP e do Museu Histórico. A proposta de um documentário distancia-se de uma concepção meramente institucional, enveredando para uma nova narrativa dada à própria Faculdade, ao Museu e a sua importância acadêmica, educacional e cultural.
- O segundo momento da visita vincula-se à narrativa dada pelo Museu à sua cultura material. Para isso propomos a

criação de um projeto audiovisual em que se é narrada uma interpretação sobre a História das práticas médicas vinculadas à própria história da Faculdade.

2) *Documentário*

Produção audiovisual desenvolvida a partir do levantamento da documentação coletada nos itens anteriores, acrescida de depoimentos, entrevistas e captação de imagens relevantes ao tema

3) *Produção Web/Digital*

Desenvolvimento e manutenção de *websites* e demais mídias digitais em conformidade com o projeto.

4) *Ciclo de palestras e colóquios nacionais e internacionais*

Evento anual organizado por ocasião do aniversário, a coincidir com o lançamento dos volumes da coleção, e em torno do tema do Centenário da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

5) *Centro de Memória*

Entre as atividades privilegiadas pelo Museu Histórico encontra-se o Centro de Memória, espaço reservado para o encontro de antigos e novos professores, alunos e ex-alunos da FMUSP. O objetivo deste espaço será de reunir e integrar todo aquele que sinta necessidade de trocar experiências vividas na instituição, ou mesmo, de encontrar em seu amplo acervo memorialístico momentos vividos na ou pela FMUSP. O encontro de pessoas e suas histórias de vidas, mais do que um exercício de memória será valorizado enquanto uma troca de experiências e mesmo de valorização histórica, levando o Museu Histórico a reservar para esse espaço um projeto especial de valorização e divulgação desses materiais.

6) *Projeto de história oral*

Este projeto pretende fazer um grande levantamento das figuras que marcaram a história da Faculdade através de imagens e entrevistas. Todo esse material será devidamente organizado

e fará parte de nosso acervo histórico para futuras pesquisas. Pretende-se com isso integrar as atividades do Centro de Memória à produção diária do Museu, expandindo sua documentação e enriquecendo o seu patrimônio.

7) Centro de Pesquisa e Documentação e em História da Medicina e da Saúde (FMUSP)

A História da Medicina e da Saúde Pública tem sido estudada mediante a elaboração de diversos trabalhos que puderam contribuir para a compreensão da organização das instituições médicas, da história das doenças e das tecnologias empregadas nas políticas em saúde e na Medicina Popular. Com esse lastro historiográfico, a História constituiu-se como campo de saber capaz de compreender e interpretar a partir de novas metodologias e problemáticas. No caso da chamada medicina paulista, houve uma consistente produção de estudos históricos voltados para as modificações científicas vividas pelas suas instituições nas primeiras décadas do republicanismo e o papel de seus articuladores como “homens da ciência”. Contudo, a historiografia preocupada com os assuntos relativos à medicina e à saúde pública, ainda resulta em poucos trabalhos relativos aos períodos posteriores aos anos de 1930, por exemplo.

Nesse sentido, a constituição do Centro de Pesquisa e Documentação em História da Medicina e Saúde (FMUSP) assume importância decisiva e de mudança da própria natureza do Museu, exatamente por ampliar, organizar o material existente, permitindo o desenvolvimento da pesquisa histórica e sua divulgação em dois eixos centrais. O primeiro trata dos estudos históricos capazes de aprofundar períodos já mapeados, inserindo novos métodos analíticos e (re)apresentando novas fontes documentais. Um segundo eixo trata de estudos mais horizontais no tempo e no espaço, mapeando períodos ainda desconhecidos pela História e apresentando, de maneira ino-

vadora, possibilidades analíticas sobre andamentos institucionais, corporativos e sócio-políticos.

O Setor de Documentação deverá reunir as atividades e serviços relacionados ao acervo histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Ele será organizado a partir de projetos voltados ao tratamento e divulgação de seus arquivos. Indo além, pretende articular estratégia de pesquisa e acesso ao material de pesquisa, a partir dos limites dados à conservação de todo o acervo. Procura, desse modo, articular o material já catalogado e organizado pela Biblioteca da Faculdade de Medicina e a série de documentos dispersos. Esses documentos reúnem-se pela cultura material, (objetos, instrumentos de trabalhos, aparelhos tecnológicos etc.) e sua extensa produção documental formada por teses, livros, atas, remissivas, entrevistas etc. O *corpus documental* encontra-se no Museu Histórico, na Biblioteca Central e nos arquivos da Unidade do Pacaembu.

Projetos em perspectiva

A elaboração do projeto original da Faculdade de Medicina na década de 1920 previa a construção de um museu com boa localização e com acesso externo direto. Tal projeto não foi implantado, e o espaço originalmente destinado ao Museu recebeu outros usos e o acesso externo encontra-se bloqueado.

Hoje existe uma planta das reformas previstas para o Museu Histórico, com estantes deslizantes, sala de colóquios, área de pesquisa, espaço expositor e de memória setor administrativo e recepção.)

Referências bibliográficas

Baccalá, L; Lacaz, CS; Jatene, AD; Oliveira, MR; Mazzieri, BR e Moraes, IN. *Médicos da Faculdade de Medicina: Universidade de São Paulo*. São Paulo: Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1995, 144p. ilustr.

- Caldeira, MPR (pesquisa, texto e edição). *Centenário de criação da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (1891-1991): lei nº 19, 24 de novembro de 1891*. São Paulo: Comissão de Eventos Comemorativos da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1991, 120p. ilustrado.
- Campos, ES. *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Reitoria da Universidade de São Paulo/(Saraiva), 1954, 826p. ilustrado.
- Cunha, LACR. *A universidade crítica: o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, 264p.
- Cunha, LACR. *A universidade reformanda; o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988, 336p.
- Cunha, LACR. *A universidade temporã: da colônia à era de Vargas*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986, 340p.
- Farina, DC. *Medicina no Planalto de Piratininga*. São Paulo: ed. do Autor, 1981, 340p.
- Hobsbawm, EJ e Ranger, Terence (orgs.) *et alii. A invenção das Tradições*. trad. do inglês [*The invention of tradition*] por Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- Kwasnicka, EL (coord.); Motta, FCP, Vasconcellos, MS e Fétizon, BAM (prods. técns. do texto); Portela, RL. e Rodrigues, GA (colabs.). *Universidade de São Paulo: subsídios para uma avaliação*. São Paulo: Codac/Universidade de São Paulo, 1985, 380p.
- Lacaz, CS. *Faculdade de Medicina: reminiscências, tradição, memória de minha escola*. São Paulo: Edição do Autor, 1985, 160p. ilustrado.
- Lacaz, CS e Mazzieri, Berta R. *A Faculdade de Medicina e a USP*. pref. por Adib D. Jatene. São Paulo: Edusp, 1995, 168p. ilustrado.
- Lopes, MM. *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: os museus e as Ciências Naturais no século XX*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Maack, T. “Casa de Arnaldo, Circa 1964” in *Revista USP*. São Paulo: 121-140, junho-agosto, 1991.
- Marinho, MGSMC. *Norte Americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. pref. por Luiz Antonio de Castro Santos. Campinas/Bragança Paulista/São

- Paulo: Autores Associados/USF/FAPESP, 2001.
- Marinho, MGSMC. *Elites em Negociação: breve história dos acordos entre a Fundação Rockefeller e a Faculdade de Medicina de São Paulo (1916-1931)*. pref. por Hebe Maria Cristina Vessuri. Bragança Paulista/SP: CDAPH/Edusf, 2003.
- Mota, A. *Tropeços da Medicina Bandeirante: medicina paulista, 1892-1920*. pref. por Tania Regina de Luca. São Paulo: Edusp, 2005.
- Nadal, E. *Ideologia do Progresso e Ensino Superior (São Paulo, 1891-1934)*. pref. por Maria de Lourdes Monaco Janotti. São Paulo: Loyola, 1987.
- Prado, MLC. *América Latina no Século XIX: tramas, telas e textos*. pref. por José Sebastião Witter. São Paulo/Bauru: Edusp/Edusc, 1999.
- Schwarcz, LKM. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- Schraiber, LB. *O Médico e Seu Trabalho: limites da liberdade*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- Silva, MRB. *O mundo transformado em laboratório: ensino médico e produção de conhecimento em São Paulo de 1891 a 1933*. [tese de doutorado] São Paulo: Departamento de História/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 2003, 241p. ilus.
- Werneck, MÊS (coord.). *Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2002, 34p. ilus.

A Saúde na Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1889-1910)

The health on law sanitary collection in São Paulo State

Ana Maria da Cunha¹

Introdução

A relação apresentada é resultado de uma pesquisa que tem por objetivo levantar a Legislação em Saúde (Leis, Decretos, Decretos-Leis, Circulares e Resoluções), do período compreendido desde a Proclamação da República até os dias atuais, nos volumes da Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo. Visa organizar para consulta pública, um banco de dados com o foco nas questões da saúde, fonte fundamental para subsidiar estudos e ações de gestores e pesquisadores.

Esse levantamento foi iniciado há oito anos, e encontra-se ainda em andamento, tendo sido completado o período de 1889 a 1974. Privilegiou a pesquisa sistemática, volume por volume, ano a ano, da Legislação, entendendo-se a Saúde no seu sentido amplo, ou seja, inclui os principais subsistemas que fazem interface com o Sistema de Saúde. Abrange assim um grande leque temático, como Saúde Pública, orçamentos e medidas de caráter financeiro, capacidade instalada, prevenção e controle das doenças, saneamento, recursos humanos, dotações para entidades privadas, higiene escolar, saúde nos asilos e presídios, meio ambiente, entre outros.

Os dados levantados (ementa, número e data) foram relacionados com a legislação xerocopiada, formando um acervo de apro-

¹ Socióloga, exercendo suas funções no Centro de Memória da Saúde Pública, Museu da Saúde Pública Emílio Ribas da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo

ximadamente 8 metros lineares (57 caixas de arquivo), que recentemente começou a ser organizado em banco de dados eletrônico. Completa o trabalho o comentário sobre a legislação da Saúde feito por estudiosos, como Rodolfo Mascarenhas.

A relação apresentada refere-se ao período entre 1889 (quando da organização da administração republicana) e 1910 (data em que foi reorganizada a Secretaria do Interior).

No próximo número da revista, será apresentada a continuidade do trabalho, com a legislação referente ao período 1910 a 1931, ano em que foi criada a Secretaria de Educação e Saúde Pública.

Palavras Chave: Legislação Sanitária, Saúde Pública, Documentação e Arquivos.

Key Words: Sanitary Legislation, Public Health, Documentation and Archives.

Dispositivo Legal	Ementa
Resolução 45 de 14/04/1890	Declarando que continuam suspensos na Comarca de Campinas os trabalhos do foro (por epidemia).
Decreto 50 de 28/04/1890	Referente ao orçamento dos anos 1890-1891.
Regulamento de 18/07/1890	Regulamento da Farmácia do Estado de São Paulo.
Decreto 99 de 27/11/1890	Altera algumas disposições da Lei Provincial n. 195 de 05/06/1889.
Decreto 99 de 27/11/1890	Institui a canalização da Cia. Cantareira de esgotos.
Decreto 104 de 15/12/1890	Convoca o primeiro Congresso do Estado de São Paulo e Publica a sua Constituição.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 115 de 31/12/1890	Retifica o Decreto n. 104 de 15 do corrente, que convocou o primeiro Congresso do Estado de São Paulo e publicou a sua Constituição.
Decreto 119 de 12//01/1891	Aumenta a gratificação dos médicos da Polícia.
Decreto 150 de 07/04/1891	Cria o lugar de médico da Companhia de Bombeiros.
Decreto 162 de 28/04/1891	Cria o Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Decreto 176 de 06/05/1891	Aumenta os vencimentos dos empregados da Secretaria do Governo, do Tesouro do Estado, da Diretoria da Instituição Pública, do Hospício de Alienados e da Penitenciária da Capital.
Decreto 210 de 26/06/1891	Manda vigorar, mediante aprovação do Congresso do Estado, no 1º semestre de 1891-92 todas as disposições do Decreto nº50 de 28/04/1890, etc.
Lei 9 de 22/10/1891	Fixa as divisas entre os municípios de Atibaia e Juqueri.
Lei 10 de 26/10/1891	Cria um necrotério na Capital do Estado.
Lei 12 de 28/10/1891	Organizando o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Lei 13 de 07/11/1891	Torna obrigatória a vacinação e revacinação em todo o Estado.
Lei 15 de 11/11/1891	Orça a receita e despesa do Estado para o Exercício de 1892. Referente ao orçamento de 1892 - Verbas destinadas ao Hospital de Alienados.
Lei 16 de 13/11/1891	Organiza os municípios do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 19 de 24/11/1891	Criando uma academia de medicina, cirurgia e farmácia na Capital do Estado.
Decreto 27A de 29/02/1892	Abre no Tesouro um crédito de 2:000\$000 para ocorrer ao pagamento de despesas com a epidemia de febre amarela na vila de Dois Córregos.
Decreto 28 de 01/03/1892	Organiza as Secretarias do Interior, da Justiça e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criadas pela Lei 15 de 11/11/1891.
Decreto 29 A de 04/03/1892	Abre no Tesouro um Crédito de 25:000\$000, para ocorrer ao pagamento de despesas com a epidemia reinante na cidade de Campinas.
Decreto 29 B de 05/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:000\$000, para ocorrer às despesas com a epidemia de varíola no município de Vila Bela.
Decreto 29 C de 08/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 2:000\$000 para ocorrer as despesas com o tratamento de indigentes atacados de varíola em Ribeirão Preto.
Decreto 29 D de 08/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 3:000\$000 para pagamento de ajuda custo a doze estudantes de medicina, que seguem com destino a varias localidades do Estado, onde reina epidemia, a serviço sanitário.
Decreto 29 E de 09/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:000\$000 para pagamento de ajuda de custo a cinco estudantes de medicina, que seguem com destino a várias localidades do Estado, onde reinam epidemias, a serviço sanitário.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 30 de 10/03/1892	Cria a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado.
Decreto 30A de 10/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 5:000\$000 para ocorrer ao pagamento de despesas com o tratamento de indigentes atacados pela epidemia na cidade do Jaú.
Decreto 33 de 15/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 25:000\$000, a fim de ocorrer às despesas com epidemia em Santos.
Decreto 34A de 15/03/1892	Abre no Tesouro um crédito de 1:500\$000 para ocorrer às despesas de viagem e transportes dos cidadãos dr. Pedro Moreira, José Justino Pereira, Francisco Blengini e José Pereira Borges, que seguem para Iguape e Xiririca, a serviço sanitário.
Decreto 35 de 16/03/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 1:200\$000 na verba “Socorros Públicos”.
Decreto 36 de 16/03/1892	Abre no Tesouro do Estado Um crédito de 11:601\$467 para unido de 15:000\$000, ocorrer às despesas com a epidemia de febre amarela, na cidade de Rio Claro.
Decreto 44 de 30/03/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário da importância 6:788\$641 para pagamento de obras no prédio onde funciona a Farmácia do Estado.
Decreto 45 de 30/03/1892	Autoriza o Secretário do Estado dos Negócios da Fazenda a fazer o pagamento da quantia de cento e três contos trezentos e treze mil novecentos e vinte e cinco réis, de exercícios fundos à Companhia Cantareira e Esgotos.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 53 de 25/04/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar.
Decreto 56A de 30/04/1892	Cria uma comissão de engenheiros para o saneamento do Estado de São Paulo.
Decreto 58 de 02/05/1892	Baixa o primeiro regulamento da Secretaria do Interior.
Decreto 64 de 23/05/1892	Cria uma comissão incumbida de verificar as condições higiênicas dos prédios das cidades do Estado.
Decreto 65 de 24/05/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 500:000\$000, para promover a execução de medidas urgentes e necessárias a evitarem-se as epidemias futuras e a organização do serviço de assistência pública.
Decreto 69 de 28/05/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário de 500:000\$000 a Secretaria da Agricultura para ser empregado na execução das obras mais urgentes de desenvolvimento da rede de esgotos e abastecimentos de água da Capital.
Lei 34 de 25/06/1892	Autoriza o Governo do Estado a escolher os pontos mais convenientes para a construção de Asilos Agrícolas de Alienados, a que se refere a Lei do orçamento vigente.
Lei 35 de 28/06/1892	Autoriza o Governo a despender a soma necessária para o saneamento de Santos, São Paulo e outras localidades do Estado, podendo para esse fim empregar os saldos recolhidos ao Tesouro.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 37 de 01/07/1892	Restringe a Lei sobre obrigatoriedade da vacinação e revacinação no Estado de São Paulo, de conformidade com a Lei n. 13, de 07 de novembro de 1891.
Lei 43 de 18/07/1892	Organiza Regulamenta o Serviço. Sanitário do Estado.
Lei 47 de 22/07/1892	Determinando as divisas entre os municípios de Juqueri e Nazareth.
Lei 49 de 27/07/1892	Aumentando os vencimentos dos médicos do Hospício de Alienados dessa Capital.
Lei 50 de 30/07/1892	Autoriza o Governo a despender até a quantia de 200.000\$000 na construção de fornos crematórios nas cidades de São Paulo, Santos e Campinas.
Lei 62 de 17/08/1892	Autoriza o Governo a rescindir o contrato com a Companhia Cantareira e Esgotos.
Lei 87 de 29/07/1892	Regulamenta a Lei n. 43 de 18/07/1892, que organiza o Serviço Sanitário do Estado.
Decreto 88 de 06/08/1892	Declara de utilidade pública os terrenos pertencentes a Luiz Nuno Bellegarde necessários para a passagem dos condutores de água do Cassununga ao Vale do Barro Branco.
Decreto 89 de 13/08/1892	Abre à Secretaria da Agricultura o crédito extraordinário de 400:000\$000 para aquisição de material urgentíssimo necessários ao desenvolvimento ao abastecimento de água da Capital.
Resolução 71 de 19/08/1892	Aprovará o Decreto n.69 de 28/05/1892 que abriu à Secretaria da Agricultura um crédito de 500:000\$000 para as obras mais urgentes de desenvolvimento da rede de esgotos e abastecimento da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 92 de 20/08/1892	Rescinde e declara de nenhum efeito o contrato de 29/11/1890, celebrado com a Companhia Cantareira e Esgotos.
Decreto 93 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar de 400:000\$000 na verba - socorros públicos.
Decreto 94 de 20/08/1892	Cria um Instituto Vacinatório.
Decreto 95 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 70:000\$000, destinado à montagem e custeio de um Instituto Vacionogênico.
Decreto 96 de 20/08/1892	Declara de utilidade pública o terreno situado à Rua Pires da Motta, esquina da Rua Mazzini, do bairro do Cambuci, para ser desapropriado, a fim de estabelecer-se o Instituto Vacinogênico.
Decreto 97 de 20/08/1892	Abre no Tesouro do Estado mais um crédito de 50:000\$000 para o fim de se proceder a continuação dos estudos preliminares indispensáveis à organização de um plano de saneamento de Santos e da Capital.
Decreto 99 de 22/08/1892	Suspende como não existentes e nenhuma, todas as loterias concedidas a matrizes ou igrejas, e determina que, no corrente ano, sejam extraídas as loterias que vão declaradas.
Lei 97A de 21/09/1892	Organiza a Força Pública do Estado para o ano de 1893.
Lei 118 de 03/10/1892	Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1893.
Decreto 118 de 17/10/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito extraordinário da importância de Lbs 20.000-0-0, para a aquisição de materiais para as obras de desenvolvimento do serviço de águas e esgotos desta Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 120 de 29/10/1892	Abre à Secretaria do Interior um crédito de 500:000\$000, no Tesouro do Estado, destinado à construção de hospitais de isolamento em diversas localidades, bem como de um desinfectório central e pavilhão para isolamento, anexo ao Hospital de Variolosos da Capital.
Decreto 122 de 05/11/1892	Abre à Secretaria do Interior, no Tesouro do Estado, um crédito suplementar de 210:00\$000 à verba consignada no § 9º do art. 2º da Lei n. 15 de 11/11/1891, para ocorrer às despesas a fazerem-se até 31 de Dezembro com a repartição de Higiene.
Decreto 129 de 18/11/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito extraordinário de 500:000\$000 para ocorrer as despesas com serviço de desenvolvimento de águas e esgotos da Capital.
Decreto 140 de 26/12/1892	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 6 829:546\$663, para a encampação da Companhia Cantareira de Esgotos.
Decreto 141 de 29/12/1892	Abre no Tesouro do Estado um crédito extraordinário de 1.000:000\$000, para a construção de um asilo agrícola de alienados nesta Capital.
Decreto 147 de 10/01/1893	Abre um crédito especial de 1.000:000\$ à Secretaria da Agricultura, para continuação das obras de saneamento do Estado.
Decreto 149 de 28/01/1893	Marca a ordem em que devem ser extraídas as loterias cuja execução foi determinada por Decreto n.99 de 22/08/1892, continuando em vigor os planos aprovados por Decreto n.98, da mesma data.
Decreto 150 de 30/01/1893	Aprova o regulamento para as condições gerais, especificações e tabela de preços, pelas quais se têm de regular os trabalhos que se hão de executar pela Comissão do Saneamento do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 151 de 30/01/1893	Modifica a tabela de vencimentos do pessoal da Comissão de Saneamento do Estado, aprovada pelo Decreto n. 56 A de 30/04/1892.
Decreto 152A de 31/01/1893	Cria as repartições dos serviços de águas e esgotos e da arrecadação das taxas de água da Capital.
Decreto 153 de 06/02/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 5:000\$000, para continuação dos serviços de desenvolvimento do abastecimento de água e de esgoto da Capital.
Decreto 154 de 08/02/1893	Cria e organiza a repartição dos serviços técnicos de águas e esgotos da Capital.
Decreto 157 de 28/02/1893	Dá o Regulamento do Laboratório Farmacêutico do Estado, subordinando-o diretamente ao Secretario do Interior e lhe dá várias finalidades.
Decreto 158 de 28/02/1893	Dá o Regulamento do Laboratório de Bacteriologia do Estado.
Decreto 159 de 28/02/1893	Dá regulamento para o Laboratório de Análises Químicas.
Decreto 159A de 28/02/1893	Cria a repartição Fiscal do serviço de águas da Capital.
Decreto 164 de 17/03/1893	Revoga o Decreto 136 de 17/12/1892, que declarou de utilidade pública o terreno contíguo ao Hospital de Isolamento na cidade de Santos, para ser desapropriado, a fim de se estabelecer um cemitério anexo ao mesmo hospital.
Decreto 165 de 17/03/1893	Declara de utilidade pública os terrenos do sítio do Paecará, na cidade de Santos, de Júlio Bakheuser e outros, para serem desapropriados, a fim de se construir um cemitério para contagiados e dependências do Hospital de Variolosos.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 166 de 28/03/1893	Declara de utilidade pública, para desapropriação, um terreno com as benfeitorias neles existentes pertencente a Joaquim G. Moreira, no Bom Retiro, necessários aos serviços a cargo da comissão de Saneamento do Estado.
Resolução 123 de 26/04/1893	Aprova o Decreto 80 de 16/07/1892 que abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 500:000\$000, para a execução das obras de saneamento do Estado.
Lei 124 de 26/04/1893	Dispensa do pagamento de impostos estaduais o Asilo de órfãos de Campinas e o Hospital de Morféticos da mesma cidade.
Resolução 147 de 19/06/1893	Aprova o Decreto do Governo n. 147 de 10/01/1893, que abriu à Secretaria da Agricultura o crédito de 1.000:000\$000 para as obras de saneamento do Estado.
Decreto 190 de 02/08/1893	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria do Interior, um crédito especial de 400:000\$000 para ocorrer às despesas com saneamento da cidade de Santos.
Lei 240 de 04/09/1893	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Lei 177 de 14/08/1893	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 1.889:800\$000 para execução das obras de saneamento do Estado.
Lei 189 de 23/08/1893	Autoriza o Governo a mandar construir, anexas ao quartel da Luz, as dependências necessárias para o Hospital da Força Pública, abrindo o crédito de 130.000\$000 para ocorrer as respectivas despesas.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 194 de 14/08/1893	Modifica organização da 1º divisão auxiliar e extingue a 3º da repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgotos da Capital, criada pelo Decreto n.154 de 08/02/1893 e dá outras providências.
Decreto 195 de 18/08/1893	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos do sitio C. Redondo, na Serra da Cantareira e Companhia territorial necessários para as obras de desenvolvimento ao abastecimento de água da Capital.
Decreto 197 de 23/08/1893	Revoga o Decreto n.165 de 17/03/1893 que declarou de utilidade pública os terrenos do sítio do Paecará, em Santos, de propriedade de Júlio Bakheuser e outros, para serem desapropriados a fim de se construir um cemitério para contagiados e dependências do Hospital de Variolosos.
Lei 195 de 28/08/1893	Cria mais um lugar de médico no Hospício de Alienados e aumenta os vencimentos do Diretor e do Escrivão do mesmo estabelecimento..
Lei 206 de 30/08/1893	Concede licença a práticos para abrirem farmácias nas localidades do interior do Estado, onde não houver farmacêuticos diplomados.
Lei 235 de 04/09/1893	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1894.
Lei 240 de 04/09/1893	Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo.
Decreto 204A de 12/09/1893	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos da bacia do ribeirão do Ipiranga necessárias para o desenvolvimento do abastecimento de água da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 207 de 18/09/1893	Reúne em uma só divisão as terceiras e quartas divisões auxiliares da Repartição dos Serviços Técnicos de Água e Esgotos da Capital e dá outras providências.
Decreto 209 de 28/09/1893	Abre à Secretaria de Agricultura um crédito especial de 800\$000, para despesas com obras de saneamento do Estado.
Decreto 213 de 03/11/1893	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, os terrenos próximos ao Largo do Arouche, nesta Capital, precisos para as obras complementares dos esgotos dos bairros de Santa Cecília e Campos Elíseos.
Lei 239 de 4/09/1893	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1894.
Decreto 214 de 04/11/1893	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos na Serra da Cantareira, necessários para o aumento dos mananciais do abastecimento de água da Capital.
Decreto 215 de 07/11/1893	Abre a Secretaria da Agricultura um crédito especial de 214:549\$663 para pagamento à Companhia Cantareira do restante do preço arbitrado pela respectiva encampação.
Decreto 239 de 04/11/1893	Orçamento de 1894.
Decreto 219 de 30/11/1893	Aprova o regulamento para o serviço geral de desinfecções.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 220 de 02/12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 1.089:800\$000 para ocorrer as despesas com as obras de saneamento do Estado.
Decreto 221 de 02/12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 2.000:000\$000 para continuação de desenvolvimento do abastecimento de água e esgotos da Capital.
Decreto 225 de 28 /12/1893	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 130:000\$000 para a construção, no quartel da Luz, das dependências precisas para o hospital da Força Pública.
Decreto 232A de 01/03/1894	Transfere saldos das verbas em que houve sobra, para outras em que houve déficit: abre um crédito especial de 61:889\$924 para saldar a despesa com a organização do serviço de assistência pública, no exercício de 1893 e passa para i exercício de 1894o saldo dos créditos abertos para o exercício de 1893.
Decreto 233 de 02/03/1894	Estabelece o Código Sanitário.
Decreto 234 de 03/03/1894	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 600:000\$000 para continuação das obras de saneamento do Estado.
Lei 270 de 01/06/1894	Equipara os vencimentos do médico da penitenciária aos dos médicos do Hospital de Alienados.
Lei 282 de 05/07/1894	Autoriza a abertura de créditos especiais á Secretaria da Agricultura, até a quantia de 6.531:623\$890, para ocorrer aos serviços de saneamento, água e esgotos da Capital e ao pagamento de obras autorizadas em exercícios anteriores.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 299 de 21/07/1894	Aumenta os vencimentos dos médicos da repartição Central da Polícia
Lei 310 de 24/07/1894	Orça a receita e fixa a despesa para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1895.
Decreto 248 de 26/07/1894	Aprova o regimento interno das escolas públicas, organizado pelo conselho Superior, de acordo com o art. 17 §1º do citado regulamento e assinado pelo Dr.Secretário dos Negócios do Interior.
Decreto 250 de 28/07/1894	Abre no Tesouro do Estado um crédito suplementar para o pagamento do acréscimo dos vencimentos do médico da Penitenciária.
Decreto 257 de 10/09/1894	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado um terreno necessário para o fecho da quadra destinada à construção do Hospital Militar.
Decreto 266 de 31/10/1894	Dá regulamento para os Hospitais de Isolamento.
Decreto 17/11/1894	Dá regulamento para o Laboratório de Análises Químicas
Lei 320 de 12/06/1895	Autoriza o Governo a abrir um crédito suplementar de 2.500:000\$000, no corrente exercício, à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, para continuação das obras de desenvolvimento de abastecimento de água a rede de esgotos da Capital.
Lei 335 de 22/07/1895	Concede o prazo de dois anos para serem extraídas as loterias já autorizadas.
Lei 345 de 13/08/1895	Autoriza o Governo a criar um “Instituto Pasteur” e um Instituto para o tratamento da difteria pelo processo de Roux.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 311 de 20/09/1895	Dá regulamento ao serviço de loterias no Estado de São Paulo.
Lei 380 de 23/09/1895	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1º de Janeiro a 31 de Dezembro de 1896.
Decreto 313 de 26/09/1895	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 1.000:000\$000, para aquisição do material preciso para canalização de águas e esgotos nas cidades do interior.
Decreto 337 de 17/02/1896	Declara de utilidade pública os terrenos pertencentes ao Banco União e Dr. Ramos de Azevedo, situados nas Ruas Pires da Mota e Oliveira, nesta Capital, para serem desapropriados com destino à construção do Instituto Pasteur e Roux.
Decreto 338 de 29/02/1896	Transfere saldos das verbas em que houve sobra, para outras em que houve déficit: abre um crédito na importância de 1.327:297\$440 e transporta para o exercício de 1896 os saldos dos créditos especiais pertencentes ao exercício de 1895.
Decreto 346 de 25/03/1896	Dá regulamento para a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 348 de 06/04/1896	Dá regulamento à Força Pública do Estado.
Decreto 349 de 06/04/1896	Dá regulamento ao Hospital da Força Pública do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 388 de 17/06/1896	Eleva a 6:000\$000 réis anuais os vencimentos do médico da Agência Oficial de Imigração, em Santos..
Lei 391 de 17/06/1896	Autoriza o Governo a abrir, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 7.196:280\$868 (para ocorrer as obras de abastecimento de água às localidades do interior do Estado.)
Lei 394 de 17/06/1896	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura um crédito de 2.500:000\$000 (para ocorrer, no atual exercício, às despesas com desenvolvimento e custeio do abastecimento de água e da rede de esgotos da Capital).
Lei 395 de 17/06/1896	Autoriza o Governo em favor abrir à Secretaria da Agricultura, um crédito 9.000:000\$000 (para o corrente exercício, ocorrer as despesas com as obras do saneamento da Capital, Santos e Campinas.)
Decreto 366 de 27/07/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 7.196:280\$868 para ocorrer as despesas com as obras de abastecimento de água às localidades do interior do Estado.
Decreto 368 de 27/06/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar da quantia de 2.500:000\$000, para ocorrer no atual exercício, às despesas com o desenvolvimento e custeio de abastecimento de água e da rede de esgotos da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 369 de 27/06/1896	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar da importância de 9.000:000\$000, para, no corrente exercício, ocorrer às despesas com as obras de saneamento da Capital, Santos e Campinas.
Decreto 376 de 21/07/1896	Dá regulamento a Hospedaria de Imigrantes da Capital.
Lei 418 de 24/06/1896	Autoriza a organização de uma Repartição especial que se incumba de fiscalização das estradas de ferro e dos serviços de outras empresas, sujeitas à sua inspeção, e a reorganização da Superintendência de Obras Públicas, da Repartição Técnica de Águas e Esgotos da Capital e da Comissão de Saneamento do Estado.
Lei 421 de 27/07/1896	Autoriza o Governo a promover a execução das obras necessárias ao saneamento da Capital, Santos, Campinas e demais localidades do Estado, que tiverem sido acometidas pela epidemia, e bem assim daquelas em que, por sua proximidade de pontos afetados, ou pela densidade de sua população, devem ser realizadas tais obras.
Lei 427 de 31/07/1896	Sobre o pessoal do Hospício dos Alienados compõem-se de um escrivão e dois médicos.
Lei 430 de 01/08/1896	Suprime o cargo de diretor geral da instrução pública e a respectiva secretaria e autoriza o Governo a reformar a secretaria do Interior

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 432 de 03/08/1896	Reorganiza o Serviço Sanitário.
Lei 439 de 05/08/1896	Eleva a 1:440\$000 anuais os vencimentos do enfermeiro e a 1:200\$000 anuais os de ajudantes empregados na enfermaria da Penitenciária do Estado.
Decreto 384 de 09/09/1896	Cria uma comissão encarregada das obras de saneamento do Estado e dá outras providências.
Decreto 388 de 18/09/1896	Providencia sobre a organização do pessoal para execução das obras de saneamento da Capital.
Decreto 389 de 18/09/1896	Reorganiza a Superintendência de Obras Públicas.
Decreto 392 de 03/10/1896	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno necessário para o serviço do Tramway da Cantareira, compreendido entre a linha do referido Tramway e a estrada pública, nas imediações da estação do Tremembé.
Decreto 193 de 03/10/1896	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, o terreno necessário para canalização do rio Tietê, no lugar denominado Osasco onde está situada a estação do mesmo nome.
Decreto 394 de 07/10/1896	Aprova o Regulamento do Serviço Sanitário.
Decreto 395 de 07/10/1896	Dá regulamento à repartição de polícia do Estado.
Decreto 400 de 06/11/1896	Aprova o Regimento interno das escolas complementares do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 406 de 18/11/1896	Declara de utilidade pública para a desapropriação os terrenos pertencendo ao cidadão João B.dos Santos, precisos para canalização de água para o abastecimento da cidade de Guaratinguetá, compreendendo a área total de 1.431.784,5 metros quadrados ou 56 alqueires e 16 centímetros.
Decreto 410 de 26/11/1896	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área 3.744 metros quadrados pertencentes a Eduardo M. Morante e a sua mulher D. Emilia M. Monteiro e 5040 metros quadrados pertencentes ao major Manoel A. de Mattos e sua mulher Fausta de A. Mattos, precisos para construção de dois reservatórios para o abastecimento de água da cidade de São Carlos do Pinhal.
Decreto 412 de 02/12/1896	Aprova o regulamento dos hospitais de isolamento do Estado.
Decreto 413 de 10/12/1896	Fixa os meses da reunião do júri nas comarcas do Estado, com exceção da Capital, Santos e Campinas, para regularizar-se a substituição dos juízes de direito.
Lei 471 de 22/12/1896	Reforma a secretaria da agricultura, comércio e obras públicas.
Lei 490 de 29/12/1896	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1897.
Decreto 420 de 05/01/1897	Dá regulamento à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Decreto 424 de 16/01/1897	Reorganiza a repartição fiscal de Águas da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 425 de 27/01/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos necessários para o abastecimento de água à cidade de Jaú.
Decreto 437 de 20/03/1897	Dá regulamento à Brigada Policial do Estado.
Decreto 440 de 22/03/1897	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos ao Sul dos Outeirinhos em Santos, pertencentes a diversos e necessários para construção da casa de máquinas e forno de incineração do lixo.
Decreto 444 de 03/04/1897	Dá regulamento sobre a renda neste Estado de bilhetes de loterias dos outros Estados da União.
Decreto 448 de 10/04/1897	Transfere saldo das verbas em que houve sobra para as outras em que houve déficit, na secretaria do Interior, transfere para o exercício 1897, a saldos dos créditos especiais abertos no exercício de 1896 e abre crédito suplementar para saldar o déficit em diversas rubricas da secretaria do Interior no exercício de 1896.
Decreto 449 de 12/04/1897	Declara de utilidade pública para ser desapropriado o terreno necessário para estufa e suas dependências do depósito sanitário na cidade de São Carlos do Pinhal.
Decreto 450 de 12/04/1897	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados, os terrenos nas cabeceiras de Cachoeirinhas da cidade de Rio Claro e necessários abastecimento de água àquela cidade.
Lei 495 de 30/04/1897	Regula a concessão de licenças aos funcionários públicos ou empregados. Nenhuma licença será concedida senão por motivo de moléstia que impossibilite do exercício do cargo, ou a qualquer motivo atendível a juízo do Governo.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 459 de 21/06/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área 1.497.800 metros quadrados pertencentes aos cidadãos Antonio G. de França Guimarães e Manoel B. de Freitas, precisos para a execução de abastecimento de água na cidade de Lorena.
Decreto 460 de 05/07/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área total 2.478.439 metros quadrados pertencentes aos cidadãos José Prado, herdeiros de José da Cruz Pereira, Estanislau de Queiroz e Joaquim Gonçalves, precisos para a captação e utilização das águas baixas do Engordador, na Serra da Cantareira.
Decreto 467 de 29/07/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 2.12.434 metros quadrados 90 ou 83 alqueires, 443 pertencentes aos herdeiros de Joaquim Pinheiro e ao Dr. Basílio Machado, precisos para a captação do córrego do Pinheirinho na Serra da Cantareira.
Decreto 468, de 07/08/1897	Modifica parte do Decreto 460 de 05/07/1897 que declarou de utilidade pública para serem desapropriados pelo Estado terrenos necessários para a captação e utilização das águas baixas do Engordador na Serra da Cantareira.
Lei 517 de 17/08/1897	Autoriza a abertura de créditos suplementares à Secretaria da Agricultura.
Decreto 473 de 24/08/1897	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito suplementar de 2.801:207\$720 à verba de saneamento de Santos, Campinas e Interior do Estado, do orçamento vigente.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 523 de 30/08/1897	Fixa a despesa e orça a receita para (o ano financeiro de 1° de Janeiro a 31 de Dezembro de) 1898.
Decreto 476 de 31/08/1897	Declara de utilidade pública terrenos preciso para o reservatório do Cambuci.
Decreto 479 de 17/09/1897	Declara de utilidade pública para a desapropriação os terrenos com a área de 111.320 metros quadrados ou 4 alqueires 6 pertencentes aos cidadãos Manuel B. Campos, Joaquim B. Campo e d. Francisca B. Campos, precisos para a execução do serviço de abastecimento de água à cidade de Pirassuninga.
Decreto 487 de 05/10/1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 5 alqueires. 214 pertencentes ao Dr. Francisco R. Jordão e precisos para a execução do serviço de abastecimento de água à cidade de Limeira.
Decreto 491 de 22 de 10/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos com área de 72.710 metros quadrados, pertencentes ao cidadão Bartholomeu R. Funchal e precisos para abertura do canal de retificação do rio Tietê e instalação das máquinas à elevação dos materiais de esgotos.
Decreto 500 de 18/11 de 1897	Declara de utilidade pública para desapropriação os terrenos com a área de 5.554.913 metros quadrados pertencentes a diversos, precisos para a execução do serviço de abastecimento de água na cidade de São Carlos do Pinhal.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 501 de 26/11/1897	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos com a área de 163 metros quadrados ocupados pelo cidadão Joaquim F. de Carvalho e necessários para a abertura de um trecho de canal no rio Tietê.
Decreto 506 de 21/12/1897	Aprova, com restrições, as plantas apresentadas pela City de Santos Improvements Company Limited, para o novo abastecimento e distribuição de água à cidade de Santos.
Decreto 538 de 28/04/1898	Transfere saldos das verbas em houver sobra para as outras em que houver difícil, abre um crédito suplementar de 1.454:751\$723 e transporta para o exercício de 1898 os saldos dos créditos especiais pertencentes ao exercício de 1897.
Decreto 548 de 18/04/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas as obras de saneamento da Capital.
Decreto 551 de 23/04/1898	Aprova com restrição a planta apresentada pela “City of Santos Improvements Company”, para execução do novo reservatório de abastecimento de água de Santos, constantes do parecer da Comissão de Saneamento do Estado.
Decreto 566 de 09/06/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas o serviço de conservação e custeio do abastecimento de água e rede de esgotos da Capital e do Tramway da Cantareira.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 565 de 09/06/1898	Dissolve a comissão encarregada dos serviços de saneamento básico do Estado.
Decreto 566 de 09/06/1898	Desanexa da Superintendência de Obras Públicas o serviço de conservação e custeio do abastecimento de água da rede de esgotos da Capital e do Tramway da Cantareira.
Decreto 567 de 09/06/1898	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos precisos para captação das águas do Cambussú, na Serra da Cantareira, nesta Capital.
Lei 563 de 20/06/1898	Autoriza a abertura de crédito suplementar à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.
Lei 546 de 02/08/1898	Declara nulo e de nenhum efeito o ato da Câmara Municipal de Santa Cruz das Palmeiras, que proibiu a entrada de gêneros, bagagens e mercadorias provenientes de localidades infeccionadas.
Lei 557 de 18/08/1898	Aprova os Decretos ns. 565 e 566, de 9 de junho de 1898, que dissolveram a comissão de Saneamento do Estado e desanexaram da Superintendência de Obras Públicas diversos serviços.
Decreto 583 de 25/08/1898	Declara de utilidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, os terrenos necessários à captação do manancial que abastece de água potável à seção agrícola do Asilo de Alienados em Juqueri.
Lei 594 de 05/09/1898	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1899.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 631A de 31/12/1898	Dá organização à Colônia de Alienados do Juqueri.
Decreto 636 de 21/01/1899	Suprime o cargo de almoxarife do Hospital de Isolamento da Capital.
Decreto 660A de 25/04/1899	Abre um crédito suplementar de 841:929\$047 para saldar o difícil verificado do exercício de 1898 e transfere os saldos das verbas em que houve sobra para outras em que houve déficit
Decreto 680 de 02/06/1899	Suprime o lugar de médico da Colônia Sucursal de Alienados em Juqueri.
Decreto 681 de 28/06/1899	Suprime o lugar de veterinário do Instituto Vacinogênico.
Lei 662 de 06/09/1899	Desmembra do município de Juqueri e anexa ao da Capital a fazenda Crissiuma e o Hospício de Alienados.
Lei 665 de 06/09/1899	Concede regalias à Escola Livre de Farmácia desta Capital.
Lei 669 de 09/09/1899	Eleva os vencimentos dos médicos do Hospício de Alienados e dos diretores da Escola Normal, Ginásio da Capital e Hospedaria dos Imigrantes.
Lei 673 de 09/09/1899	Regula o Serviço de Introdução de Imigrantes no Estado
Lei 686 de 16/09/1899	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1900.
Decreto 714 de 07/10/1899	Autoriza a inauguração do novo abastecimento de água da cidade de Santos.
Decreto 708 de 18/09/1899	Dá regulamento para a instalação domiciliar de esgotos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 668 de 06/09/1899	Extingue o lugar de parteira enfermeira da Hospedaria de Imigrantes e dá outras providências.
Decreto 780 de 26/04/1900	Aprova o regulamento que com este baixa para a execução da Lei n. 665, de 06/09/1899. Regulamenta Escola Livre de Farmácia.
Lei 693 de 09/05/1900	Autoriza a abertura de um crédito suplementar de 120:000\$000 à Secretaria da Agricultura, para conclusão do Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 694 de 09/05/1900	Autoriza a abertura de um crédito especial de 550:000\$000 à Secretaria da Agricultura, para o Serviço de abastecimento de água na cidade de Sorocaba.
Decreto 782 de 15/05/1900	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 120:000\$000, para a conclusão do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 783 de 15/05/1900	Abre no Tesouro do Estado, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito especial de 550:000\$000, para ao serviço de abastecimento de água da cidade de Sorocaba.
Lei 709 de 27/08/1890	Autoriza a abrir, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 100:000\$000 para as obras de saneamento de Santos.
Lei 721 de 03/10/1900	Autoriza um crédito suplementar de 504:447\$555 à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para ocorrer às despesas com as obras de saneamento da cidade de Sorocaba.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 728 de 24/10/1900	Autoriza o Governo a reorganizar a Superintendência de Obras Públicas.
Lei 729 de 25/10/1900	Autoriza Governo a abrir, no presente exercício, à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mais um crédito suplementar de 250:000\$000 para as obras de Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 758 de 17/11/1900	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1901.
Decreto 851 de 27/11/1900	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 100:000\$000 à obra da segunda parte do parágrafo 10º artigo 5º o orçamento vigente, para as obras de saneamento de Santos.
Decreto 838 de 03/12/1900	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito suplementar de 2500:000\$000 para as obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 854 de 03/12/1900	Abre um crédito suplementar de 504:447\$555 para as despesas com as obras de saneamento de Sorocaba.
Decreto 868 de 10/01/1901	Reorganiza a Superintendência de Obras Públicas de conformidade com a autorização da Lei 728 de 24 de Outubro último.
Decreto 878 de 23/02/1901	Declara sem efeito o Decreto n.204A, de 12 de Setembro de 1893, na parte em que desapropriou, na bacia do Ipiranga, 1.612.000 metros quadrados de terrenos pertencentes ao finado Felício Antônio Mariano Fagundes, e declara de utilidade pública, para serem desapropriados, 232.041 metros quadrados de terrenos, pertencentes aos herdeiros do mesmo finado, na bacia referida.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 878A de 23/01/1901	Dá organização ao Instituto Serumterápico.
Decreto 880 de 28/02/1901	Transfere para o exercício de 1901, os saldos existentes nos créditos para a instalação do Registro Público de Terras e para as obras de saneamento de Sorocaba.
Lei 767 de 27/05/1901	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria do Interior um crédito suplementar de 500:000\$000 à verba “socorros públicos” consignada na Lei do orçamento vigente.
Lei 778 de 28/06/1901	Extingue a secretaria do Estado dos negócios da Justiça e das outras providências.
Lei 787 de 15/07/1901	Autoriza o Governo a abrir o crédito necessário para ocorrer às despesas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 927 de 15/07/1901	Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um crédito extraordinário de 24:085\$230 para ocorrer ao pagamento de despesas feitas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 927A de 26/07/1901	Abre à Secretaria de Estados dos Negócios do Interior um crédito extraordinário de 24:085\$230 para ocorrer ao pagamento de despesas feitas com as epidemias de Tietê, Iguape e Caconde.
Decreto 937 de 29/08/1901	Dá regulamento ao Hospício e Colônia Agrícola de Alienados de Juqueri.
Decreto 943 de 14/09/1901	Manda observar o regulamento da Secretaria de Estado dos Negócios de Interior e da Justiça.
Lei 817 de 08/11/1901	Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1902.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 982 de 07/12/1901	Dá regulamento para cobrança do imposto predial e taxa de esgotos no município da Capital.
Decreto 983 de 09/12/1901	Autoriza à Companhia de Estrada de Ferro de Araraquara a abrir ao tráfego público provisório o trecho de sua linha férrea entre Santa Ernestina e Ribeirãozinho.
Decreto 994 de 10/01/1902	Dá regulamento para execução das obras públicas do Estado.
Lei 826 de 22/08/1902	Autoriza a abertura de um crédito especial de seiscentos contos de réis de (600:000\$000) a Secretaria da Agricultura para ocorrer no presente exercício à execução do Serviço de esgotos da cidade de Santos.
Lei 841 de 03/09/1902	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito suplementar de 300:000\$000 para conclusão das obras ao Hospício de Alienados do Juqueri.
Decreto 1.053 de 10/10/1902	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Tesouro do Estado, o crédito suplementar de 300:000\$000 para conclusão das obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Decreto 1.070 de 20/11/1902	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, um terreno anexo ao Hospital de Isolamento, na cidade de Santos, para dependências do referido hospital.
Decreto 1.075 de 09/12/1902	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas o crédito especial de 60:000\$000 para ocorrer ao presente exercício do serviço de esgotos da cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 861A de 16/12/1902	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1903.
Decreto 1.077 de 23/12/1902	Cria a Comissão der Saneamento de Santos.
Decreto 1.094 de 21/01/1903	Modifica o § único, do artigo 2º, do Decreto n. 1.077, de 23 de Dezembro de 1902, que criou a Comissão de Saneamento de Santos.
Decreto 1.166 de 14/09/1903	Reorganiza a Repartição de Água e Esgotos.
Lei 872 A de 03/09/1903	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas o crédito da quantia de 75:114\$324 para pagamento de material para obras e abastecimento de água e rede de esgotos nas localidades do interior do Estado durante o ano de 1903.
Lei 896 de 30/11/1903	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o exercício de primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1904.
Lei 897 de 30/11/1903	Dispõe sobre a Escola Livre de Farmácia.
Decreto 1.216 de 27/04/1904	Aprova e manda observar o regimento interno dos grupos escolares e das escolas modelo.
Lei 909 de 06/07/1904	Autoriza o Governo a abrir à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas um crédito da quantia de 1.240:890\$287 para ocorrer ao pagamento de salários a trabalhadores e outras despesas, inclusive o material destinado ao abastecimento de água e esgotos da Capital e interior.
Decreto 1.228 de 27/07/1904	Abre o crédito suplementar de 1.240:890\$287 para o pagamento de salários a trabalhadores, aluguéis, transportes e mais despesas, inclusive o material destinado ao abastecimento de água e esgotos da Capital e interior.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 936 de 17/08/1904	Fixa a despesa e orça a receita do Estado para o ano de 1905.
Decreto 1.253 de 28/11/1904	Aprova e manda observar o regimento interno dos grupos escolares.
Decreto 1.254 de 03/12/1904	Dá regulamento para a cobrança da taxa de esgotos na cidade de Santos.
Decreto 1.255 de 17/12/1904	Proíbe a entrada de Tracomatosos.
Decreto 1.275 de 15/03/1905	Abre crédito especial de 1.000:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.276 de 15/03/1905	Abre o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para despesas com as obras de construção do coletor geral e da nova rede de esgotos de Santos.
Decreto 1.294 de 19/07/1905	Aprova e manda observar o regulamento para o serviço de inscrição das amas de Leite na Capital.
Decreto 1.295 de 01/08/1905	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito de 300:000\$000 para a construção de barragens nos vales do Engordador e do Guaraú, para o aumento do abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.301 de 23/08/1905	Cria a Comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Águas da Capital e transfere para a Inspetoria de Estradas de Ferro e Navegação o Tramway da Cantareira.
Lei 954 A de 11/09/1905	Aprova o Decreto n.1.295 de 1º de Agosto de 1905, que abriu um crédito de 300:000\$000 à Secretaria da Agricultura.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.325 de 31/10/1905	Declara de necessidade pública para serem desapropriados pelo Estado, terrenos em Santos, necessários para o estabelecimento da estação das bombas de elevação dos esgotos de Santos.
Lei 969 de 01/12/1905	Autoriza a abertura de um crédito de 80:000\$000, à Secretaria da Fazenda, para pagamento de subvenção à Escola de Farmácia.
Lei 969 de 01/12/1905	Concede favores à Escola de Comércio e Escola de Farmácia desta capital.
Decreto 1.336 de 27/12/1905	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no município desta Capital e necessários para o aumento de seu abastecimento de água.
Lei 984 de 29/12/1905	Fixa a despesa e orça a receita para o ano financeiro de 1906.
Decreto 1.342 de 22/01/1906	Abre o crédito especial de 150:000\$000, para as despesas com a turma de trabalhadores em serviço de extinção de gafanhotos.
Decreto 1.343 de 27/01/1906	Divide o território do Estado em distritos sanitários e dispõe a respeito da polícia sanitária.
Decreto 1.344 de 05/02/1906	Abre, à Secretaria da Fazenda, um crédito especial de 80:000\$000 para pagamento à Escola de Farmácia do restante da subvenção constante da Lei de orçamento do exercício de 1905.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.346 de 08/02/1906	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos adjacentes à linha adutora das águas do Cabuçú.
Decreto 1.349 de 23/02/1906	Dá regulamento às Leis ns. 522 de 26 de Agosto de 1897 e 979 de 23 de Dezembro de 1905, e consolida as disposições vigentes relativas ao serviço policial do Estado, às atribuições das respectivas autoridades e aos processos policiais.
Decreto 1.360 de 01/05/1906	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, no Tesouro do Estado, o crédito de 1.000:000\$000, para ocorrer às despesas com as obras dos esgotos de Santos.
Decreto 1.366 de 25/05/1906	Abre mais um crédito de 1\$000.000 para as despesas com o abastecimento de água da Capital.
Lei 995 de 13/08/1906	Aprova o ato do poder executivo pelo qual foi aberto um crédito de 500:000\$00, para as despesas com o serviço de colonização e imigração.
Lei 998 de 18/08/1906	Institui o “Montepio dos Magistrados”
Lei 997 de 20/08/1906	Muda para o de “Piracaia” o nome do município e comarca de Santo Antônio da Cachoeira.
Decreto 1.395 de 03/09/1906	Cria, na Diretoria do Serviço Sanitário, o serviço de profilaxia e tratamento do Tracoma.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.403 de 25/09/1906	Abre mais um crédito especial de 1.000:000\$000, para as despesas com as obras de abastecimento de água da Capital.
Lei 1.007A de 01/10/1906	Aprova o ato do Poder Executivo, constante do Decreto 1.342, que abriu o crédito de 150:000\$000, para as despesas com a extinção de gafanhotos.
Lei 1.007 B de 01/10/1906	Aprova o ato do Poder Executivo, constante do Decreto 1.389 de 14 de Agosto de 1906, que abriu à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito especial de 90:000\$000, para as despesas com a exploração dos rios Peixe, Ribeira e Juqueri-querê.
Circular de 22/10/1906	Cria a profilaxia escolar do Tracoma em São Paulo.
Lei 1.022A de 19/11/1906	Aprova os Decretos ns. 1398 e 1403, que abrem crédito no tesouro à Secretaria da Agricultura.
Decreto 1.421 de 21/11/1906	Abre um crédito especial de 767:150\$192, para as despesas com as obras de abastecimento de água da Capital.
Lei 1.033 de 17/12/1906	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a extinção de gafanhotos.
Decreto 1.423 de 19/12/1906	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, na forma da Lei, o lote n.22, da linha Dr. Bernardino de Campos, no Núcleo Colonial São Bernardo, de propriedade de Aniello Losco e necessário para o serviço de abastecimento de água à cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 1.038 de 19/12/1906	Dispõe sobre a organização municipal.
Lei 1041 de 22/12/1906	Autoriza o Governo a abrir, à Secretaria do Interior, dois créditos, sendo um de 200:000\$000, para aquisição do prédio onde funciona o Seminário das Educandas e outro de 190:000\$000, para despesas no Hospício.
Lei 1.038 B de 19/12/1906	Aprova o Decreto que abriu à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 767:150\$192, para despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.045 C de 27/12/1906	Complementou as disposições fixadas pelo Decreto 1.255 de 17 de Dezembro de 1904, estabelecendo multas aos introdutores de imigrantes afetados de Tracomatosas.
Decreto 1.427B de 27/12/1906	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos adjacentes à linha adutoras das águas do Cabuçu.
Lei 1.059 de 28/12/1906	Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o exercício do ano financeiro de Primeiro de Janeiro a 31 de Dezembro de 1907.
Decreto 1.427A de 31/12/1906	Abre à Secretaria da Agricultura um crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer às despesas com a extinção de gafanhotos.
Decreto 1.433 de 14/01/1907	Abre no Tesouro do Estado à Secretaria do Interior, um crédito especial de 190:000\$000, para aumento da área da Colônia de Alienados de Juqueri.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.438 de 14/02/1907	Regulamento para a Colônia Correccional.
Decreto 1.439 de 15/01/1907	Aprova o regulamento do Laboratório Farmacêutico do Estado.
Decreto 1.442 de 20/02/1907	Abre o crédito especial de 2.000:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.453 de 05/04/1907	Abre crédito suplementar de 1.100:668\$606 para saldar o déficit unificado no exercício de 1906.
Decreto 1.455 de 10/04/1907	Abre à Secretaria da Agricultura o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para as obras de saneamento de Santos.
Decreto 1.457 de 10/04/1907	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pela Companhia Campineira de Água e Esgotos, terrenos pertencentes ao coronel Floriano Antônio de Moraes e a Ignácio P. da Silva.
Decreto 1.459 de 10/04/1907	Fixa a despesa e orça a receita do Estado, para o Estado, para o ano financeiro de 1°. De Dezembro de 1907.
Decreto 1.460 de 10/04/1907	Organiza o Posto Zootécnico Central na Capital do Estado.
Lei 1.069 de 09/08/1907	Autoriza o Governo a auxiliar com a quantia de 30:000\$000, as despesas da reunião do sexto Congresso de Medicina e Cirurgia nesta Capital.
Decreto 1.504 de 26/08/1907	Dá regulamento para o Hospício e Colônia Agrícola de Alienados de Juqueri.
Lei 1.077 de 31/08/1907	Aprova diversos Decretos do poder executivo sobre abertura de créditos à Secretaria da Agricultura.
Decreto 1.505 de 31/08/1907	Reorganiza o Diário Oficial do Estado.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.506 de 31/08/1907	Abre no Tesouro do Estado um crédito especial de 30:000\$000 para auxiliar às despesas da reunião do 6º Congresso de Medicina e Cirurgia, nesta Capital.
Lei 1.123 de 30/12/1907	Autoriza o Governo a mandar fazer o serviço de água e esgotos da cidade de Pirajú e a mandar construir um edifício, para grupo escolar, em Fartura
Lei 1.129 de 02/09/1907	Aprova os Decretos ns. 1501, 1514, 1519 e 1520, de 1907, relativos a créditos abertos à Secretaria da Agricultura, comércio e obras públicas.
Decreto 1.509 de 04/09/1907	Dá regulamento à Repartição de Águas e Esgotos, e cria o laboratório de análises químicas e bacteriológicas das águas de abastecimento, anexo.
Decreto 1.519 de 31/10/1907	Abre crédito especial de 4.000:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.521 de 07/11/1907	Declara extinta a Comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Água da Capital e providencia sobre a direção e fiscalização das obras ainda em andamento.
Decreto 1.530 de 20/11/1907	Declara de utilidade pública, para desapropriação, os terrenos precisos para captação de água e respectiva adução à estação Ilha Grande, da Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 1.531 de 27/11/1907	Abre à Secretaria da Agricultura mais um crédito suplementar de 300:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.

Dispositivo Legal	Ementa
Lei 1.117 de 27/12/1907	Orçamento de 1908.
Decreto 1.551 de 27/12/1907	Declara de utilidade pública para desapropriação, terrenos no município de São Vicente destinados ao estabelecimento depurador dos esgotos de Santos e São Vicente.
Decreto 1.579B de 29/02 de 1908	Aprova os regulamentos e programas dos cursos de Zootecnia e Higiene Animal, Alveitaria e Laticínios, bem como as instruções para o funcionamento dos livros genealógicos “Stud-books” e “Herd-books”, das Escolas do Posto Zootécnico Central, conforme o determinado nos artigos 4º e 9º do Decreto n.1.460, de 10 de Abril de 1907, que organizou o aludido Posto Zootécnico.
Decreto 1.579C de 29/02/1908	Transfere para o exercício de 1908 o saldo do crédito especial à Secretaria da Agricultura, em 1906, para o serviço de extinção de gafanhotos.
Decreto 1.580 de 11/03/1908	Transfere para o corrente exercício o saldo do crédito aberto pelo Decreto n1. 433, de 14 de Janeiro de 1907.
Decreto 1.582 de 19/03/1908	Abre o crédito especial de 500:000\$000 para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.583 de 19/03/1908	Declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no alto da Mooca, destinados ao reservatório que servirá para o novo abastecimento de água do Belenzinho.
Decreto 1.589 de 08/04/1908	Manda anexar à Repartição de Água e Esgotos da Capital o serviço de conclusão das obras novas iniciadas pela comissão de Obras Novas de Saneamento e Abastecimento de Água da Capital.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.593 de 08/04/1908	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito suplementar de 1.000:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.629 de 22/06/1908	Dissolve a Comissão de Profilaxia e Tratamento do Tracoma.
Decreto 1.611 de 12/05/1908	Abre o crédito especial de 500:000\$000, para a continuação das obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.640 de 23/07/1908	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, o crédito suplementar de 1.000:000\$000 para continuação das obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.642 de 31/06/1908	Abre o crédito especial de 1.000:000\$000, para a continuação das obras do saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.129 de 02/09/1908	Aprova os Decretos ns. 1.501, 1.514, 1.519 e 1.520, de 1907, relativos a créditos abertos à Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas.
Decreto 1.659 de 12/09/1908	Declara de utilidade pública, para ser desapropriado, na forma da Lei, o lote rural n. 12, da linha Dr. Bernardino de Campos, do ex-núcleo colonial de São Bernardo, de propriedade de Eduardo Todtli e necessário para o serviço de abastecimento de água à cidade de Santos.
Decreto 1.678 de 30/10 de 1908	Abre à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um crédito suplementar de 150:000\$000 para ocorrer as despesas referentes ao sustento e vestuário dos doentes recolhidos ao Hospício de Alienados.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.687 de 23/12/1908	Abre mais um crédito de 200:000\$000, suplementar à verba do § 8º artigo 6º do Orçamento vigente.
Decreto 1.688 de 23/12/1908	Abre mais um crédito especial de 400:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Lei 1.160 de 29/12/1908	Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1909.
Lei 1.163 de 30/12/1908	Concede subvenção para a fundação de sanatórios destinados ao tratamento de tuberculosos.
Decreto 1.618 de 23/03/1909	Retificando o Decreto n. 1.583 de 19 de Março de 1908, declara de necessidade pública, para serem desapropriados pelo Estado, terrenos situados no alto da Mooca, destinados ao reservatório que servirá para o novo abastecimento de água do Belenzinho.
Decreto 1.729 de 27/04/1909	Abre à Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o crédito suplementar de 1.000:000\$000, para as obras de saneamento da cidade de Santos.
Decreto 1.751 de 15/07/1909	Declara de utilidade pública para ser desapropriado pelo Estado o prédio n.45 da Rua de Santo Antônio, em Santos, necessário para o saneamento do beco 24 de Maio e reconstrução das galerias pluviais e dos esgotos que passam por baixo do referido prédio.
Lei 1.167 de 27/09/1909	Autoriza a abertura de um crédito especial de 120:000\$000, para conclusão de obras do Hospício de Alienados de Juqueri.

Dispositivo Legal	Ementa
Decreto 1.781 de 29/10/1909	Créditos Suplementares.
Decreto 1.798 de 22/11/1909	Abre no Tesouro do Estado um crédito de 120:000\$000, para conclusão de obras do Hospício de Alienados de Juqueri.
Lei 1.134 de 07/10/1908	Regula o exercício das profissões de farmacêutico, dentista e parteira.
Decreto 1.803 de 17/12/1909	Abre mais um crédito especial de 150:000\$000, para as despesas com as obras de saneamento e abastecimento de água da Capital.
Decreto 1.804 de 17/12/1909	Declara de utilidade pública o lote rural n.29, da linha Dr. Bernardino de Campos, do ex-núcleo colonial S. Bernardo.
Lei 1.190 de 22/12/1909	Cria a “Caixa Beneficente dos funcionários Públicos” do Estado de São Paulo.
Lei 1.197 de 29/12/1909	Orça a receita e fixa despesa para o exercício de 1910
Decreto 1.852 de 06/03/1910	Declara de utilidade pública, para desapropriação o terreno com área de 3651 metros quadrados, necessário ao serviço de abastecimento de água à estação Guaíra, na Estrada de Ferro Sorocabana.
Decreto 1.874 de 18/05/1910	Abre um crédito de 1.000:000\$000 suplementar à verba do §9º artigo 6º do orçamento vigente, para as despesas com as obras de desenvolvimento de esgotos da Capital.
Decreto 1.884 de 07/06/1910	Reorganiza a Secretaria do Interior e dá-lhe regulamento.

Resenha crítica

EDMONDSON, Ray. *Filosofia e princípios dos arquivos audiovisuais*. Paris: UNESCO, 2004.

Priscila de Almeida Xavier¹

Os arquivos audiovisuais, no caso de instituições que lidam diretamente com documentações, têm suas especificidades de princípios, normas e conservação. Pensando que, durante todo o século XX, vimos uma explosão tecnológica dos meios audiovisuais, entendidos aqui entre outras definições, como obras que contenham imagens e sons reproduzíveis, integrados a um suporte, a área de arquivo audiovisual ainda é insuficientemente estudada e restrita a poucos profissionais no mundo todo.

Ray Edmondson nos coloca a questão da identidade de um arquivo audiovisual e de seus profissionais, pensando em uma teoria e filosofia da área. Sua publicação foi a primeira nesse sentido. Utilizou seus estudos e experiências na área, tanto na Austrália, seu país de origem onde atuou como arquivista de audiovisual, quanto em participações em congressos, cursos e cargos nas federações internacionais, responsáveis por unificar a área de arquivos audiovisuais. Sua publicação está sob os auspícios da UNESCO, em seu comitê de arquivos, uma unidade internacional para pensar os arquivos audiovisuais. Embora ainda não haja uma federação unificada plenamente para pensar os arquivos audiovisuais como um todo, existe as federações ligadas aos diferentes formatos audiovisuais, como a FIAF (Federação Internacional de Arquivos de Filme), FIAT (Federação Internacional de Arquivos de Televisão), IASA (Associação Internacional de Arquivos Sonoros) e AMIA (Associação de Arquivistas de Imagens em Movimento).

¹ Mestranda em Ciências da Comunicação pela ECA-USP e pós-graduanda em Organização de Arquivos pelo IEB-USP. priscila.xavier@usp.br

Mesmo sendo ainda uma área relativamente nova aos estudos de documentação, cada vez mais o arquivo audiovisual vem tomando espaço nessas instituições. Os arquivos e acervos de ciência seguem essa tendência e está se tornando comum encontrar nas instituições com arquivos científicos, documentos audiovisuais que serviram de registro ou base para experimentos.

Uma das questões relevantes do estudo dos acervos audiovisuais é a relação entre a tecnologia que se desenvolveu em pouco mais de um século e que dominou os meios de comunicação e informação nesse período, levando-se em conta de que falamos de cinema, televisão, rádio, reproduções sonoras, etc, e a falta de estudos sobre sua guarda e conservação, tão pouco definida entre instituições responsáveis pela guarda da memória e do patrimônio cultural da humanidade. Existe um contexto social, regional e, por fim, internacional que precisa ser elucidado quando lidamos com tal tipo de indagação. A indústria, a comercialização e a idéia de novas tecnologias dominam o pensamento do século XX e do início do século XXI e portanto, há a noção de desenvolvimento que coloca rapidamente em desuso certos formatos, no caso dos audiovisuais, para experimentar novas tecnologias. Perguntamos-nos, então, onde fica a memória desse período? É nesse sentido que Edmondson irá pensar os princípios da profissão de arquivista audiovisual; específico e capaz de lidar com tais mudanças, salvaguardando informações contidas não só pelas imagens ou sons guardados no interior dos suportes, mas também pelos próprios suportes, que nos dizem muito de seu contexto de produção.

Para pensar um arquivo audiovisual, normalmente o representamos por aquilo que ele não é, ou seja, o definimos como “não-texto”, “não-escrito”. Isso coloca os documentos audiovisuais em uma posição de inferioridade aos outros tipos de documentação já consagrados no meio arquivístico. Ninguém define um documento textual como um “não-audiovisual”.

As normas e princípios evocados fazem parte da deontologia, que é a ética dentro da profissão, produto de valores e motivações,

pensando na conduta pessoal e institucional, conforme o autor. Quanto mais definidos tais pressupostos, mais fácil será angariar recursos e demonstrar o valor profissional e sua especificidade. O autor nos apresenta em seu texto toda uma gama de princípios e valores da profissão, de forma até repetitiva, como tinha de ser em uma obra que se propõem introdutória. As questões permeiam desde a ética pessoal dentro do ambiente de trabalho, até casos mais amplos, como o direito público e privado, que é algo polêmico a ser tratado especificamente nesse tipo de arquivo, uma vez que há direitos de uso de imagem, direitos autorais, etc.

Hoje vivemos uma mudança tecnológica importante, que transformará nossa relação com a memória e a salvaguarda do patrimônio. O que se convencionou chamar de “era digital” terá suas implicações futuras para as áreas ligadas à documentação, como o arquivo audiovisual. O que é produzido hoje já não tem mais o suporte palpável, objetivo, a gravação é feita em meio digital (tanto das imagens, quanto dos sons) e no fim tudo não passa de códigos binários, que colocam em questão a própria profissão. Como conservar isso futuramente, uma vez que, a tecnologia se renova rapidamente e os suportes tornam-se obsoletos de uma hora para outra? Isso é posto no período entre a 1ª e 2ª edição do livro (1998-2004), quando a tecnologia digital começa a tomar conta dos processos audiovisuais, da produção à distribuição. Porém, não há o porquê do alarde em torno de tal fato, já que os meios audiovisuais vêm passando por mudanças radicais de formatos e suportes ao longo de sua existência e nem por isso a profissão se esvaziou. Pelo contrário, é justamente pela busca de conhecimento para realizar a salvaguarda de formatos em desuso, que a profissão começa a se consolidar, mesmo que de forma ainda tímida, em relação aos outros tipos documentais.

Um bom exemplo é a mudança de suporte de película fílmica entre o nitrato de celulose, para o acetato de celulose e seus derivados (diacetato, triacetato). O nitrato representava um grande perigo, pois entra em combustão com muita facilidade, o que cau-

sou muitos incidentes no início do século XX. Na década de 1950 desenvolveu-se em grande escala a produção do suporte em acetato, que era chamado de “safety”, ou seja, o suporte seguro. No entanto, trinta anos depois e muitos filmes “migrados” do nitrato para o acetato, descobre-se um problema com a conservação dos acetatos, a famosa “síndrome do vinagre”, que é a deterioração físico-química do suporte, que se transforma em ácido acético se não for guardado nas devidas instalações, com umidade e temperatura controladas. Ou seja, que era mais antigo acabou revelando-se muito mais seguro, do que aquele que foi desenvolvido para o suprir, daí o grande erro em destruir o suporte antigo e transferir seu conteúdo para um novo. No mais, transferir o conteúdo de um suporte para outro implica em transformar um documento em outro. Por exemplo, uma música gravada originalmente em um disco de 78 rpm, já não é a mesma quando passada para a mídia de CD. A qualidade muda, o contexto também. Estaremos, afinal, ouvindo outra música. Não devemos apenas pensar no novo, no agora, sem uma memória e o patrimônio que a assegura, pois assim não teremos aprendido nada com o passado, para melhorar o futuro.

Edmondson defende sua profissão de arquivista audiovisual, no sentido de, colocar como central a figura daquele que é responsável por guardar, de certa forma, essa memória. Se a profissão em si não é reconhecida, significa que a memória também não o é. A identidade, princípios e filosofia se colocam para que o próprio profissional se reconheça e se valorize diante da sociedade, que deve acolhê-lo como pertencente de sua cultura.